

ELI REGINA DA SILVA AMORIM

**VIABILIDADE DE IMPLANTAÇÃO DA RESOURCE DESCRIPTION AND ACCESS
(RDA) NA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE
SANTA CATARINA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação da Universidade do Estado de Santa Catarina como requisito parcial para o curso de Mestrado Profissional em Gestão de Unidades de Informação.

Linha de Pesquisa: Gestão de Unidades de Informação.

Orientação: Prof^a. Dr^a. Ana Maria Pereira

FLORIANÓPOLIS

2017

A524v

Amorim, Eli Regina da Silva

Viabilidade de implantação da Resource Description and Access (RDA) na Biblioteca Universitária da Universidade do Estado de Santa Catarina. – Florianópolis, 2017.

125 p. : il. color. ; 30 cm.

Orientadora: Ana Maria Pereira.

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Mestrado Profissional em Gestão de Unidades de Informação, Florianópolis, 2017.

1.Catálogo. 2. RDA. 3. AACR2. 4. Representação descritiva. 5. Modelos conceituais. I. Pereira, Ana Maria. II. Universidade do Estado de Santa Catarina. Mestrado Profissional em Gestão de Unidades de Informação. III. Título.

CDD 025.32

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária
Eli Regina da Silva Amorim – CRB/517

ELI REGINA DA SILVA AMORIM

**VIABILIDADE DE IMPLANTAÇÃO DA RESOURCE DESCRIPTION AND ACCESS
(RDA) NA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE
SANTA CATARINA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação da Universidade do Estado de Santa Catarina como requisito parcial para o curso de Mestrado Profissional em Gestão de Unidades de Informação.
Linha de Pesquisa: Gestão de Unidades de Informação.

Banca Examinadora:

Orientadora:

Prof^a. Ana Maria Pereira, Dr^a.
UDESC

Membros:



Prof^a. Zaira Regina Zafalon, Dr^a.
UFSCar

Prof^a. Fernanda de Sales, Dr^a.
UDESC

Prof^a. Daniela Fernanda Assis de Oliveira Spudeit, M^a.
UDESC - Suplente

Prof^a. Rachel Cristina Vesu Alves, Dr^a.
UNESP - Suplente

Florianópolis, SC, 30/06/2017.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus pelo dom da vida e por mais esta experiência.

À minha orientadora, professora Ana Maria Pereira, pelo incentivo constante, pela paciência, pela orientação, compreensão e, acima de tudo, pela amizade.

Ao meu marido João, pelo seu amor, sua compreensão nos momentos difíceis, pela parceria e pelo incentivo constante.

Às minhas filhas Isabela e Jasmim, pela compreensão e paciência em relação às horas em que estive ausente, à Baby e à Luna que estiveram ao meu lado durante os estudos em casa, o olhar felino observando cada movimento.

Aos meus pais Orlando e Maria Nair (*in memorian*), para os quais o estudo dos filhos sempre foi prioridade e aos familiares atentos a cada conquista.

Às minhas amigas Eliane e Luiza, pela amizade e o incentivo que fortaleceram a decisão de realizar o mestrado. À Daniela, pelo apoio constante nas revisões e os “pitacos” sempre pertinentes.

Agradeço às professoras Zaira Zafalon, Rachel Vesu, Lani Lucas, Fernanda Sales e Daniela Spudeit por aceitarem compor a banca de qualificação, de defesa e pelas pertinentes contribuições na construção deste estudo.

Agradeço aos professores das disciplinas do PPGInfo, que nos repassaram seus importantes ensinamentos, enriquecendo ainda mais nossa bagagem de informações.

Meu muito obrigada, ao pessoal da Biblioteca Universitária da UDESC pelo apoio, às Bibliotecárias, colegas de trabalho, que foram fundamentais na realização deste estudo. Também aos profissionais da Rede Pergamum, pela parceria e o pronto atendimento em participar do estudo.

Agradeço à Noeli e Mariângela, pela parceria que muito se fortaleceu, e aos demais colegas da turma 2015: Alessa, Alice, Ana Carolina, Crislaine, Fernanda, Fernando, Luhilda, Leandro, Maura, Ricardo, Suelen e Suzinara pela amizade conquistada durante o mestrado.

Por fim, agradeço a todos que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a conclusão deste estudo.

Obrigada!

“Talvez não tenha conseguido fazer o melhor, mas lutei para que o melhor fosse feito. Não sou o que deveria ser, mas Graças a Deus, não sou o que era antes”.

Marthin Luther King

RESUMO

Este estudo propõe uma investigação para verificar a viabilidade técnica, tecnológica e profissional de implantação da Resource Description and Access (RDA) na Biblioteca da Universidade do Estado de Santa Catarina. Para fundamentar o universo da pesquisa, o referencial teórico aborda a catalogação, os modelos conceituais FRBR, FRAD e FRSAD, as ISBDs, o AACR2, a RDA e as TIC. A metodologia proposta configura-se em um estudo de caso único, pois refere-se ao caso específico da UDESC, com abordagem qualitativa de caráter exploratório, descritivo e bibliográfico e, de acordo com sua finalidade, é um estudo aplicado. Como proposta para a viabilidade de implantação, apresenta um roteiro com algumas premissas básicas, as quais devem ser atendidas para o sucesso da implantação. Como conclusão, a pesquisa apresenta: a implantação da RDA na BU/UDESC é viável, do ponto de vista técnico e tecnológico; o Sistema Pergamum está empenhado em adaptar o Sistema para implementar a RDA. Do ponto de vista profissional, também é viável, porém, é necessária a capacitação dos bibliotecários. Como futuras pesquisas, sugerem-se novas investigações sobre esta temática e também um estudo para adaptação da Política Institucional de Catalogação voltada para o uso da RDA na BU/UDESC.

Palavras-chave: Catalogação. RDA. AACR2. Modelos Conceituais.

ABSTRACT

The study proposes an investigation to verify the technical, technological and professional viability for the implementation of the Resource Description and Access (RDA) in the Library of the University of the State of Santa Catarina. To justify the universe of research, the theoretical reference embrace the cataloging, the conceptual models FRBR, FRAD and FRSAD, the ISBDs, the AACR2, the RDA and the TIC. The proposed methodology is based on a single study case since it refers to the specific case of UDESC in an exploratory, descriptive and bibliographic approach, when its goal it's an applied study. As the proposal for the viability of implementation, this study presents a guideline with some basic premises which must be addressed for the implementation success. As a conclusion, this study states: the implementation of RDA in the Library of the UDESC is practicable, from a technical and technological point of view, the Pergamum System is committed to adapt its System to implement the RDA. From the professional point of view, the implementation is also possible, but it's necessary a qualification of the librarians. For future research, new research on this subject is suggested, as well as a study to adapt the Institutional Cataloging Policy aimed at the use of the RDA in the UDESC Library.

Keywords: Cataloguing. RDA. AACR2. Conceptual Models.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Relações primárias do Grupo 1 - FRBR.....	38
Figura 2 – Exemplo de aplicação do Grupo 1 - FRBR	39
Figura 3 – Relações de responsabilidade entre as entidades dos Grupos 1 e 2.....	41
Figura 4 – Relações de assunto - Grupos 1, 2 e 3.....	42
Figura 5 – Fundamentos do modelo conceitual FRAD	44
Figura 6 – Modelo conceitual FRSAD	46
Figura 7 – Relacionamentos entre obra e tema	47
Figura 8 – Organograma Comunidade Usuária do Pergamum/UDESC.....	72
Figura 9 – Local de atuação dos bibliotecários na UDESC	78
Figura 10 – Desenvolvimento de catalogação.....	78
Figura 11 – Recursos informacionais das bibliotecas	79
Figura 12 – AACR2 - Descrição dos recursos informacionais digitais.....	81
Figura 13 – Conhecimento acerca da RDA.....	82
Figura 14 – Conhecimento acerca do RDA Toolkit	83
Figura 15 – Conhecimento acerca do FRBR, FRAD e FRSAD	84
Figura 16 – Viabilidade de implantação da RDA	85
Figura 17 – Conhecimento acerca da RDA.....	88
Figura 18 – Conhecimento acerca do RDA <i>Toolkit</i>	89
Figura 19 – Conhecimento acerca do FRBR, FRAD e FRSAD	90
Figura 20 – Atendimento às exigências para implantação da RDA.....	91
Figura 21 – Demanda dos clientes Pergamum à RDA.....	92
Figura 22 – Relevância de padrões de representação em sistemas automatizados.....	93
Figura 23 – Interoperabilidade - Sistema Pergamum - MARC21 - RDA.....	94

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Panorama da catalogação no Brasil.....	30
Quadro 2 – Encontro de especialistas - IME ICC	33
Quadro 3 – Atuais funções do catálogo	34
Quadro 4 – Entidades do Grupo 3 - Assunto	41
Quadro 5 – Tarefas do usuário (FRBR)	42
Quadro 6 – Tarefas do usuário (FRAD)	45
Quadro 7 – Tarefas do usuário (FRSAD)	48
Quadro 8 – ISBDs	50
Quadro 9 – Princípios e objetivos que guiaram a ISBD consolidada	52
Quadro 10 – Áreas da descrição bibliográfica da ISBD consolidada	52
Quadro 11 – Estrutura do AACR2	55
Quadro 12 – Estrutura da RDA	58
Quadro 13 – Terminologia equivalente entre AACR2 x RDA	59
Quadro 14 – Família MARC21	64
Quadro 15 – Estrutura do MARC21	65
Quadro 16 – MARC21 com campos para RDA.....	65
Quadro 17 – Descrição da população do estudo	74
Quadro 18 – Etapas da análise dos dados	76

LISTA DE SIGLAS

AACR	Anglo-American Cataloguing Rules
AACR2	Anglo-American Cataloguing Rules, 2 nd edition
ALA	American Library Association
APB	Fundação da Associação Paulista de Bibliotecários
BC	Biblioteca Central
BN	Biblioteca Nacional
BU	Biblioteca Universitária
CALCO	Catálogo Legível por Computador
CAV	Centro de Ciências Agroveterinária
CBBD	Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação
CEAD	Centro de Educação a Distância
CEART	Centro de Artes
CEAVI	Centro de Educação Superior do Alto Vale do Itajaí
CCT	Centro de Ciências Tecnológicas
CEFID	Centro de Ciências da Saúde e do Esporte
CEO	Centro de Educação Superior do Oeste
CEPLAN	Centro de Educação do Planalto Norte
CERES	Centro de Educação da Região Sul
CESFI	Centro de Educação Superior da Foz do Itajaí
CI	Ciência da Informação
DASP	Departamento Administrativo do Serviço Público
ESAG	Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas
FAED	Centro de Ciências Humanas e da Educação
FEBAB	Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições

FGV	Fundação Getúlio Vargas
FRAD	Functional Requeriments for Authority Data
FRANAR	Functional Requeriments and Numbering of Authority Records
FRAR	Functional Requiriments for Authority Records
FRSAD	Functional Requeriments for Subject Authority Data
FRSAR	Functional Requeriments for Subject Authority Records
FRBR	Functional Requirements for Bibliographic Records
GT	Grupo de Trabalho
IBBD	Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IDCH	Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas
IFLA	International Federation of Library Associations and Institutions
ISBD	International Standard Bibliographic Description
ISBD (A)	International Standard Bibliographic Description for Older Monographic Publications (Antiquarian)
ISBD (CF)	International Standard Bibliographic Description for Computer Files
ISBD (CM)	International Standard Bibliographic Description for Cartographic Materials
ISBD (CR)	International Standard Bibliographic Description for Serials and Other Continuing Resources
ISBD (ER)	International Standard Bibliographic Description for Electronic Resources
ISBD (G)	General International Standard Bibliographic Description
ISBD (M)	International Standard Bibliographic Description for Monographic Publications
ISBD (NBM)	International Standard Bibliographic Description for Non-Book Materials
ISBD (PM)	International Standard Bibliographic Description for Printed Music
ISBD (S)	International Standard Bibliographic Description for Serials
JSC	Joint Steering Committee

LC	Library of Congress
MARC	Machine Readable Cataloging
PIC	Princípios Internacionais de Catalogação
PUC-PR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
RDA	Resource Description and Access
RIEC	Reunião Internacional de Especialistas em Catalogação
SIC	Serviço de Intercâmbio de Catalogação
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UI	Unidades de Informação
VTLS	Virginia Tech Library System

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	23
2	CATALOGAÇÃO	29
3	MODELOS CONCEITUAIS PARA A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO	37
3.1	FUNCTIONAL REQUIREMENTS FOR BIBLIOGRAPHIC RECORDS (FRBR)	37
3.2	FUNCTIONAL REQUIREMENTS FOR AUTHORITY DATA (FRAD)	43
3.3	FUNCTIONAL REQUIREMENTS FOR SUBJECT AUTHORITY DATA (FRSAD)	45
4	INSTRUMENTOS PARA REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO	49
4.1	INTERNATIONAL STANDARD BIBLIOGRAPHIC DESCRIPTION (ISBD)	49
4.2	ANGLO-AMERICAN CATALOGUING RULES (AACR)	53
4.3	RESOURCE DESCRIPTION AND ACCESS (RDA)	56
5	CATALOGAÇÃO E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	61
6	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	67
6.1	CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO	68
6.2	CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO ESTUDADO	70
6.3	POPULAÇÃO DO ESTUDO	74
6.4	INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	75
6.5	ANÁLISE DOS DADOS	75
7	ANÁLISE, INTERPRETAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS	77
7.1	QUESTIONÁRIO - BIBLIOTECÁRIOS DA BU/UDESC E IDCH	77
7.1.1	Peculiaridade BU/UDESC	77
7.1.2	Catalogação de Recursos Informacionais Digitais sob a ótica do AACR2	80
7.1.3	Conhecimento acerca da RDA	82
7.1.4	Conhecimento acerca dos Modelos Conceituais	83
7.1.5	Implantação da RDA	84
7.2	QUESTIONÁRIO – COLABORADORES DO SISTEMA PERGAMUM	87

7.2.1	Conhecimento acerca da RDA.....	88
7.2.2	Modelos Conceituais	89
7.2.3	Implantação da RDA no Sistema Pergamum	90
7.2.4	Padrões de Representação.....	93
7.3	DISCUSSÃO DOS DADOS DOS BIBLIOTECÁRIOS DA BU/UDESC E IDCH	94
7.4	DISCUSSÃO DOS DADOS DOS COLABORADORES DA REDE PERGAMUM	98
7.5	ROTEIRO PARA A IMPLANTAÇÃO DA RDA NA BU/UDESC	100
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
	REFERÊNCIAS	109
	APÊNDICE A – Questionário Bibliotecários da BU/UDESC	117
	APÊNDICE B – Questionário Colaboradores do Sistema Pergamum ...	121
	ANEXO A – Parecer Consubstanciado do CEP	125

1 INTRODUÇÃO

As bibliotecas, independentemente do ambiente onde estão inseridas, do tipo e função que cada uma exerce, priorizam as necessidades de informação dos seus usuários. No contexto da Biblioteca Universitária (BU) não é diferente, pois elas direcionam seus esforços para as necessidades de informação dos seus usuários¹, porém com foco no cotidiano acadêmico - no Ensino Superior.

De acordo com Silveira (2009), em uma instituição de Ensino Superior, a BU tem por função subsidiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no cotidiano acadêmico, por meio de recursos informacionais² selecionados, diversificados e organizados.

Em outras palavras, a BU visa dar apoio aos conteúdos ministrados nos cursos de graduação e pós-graduação, bem como oferecer subsídios para a investigação em projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos na instituição em que se encontra inserida.

Dessa forma, a composição do acervo da BU compreende os mais variados recursos informacionais, tais como: livros, mapas, dissertações, teses, artigos de periódicos, e-books e mp3, os quais estão disponíveis para o acesso e a recuperação da informação por seus usuários, ao mesmo tempo em que visa preservar todo o conhecimento produzido na instituição.

Sendo assim, a BU colabora com o acesso ao conhecimento técnico-científico, haja vista que organiza, disponibiliza e divulga toda produção intelectual desenvolvida no cotidiano acadêmico da instituição em que está inserida, sendo o bibliotecário o profissional apto e responsável por organizar e tornar acessível todos os recursos informacionais da BU.

Em geral, o bibliotecário é o profissional que atua como gestor em Unidades de Informação (UI)³, por exemplo, na BU, cujas competências e habilidades compreendem o planejamento e o gerenciamento deste espaço, bem como a

¹ Entende-se por usuários da BU os docentes, discentes e funcionários da instituição em que a BU está inserida, bem como toda comunidade em seu entorno.

² Adotou-se o termo “Recursos Informacionais” para menção dos materiais que compreendem o acervo da BU. Salvo as citações literais, as quais serão mantidas na forma fiel do texto citado, conforme os respectivos autores.

³ São “[...] instituições voltadas para a aquisição, processamento, armazenamento e disseminação de informações” (IBICT, 1989 apud TARAPANOFF, 2000, p. 92), por exemplo: as bibliotecas e os centros de informação e documentação.

organização, a disseminação e a preservação dos recursos informacionais, o que inclui o processo de catalogação.

A catalogação é um processo na área da Biblioteconomia que visa representar, por meio da descrição física, por pontos de acesso e dados de localização, os recursos informacionais nas bibliotecas, a fim de propiciar o acesso e a recuperação da informação pelos usuários (MEY, 1995; CAMPELO, 2006; SANTOS; PEREIRA, 2014).

Segundo Naves e Kuramoto (2006), a catalogação, além da representação e padronização da informação, visa garantir o intercâmbio dos recursos informacionais. Nesta perspectiva, Cruz, Corrêa e Costa (2000, p. 7) comentam que:

A história da catalogação tem demonstrado a relevância da padronização dos dados para elaboração de registros bibliográficos considerando discussões nacionais e internacionais para estabelecimento de regras, indicando sobre a importância de se criar mecanismos cada vez mais eficientes para garantir maior agilidade e eficácia no acesso a documentos de diversos tipos [...]. Assim, a realização de estudos referente a essa questão, são cada vez mais úteis, buscando soluções técnicas para as dificuldades.

Assim, com a expansão dos ambientes digitais, frente à variedade de formatos e suportes que compreendem os recursos informacionais nas bibliotecas, por exemplo, os e-books, surgiram dificuldades na representação da informação durante o processo de catalogação, o que induziu alguns profissionais a repensarem o *Anglo-American Cataloguing Rules (AACR2)*⁴ - 2nd edition, e a buscar fundamentos teóricos e conceituais para adequar-se a essa nova realidade, o que culminou, por iniciativa do *Joint Steering Committee (JSC)*⁵, na criação da *Resource Description and Access (RDA)*⁶, resultando em novas diretrizes de catalogação.

⁴ Conhecido na língua portuguesa como Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR2).

⁵ Comitê Conjunto para Revisão do AACR2. Teve seu nome alterado para Joint Steering Committee for Development of RDA a partir de 2005, com o desenvolvimento da RDA (ASSUMPÇÃO; SANTOS, 2013).

⁶ Termo conhecido na língua inglesa como Resource Description and Access, possui várias traduções para a língua portuguesa, por exemplo: “Descrição e Acesso aos Recursos” (MEY; SILVEIRA, 2009); “Descrição e Acesso ao Recurso” (CORRÊA, 2008); “Recursos: descrição e acesso” (LEHMKUHL; PINHEIRO; MACHADO, 2012) e “Descrição de Recursos e Acesso” (ASSUMPÇÃO; SANTOS, 2009), termo que será adotado neste estudo.

Segundo Oliver (2011), essas novas diretrizes, isto é, a RDA⁷, foram pensadas frente às atuais necessidades da representação dos recursos informacionais em bibliotecas, a priori, na realidade dos catálogos eletrônicos.

Silva (2012) e Corrêa (2008) definem a RDA como diretrizes de conteúdo que tem por objetivo criar um grupo robusto de informações em uma estrutura que viabiliza os novos desafios de coleta e consulta da informação, independente do ambiente em que se encontra inserida, seja no ambiente convencional e/ou ambiente digital.

Tendo em vista as atuais necessidades da representação dos recursos informacionais, em ambientes digitais e virtuais nas BU, esse estudo aplica-se na Biblioteca Universitária da Universidade do Estado de Santa Catarina (BU/UDESC).

A BU/UDESC tem como um dos seus objetivos proporcionar melhorias na qualidade de serviços prestados aos seus usuários. Para que essas melhorias ocorram, nos últimos anos, a instituição tem investido em acervo digital, com a aquisição de e-books e a disponibilização de base de dados, tornando-se cada vez mais uma biblioteca híbrida, procurando atender às demandas ocasionadas pelo avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Para maior entendimento, a biblioteca híbrida pode ser considerada como uma Instituição

[...] designada para agregar diferentes tecnologias, diferentes fontes, refletindo o estado que hoje não é completamente digital, nem completamente impresso, utilizando tecnologias disponíveis para unir, em uma só biblioteca, o melhor dos dois mundos (o impresso e o digital) (GARCEZ; RADOS, 2002. p. 47).

Diante desse contexto, a pesquisa apresentou a seguinte problemática: qual a viabilidade da implantação da RDA na BU/UDESC? Com o propósito de responder a esta questão, este estudo teve por objetivo geral: analisar a viabilidade técnica, tecnológica e profissional para a implantação da RDA na BU/UDESC, e como objetivos específicos:

- a) Compreender os Modelos Conceituais e os instrumentos de representação documental;

⁷ Utilizou-se o termo “RDA” precedido pelo artigo “a”, ou seja, “a RDA”, por entender como “Diretrizes para a catalogação”. Porém, nas citações literais serão mantidas as formas usadas ou traduzidas por seus respectivos autores/tradutores.

- b) Verificar a RDA a partir da percepção dos Bibliotecários da BU/UDESC e dos colaboradores do Sistema Pergamum;
- c) Analisar a RDA a partir da aderência aos tipos documentais e aos recursos informacionais da BU/UDESC;
- d) Verificar a necessidade de capacitação dos colaboradores da BU/UDESC;
- e) Verificar a capacidade de adaptação do Sistema Pergamum para implantação da RDA;
- f) Apresentar um roteiro para implantação da RDA na BU/UDESC.

O interesse por essa pesquisa tem por origem a prática profissional da proponente com a catalogação dos recursos informacionais da Biblioteca Central (BC) da UDESC, somado à proposta do Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação (PPGInfo) - propor soluções para problemas concretos de gestão de unidades de informação.

Outro fator que colaborou para o interesse deste estudo são as TIC, as quais têm contribuído para a geração e o uso da informação de forma expressiva na sociedade, seja no uso individual ou coletivo, bem como nas bibliotecas, pois possibilitam a utilização de instrumentos mais adequados para buscar, tratar, gerar e disponibilizar a informação mediante as necessidades atuais.

A presente dissertação é composta de oito seções. Esta seção introdutória tem por intuito destacar o tema estudado, o que inclui o problema, os objetivos e a justificativa deste estudo.

As seções de dois a cinco referem-se à fundamentação teórica, a qual serviu de base para o seu desenvolvimento. A seção dois abrange algumas considerações sobre a catalogação, com destaque para os Princípios Internacionais de Catalogação (PIC). A seção três apresenta os modelos conceituais *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR)⁸, *Functional Requirements for Authority Data* (FRAD)⁹ e o *Functional Requirements for Subject Authority Data* (FRSAD)¹⁰. A seção quatro descreve os códigos de representação documental:

⁸ Conhecido na língua portuguesa como Requisitos Funcionais para o Registro Bibliográfico (FRBR).

⁹ Conhecido na língua portuguesa como Requisitos Funcionais para dados de Autoridades (FRAD).

¹⁰ Conhecido na língua portuguesa como Requisitos Funcionais para dados de Autoridade de Assuntos (FRSAD).

International Standard Bibliographic Description (ISBD)¹¹, AACR2 e RDA. Já a seção cinco abrange a catalogação e as TIC.

A seção seis discorre sobre os procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento deste estudo, o que inclui a caracterização do campo de pesquisa, os instrumentos utilizados na coleta de dados e as ferramentas utilizadas para a análise e tabulação dos dados coletados.

A seção sete apresenta a análise e interpretação dos dados e discussão acerca dos resultados obtidos neste estudo, com base nos objetivos propostos e também um roteiro de implantação da RDA para a BU/UDESC.

A seção oito apresenta as considerações finais, bem como sugestões e limitações que surgiram durante o desenvolvimento do estudo.

Por fim, apresentam-se as referências utilizadas no desenvolvimento deste estudo, os anexos e os apêndices.

¹¹ Conhecido na língua portuguesa como Descrição Bibliográfica Internacional padronizada (ISBD).

2 CATALOGAÇÃO

A catalogação é uma atividade típica em bibliotecas, que tem por objetivo representar por meio de mensagens codificadas um recurso informacional, para descrever e padronizar as informações por meio de regras, visando à unicidade e a universalidade da representação. De acordo com Santos e Corrêa (2009, p. 19), a catalogação é o:

[...] processo essencial para a descrição e padronização das informações representadas, é construída a partir de regras que ofereçam o máximo de padronização e minimizem as interpretações individuais, procurando garantir a unicidade do item informacional representado e, ao mesmo tempo, sua universalidade.

Para Santos e Ribeiro (2003, p. 45), a “[...] catalogação é um conjunto convencional de informações determinadas, a partir do exame de um documento e destinado a fornecer uma descrição única e precisa deste documento [...]”. Neste raciocínio, Santiago (2004 p. 18) define a catalogação, de forma simplificada, como “[...] o processo no qual o documento é identificado por elementos bibliográficos, tais como: autores, títulos, fontes de publicação, entre outros dados julgados necessários”.

Na visão de Mey (1995), a catalogação é um processo que visa representar um recurso informacional, por meio de um conjunto de informações padronizadas, as quais visam o estudo, a preparação e a organização de mensagens codificadas, com base em elementos bibliográficos, os quais permitem ao usuário selecionar, identificar, localizar e recuperar tal recurso existente no catálogo das bibliotecas.

Dessa forma, para esta autora, “[...] a riqueza da catalogação repousa nos relacionamentos entre os itens, estabelecidos de forma a criar alternativas de escolha para os usuários” (MEY, 1995, p. 6). Assim, ao representar as informações contidas nos recursos informacionais, quanto mais precisa e detalhada for à catalogação, maior a possibilidade de recuperação da informação.

Mey (1995) acrescenta que a catalogação descreve os recursos informacionais em três etapas: (a) descrição física - descreve as informações e características de determinado recurso; (b) pontos de acesso - permitem ao usuário acessar determinado recurso pela responsabilidade do conteúdo intelectual, título e assunto, bem como toda e qualquer informação que representa o recurso, por

exemplo, o ISBN; e (c) dados de localização - informações que permitem ao usuário localizar um recurso no acervo e, ao mesmo tempo, identificar o recurso em diversas bibliotecas, por exemplo, a localização pelo número de chamada.

Assim, a catalogação ao representar as informações contidas em um recurso informacional, pela descrição física, pontos de acesso e pelos dados de localização, possibilita ao usuário a recuperação da informação no catálogo.

Portanto, o catálogo é um dos produtos resultantes do processo de catalogação, que serve como canal de comunicação entre o acervo e o usuário, pois “[...] veicula mensagens contidas nos itens, e sobre os itens, de um ou vários acervos, apresentando-as sob forma codificada e organizada, agrupadas por semelhanças, aos usuários desse(s) acervo(s)” (MEY, 1995, p. 9).

Segundo Mey (1995), Martinho e Fujita (2010), a catalogação enquanto forma de representação não é uma atividade recente em nossa história. O catálogo, produto da catalogação está presente ao longo da evolução humana, desde a Antiguidade, quando este era utilizado para representar e organizar o conhecimento armazenado nas primeiras bibliotecas.

No entanto, foi a partir do desenvolvimento da imprensa por Gutemberg, que se iniciou o processo de disseminação de informações em larga escala e de forma rápida na sociedade, possibilitando o surgimento dos primeiros catálogos impressos e a necessidade de regras para a sua utilização.

De acordo com Mey (1995), o surgimento dos primeiros códigos de catalogação ocorreu em meados do século XX, devido aos inúmeros estudos que determinavam regras para a utilização de catálogos, não padronizados internacionalmente, haja vista que, cada país elaborava seus catálogos mediante as suas necessidades. No Brasil, foi somente em 1934, que houve a primeira iniciativa de um Código Nacional de Catalogação.

Para melhor entendimento acerca da catalogação no Brasil, apresenta-se um breve panorama, exposto no Quadro 1.

Quadro 1 – Panorama da catalogação no Brasil (Continua)

Período	Fatos históricos da catalogação
Década 1930	▪ Primeira iniciativa de um Código Nacional de Catalogação; ▪ Primeiro curso regular de Catalogação; ▪ Fundação da Associação Paulista de Bibliotecário (APB).

Quadro 1 – Panorama da catalogação no Brasil (Continuação)

Período	Fatos históricos da catalogação
Década 1940	▪ Publicação de regras gerais de catalogação de fichas pela APB; ▪ O Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) institui uma comissão responsável por desenvolver um Código de Catalogação Nacional; ▪ A DASP cria normas para organização de um catálogo dicionário de livros periódicos; ▪ DASP instituiu o Serviço de Intercâmbio de Catalogação (SIC); ▪ Divulgação e normalização da ficha padrão 7,5 x 12,5 (centímetro) para catalogação; ▪ Destaque para publicação de trabalho de Pós-Graduação de Maria Luiza da Cunha, intitulado “Normas brasileiras: um problema na catalogação”; ▪ Reformulação do curso para formação de bibliotecários mantidos pela Biblioteca Nacional (BN); ▪ Iniciativa de introdução da catalogação na fonte em âmbito não comercial, por Lídia Queirós Sambaquy.
Década 1950	▪ Expansão do curso de Biblioteconomia no país; ▪ Fortalecimento do movimento associativo bibliotecário, na luta para que a área da Biblioteconomia se consolidasse como categoria profissional nível superior; ▪ Conferência sobre o Desenvolvimento dos Serviços de Bibliotecas Públicas na América Latina, realizado na cidade de São Paulo; ▪ 1º Congresso de Bibliotecas do Distrito Federal, promovido pela Biblioteca Municipal do Rio de Janeiro; ▪ Criação do Instituto de Bibliografia e Documentação (IBBD) sob a direção de Lydia de Queiros Sambaquy; ▪ 1º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBBD); ▪ Fundação da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB).
Década 1960	▪ 23ª Conferência Geral da Federação Internacional de Documentação (FID) na cidade do Rio de Janeiro; ▪ Tradução em português da primeira edição do AACR; ▪ Apresentação de um Programa de Padrão Internacional de Descrição Bibliográfica (ISBD) na Reunião Internacional de Especialistas em Catalogação (RIEC).
Década 1970	▪ 1º Simpósio Nacional de professores de catalogação na cidade de São Paulo; ▪ Alice Príncipe Barbosa propôs o Projeto de Catalogação Legível por Computador (CALCO) a partir da defesa de sua dissertação de mestrado, o qual foi aperfeiçoado em conjunto com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), dando origem a Rede BLIODATA/CALCO na década seguinte; ▪ O IBBBD cria um grupo para uniformizar as suas normas de catalogação, as quais são também aderidas pela Biblioteca Nacional (BN) e o Instituto Nacional do Livro (INL); ▪ O IBBBD juntamente com a Associação Brasileira de Escolas de Biblioteconomia e Documentação (ABEBD) uniformiza o ensino de catalogação nos cursos existentes no país; ▪ O IBBBD fez adaptações no AACR, na versão brasileira; ▪ 2º Simpósio Nacional de professores de catalogação no Rio de Janeiro; ▪ Aprovação pela comunidade bibliotecária da adoção pela entrada sobrenome do autor durante o 8º CBBBD em Brasília; ▪ Defesa pela adoção da Catalogação na fonte, Iniciativa de Regina Carneiro; ▪ O IBBBD é transformado em Instituto Brasileiro em Ciência e Tecnologia (IBICT).

Quadro 1 – Panorama da catalogação no Brasil (Conclusão)

Período	Fatos históricos da catalogação
Década 1980	- Assinatura do acordo entre a FEBAB e a American Library Association (ALA) para publicação da obra AACR2, em 2 volumes; - Surgimento do Formato IBICT; - Consolidação em âmbito nacional do BLIADATA/CALCO com a entrada da BN na rede; - Publicação do volume 1 e 2 do AACR em língua portuguesa, realizado com o apoio do IBICT; - O Formato LC MARC se transforma em USMARC.
Década 1990	- As tecnologias da informação consolidam a catalogação cooperativa; - A catalogação volta-se para o usuário; - Rede Bibliodata iniciou estudos para a conversão do CALCO - USMARC; - A conversão dos dados deu-se em 1997; - O CALCO torna-se obsoleto para a Rede Bibliodata e, assim, também o USMARC, passando por transformações, resultou na junção do USMARC com o CANMARC formando o MARC21.
Década 2000	- Intensificação do uso das TIC no mundo, o que possibilitou novas formas de compartilhamento de informação entre as bibliotecas; - Serviços de acesso remoto dos registros bibliográficos são disponibilizados por meio da rede internet.

Fonte: Adaptado de Mey (1995; 2003), Modesto (2007), Santos e Pereira (2014).

Mediante os rumos da catalogação e da necessidade de padronizar internacionalmente os catálogos que divergiam em diversos países, fez-se necessário a criação da Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação - *International Conference on Cataloguing Principles* em 1961 na França, dirigido pela *International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA)* (SANTOS; CORRÊA, 2009).

Esta Conferência resultou nos Princípios de Paris (1961) e refere-se ao primeiro encontro no âmbito internacional voltado à catalogação, onde reuniu integrantes de aproximadamente 50 países, dispostos a discutir sobre concepções teóricas e práticas acerca da catalogação, a partir das contribuições de Seymour Lubertzky¹² (MEY, 1989; SANTOS; CORRÊA, 2009).

Segundo Santos e Corrêa (2009, p. 23), as contribuições de Seymour Lubertzky permeavam a:

[...] definição de objetivos e uma lógica de regras de catalogação, que apresenta como pontos fortes: o catálogo como um auxiliar para exploração dos recursos da biblioteca; a distinção entre obra e livro; privilegia a entrada principal; confirma a fidelidade à página de rosto; e afirma a profundidade na catalogação como nem mais nem menos que necessário [...].

¹² Bibliotecário americano, teórico mais influente da catalogação, que com a obra intitulada "Cataloguing Rules and Principles" propiciou a base para elaboração dos Princípios de Paris (1961) (SANTOS; CORRÊA, 2009).

Para Mey (1989), os Princípios de Paris (1961) contribuíram para a padronização da prática da catalogação em âmbito internacional no que se refere à escolha de entradas e cabeçalhos (tais como: entrada para nomes individuais, entrada para entidades coletivas e entradas por título e cabeçalhos uniformes), o que culminou no desenvolvimento de novos códigos de catalogação, por exemplo, o AACR em 1967. Em suma, os Princípios de Paris (1961) fundamentaram os códigos de catalogação usados no mundo, propiciando harmonização das práticas de catalogação.

Porém, na década de 1970 com o avanço das TIC na sociedade, os catálogos evoluíram tornando-se *Online Public Access Catalogues* (OPACS), isto é, catálogos em linha. Com a evolução dos catálogos, houve a necessidade de adequação da catalogação às novas formas de recuperação da informação pelos usuários nas bibliotecas, impulsionando o estabelecimento de novos princípios compatíveis com catálogos tradicionais e online.

Nessa perspectiva, a IFLA promoveu cinco encontros em países distintos, com representantes e especialistas em catalogação, para discutir os Princípios de Paris (1961). Esses encontros foram denominados como *International Meetings of Experts for an International Cataloguing Code* (IME ICC), conhecido em português como Encontro de Especialistas para um Código de Catalogação Internacional.

Para maior entendimento acerca do IME ICC, apresenta-se o Quadro 2.

Quadro 2 – Encontro de especialistas - IME ICC

Encontro	Ano	Local	Representantes e especialistas
1º Encontro	2003	Frankfurt	Participação de 54 especialistas de 32 países europeus, somado a participação de representantes das regras de catalogação anglo-americano da Grã-Bretanha, Austrália e Estados Unidos.
2º Encontro	2004	Buenos Aires	Participação de 45 pessoas, incluindo representantes nacionais de 14 países da América Latina e Caribe.
3º Encontro	2005	Cairo	Participação de 95 pessoas, incluindo representantes nacionais de 17 países do oriente médio.
4º Encontro	2006	Coréia do Sul	Participação de 61 pessoas de 12 países asiáticos.
5º Encontro	2007	África Sub-Saara	Participação de 53 pessoas de 27 países.

Fonte: Adaptado de Tillet (2007).

No primeiro encontro que ocorreu em 2003, houve o estabelecimento de uma versão preliminar acerca desses novos princípios, denominados PIC 2003. A partir

de então, em todos os outros encontros foram acrescentadas alterações/revisões, o que culminou, em 2009, na publicação da versão final dos PIC (SANTOS; CORRÊA, 2009). Esses novos princípios substituíram e ampliaram os Princípios de Paris (1961).

Segundo Santos e Corrêa (2009) os novos princípios mantêm a essência da satisfação do usuário preconizada nos Princípios de Paris (1961), porém, a descrição bibliográfica assume um caráter formal, com aplicação de regras rígidas e claras. Além disso, privilegiam todas as etapas que abragem a catalogação, diferente dos Princípios de Paris (1961), que visava somente as entradas e cabeçalhos, considerado por essas autoras como o ponto mais importante dos PIC, as funções do catálogo, direcionadas às atuais necessidades dos usuários, conforme o Quadro 3.

Quadro 3 – Atuais funções do catálogo

Funções	Descrição
Encontrar	Encontrar recursos bibliográficos em uma coleção como resultado de uma pesquisa, utilizando atributos e relações entre recursos: para encontrar um determinado recurso, para encontrar conjuntos de recursos representado.
Identificar	Identificar um recurso bibliográfico (ou seja, confirmar que a entidade descrita corresponde à entidade procurada ou distinguir entre duas ou mais entidades com características semelhantes).
Selecionar	Selecionar um recurso bibliográfico que seja apropriado às necessidades do usuário, (ou seja, escolher um recurso que esteja de acordo com as necessidades do usuário no que diz respeito ao conteúdo, suporte etc.) ou rejeitar um recurso que seja inadequado às necessidades do usuário.
Adquirir	Adquirir ou obter acesso a um recurso informacional descrito (ou seja, fornecer informação que permitirá ao usuário adquirir um item por meio de compra, empréstimo, etc. ou acessar eletronicamente um recurso informacional por meio de uma ligação em linha a uma fonte remota); ou acessar, adquirir ou obter dados bibliográficos ou de autoridade.
Navegar	Navegar em um catálogo ou para além dele (quer dizer, por meio da organização lógica dos dados bibliográficos e de autoridade e da apresentação de formas claras de se navegar, incluindo a apresentação de relações entre obras, expressões, manifestações, itens, pessoas, famílias, entidades, conceitos, objetos, eventos e lugares).

Fonte: IFLA (2009, p. 3-4).

Os novos PIC cobrem a abrangência; os princípios gerais; entidades, atributos e relações, objetivos e funções do catálogo, a descrição bibliográfica, os pontos de acesso e os fundamentos para aperfeiçoamento da busca (IFLA, 2009). Além disso, permeiam a prática da catalogação até os dias atuais e incorporaram o estabelecimento dos modelos conceituais para a representação da informação nos

documentos da IFLA, por exemplo, o FRBR, FRAD e o FRSAD, conforme serão abordados na próxima seção.

3 MODELOS CONCEITUAIS PARA A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Apresenta-se o uso da modelagem conceitual para a representação da informação, com foco nos FRBR, FRAD e FRSAD, exemplos do uso da modelagem conceitual Entidade-Relacionamento para a representação da informação. Em linhas gerais, são apresentados nesta seção os modelos conceituais da “família” FRBR que foram desenvolvidos pela IFLA.

3.1 FUNCTIONAL REQUIREMENTS FOR BIBLIOGRAPHIC RECORDS (FRBR)

Em 1990, a IFLA criou um grupo formado por colaboradores e voluntários de vários países, para estudar os padrões adotados na catalogação, no intuito de reexaminar algumas diretrizes (TILLET, 2004; MORENO, 2006).

Inicialmente, esse grupo de estudo publicou um relatório preliminar que versa sobre os requisitos funcionais, os quais serviram de base para a criação de registros bibliográficos. Entretanto, somente após oito anos de estudos e discussão sobre estes requisitos, a IFLA publicou em 1998 o relatório final, o qual resultou no desenvolvimento do modelo conceitual FRBR (TILLET, 2004; MORENO, 2006).

Segundo Moreno (2006), esse relatório final foi configurado como uma recomendação para reestruturar os registros bibliográficos, a fim de refletir a estrutura conceitual de buscas de informações, levando em consideração a diversidade de usuários (por exemplo: pesquisadores e bibliotecários), materiais (por exemplo: textos e gráficos), suporte físico (por exemplo: papel e filme) e formatos (por exemplo: livros e discos).

Neste sentido, o FRBR foi desenvolvido para estabelecer a recuperação da informação de forma integrada, no intuito de proporcionar para o usuário a recuperação de um recurso informacional, independente do material, suporte ou formato no qual a informação encontra-se registrada e/ou manifestada (CORRÊA, 2008).

Na visão de Mey e Silveira (2009), o modelo conceitual FRBR é um modelo de descrição que visa estruturar e relacionar os dados apontados em registros bibliográficos, frente as necessidades dos usuários. Segundo as autoras, o modelo conceitual FRBR baseia-se na concepção Entidade-Relacionamento por meio de

três grupos: Grupo 1 - produto intelectual/artístico, Grupo 2 - responsabilidade e Grupo 3 - assunto.

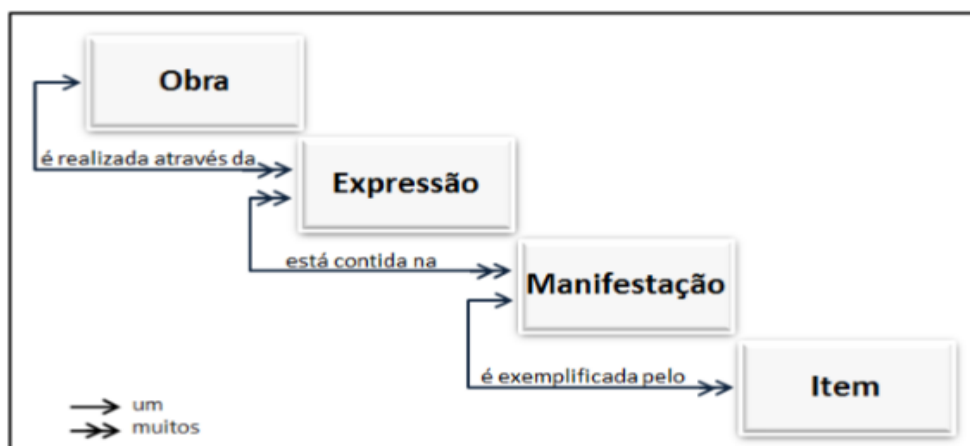
De acordo com Silberschatz et al. (1999 apud FUSCO, 2010, p. 100), a concepção Entidade-Relacionamento é:

[...] uma metodologia de construção de modelos conceituais que se baseia na percepção do domínio do cenário como um conjunto de objetos básicos, chamados entidades e o relacionamento entre eles. As entidades são descritas por meio de seus atributos. O número das entidades as quais outra entidade se relaciona é determinado pelo mapeamento das cardinalidades.

Para maior compreensão, sobre os relacionamentos entre os atributos dos grupos do FRBR, apresenta-se a seguir a descrição de forma simplificada de cada grupo.

No Grupo 1 - produto intelectual/artístico, uma obra é realizada por meio de várias expressões em que uma expressão está contida em várias manifestações e uma manifestação é exemplificada por vários itens (MEY; SILVEIRA, 2009), conforme a Figura 1.

Figura 1 – Relações primárias do Grupo 1 - FRBR



Fonte: Silva e Santos (2012, p. 6).

Silva e Santos (2012, p. 118) caracterizam cada uma das quatro entidades do Grupo 1 da seguinte forma:

Obra: entidade abstrata que se refere a uma criação intelectual ou artística distinta. Ex.: Texto e ilustrações; composição de uma música.

Expressão: entidade abstrata que se refere à realização intelectual ou artística que uma obra assume ao ser elaborada. Qualquer mudança no

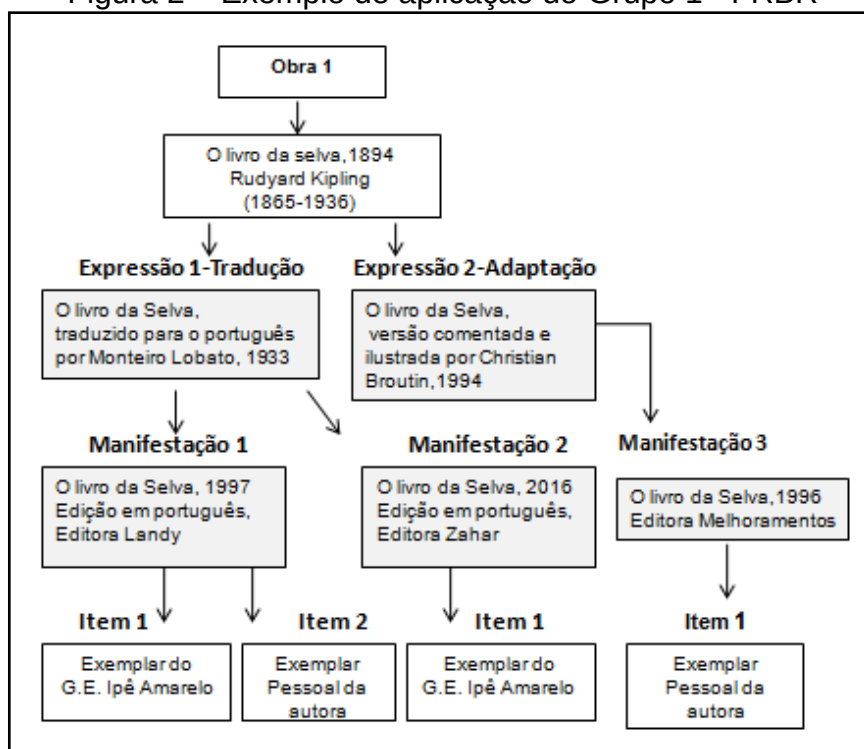
conteúdo intelectual da obra será uma nova expressão. Ex.: Idioma do texto original; traduções para outras línguas; versões (para materiais não-livro).

Manifestação: entidade concreta que se refere à representação física da expressão de uma obra. Ex.: monografias, periódicos, vídeos, gravações sonoras.

Item: entidade concreta que se refere a um único objeto físico ou exemplar de uma manifestação (exceções em casos de documentos com mais de um volume, por exemplo, uma monografia em um ou mais volumes). Ex.: exemplar único autografado. Documentos digitais também são representados nesta entidade. Ex.: artigo em formato pdf recuperado na Web.

Para maior entendimento acerca das entidades do Grupo 1, a Figura 2 compreende as expressões, as manifestações e os itens de uma determinada obra.

Figura 2 – Exemplo de aplicação do Grupo 1 - FRBR



Fonte: Adaptada de Machado (2015, p. 45).

Na figura anterior, o modelo conceitual FRBR pode ser compreendido da seguinte forma: a obra "O livro da selva", na expressão 1 - tradução de Monteiro Lobato.. A expressão 1 materializa-se na manifestação 1 - edição em português da editora Landy e na manifestação 2 - edição em português da editora Zahar. A expressão 2 - adaptação: versão comentada e ilustrada, materializa-se na manifestação 3. A manifestação 1 - edição em português da editora Landy é exemplificada pelo item 1 - exemplar do Grupo Escoteiro Ipê Amarelo, e pelo item 2 - exemplar acervo pessoal da autora. Já a manifestação 2 - edição em português da

editora Zahar é exemplificada pelo item 1 - exemplar do Grupo Escoteiro Ipê Amarelo. A manifestação 3 - edição Melhoramentos é exemplificada pelo item 1 - exemplar acervo pessoal da autora.

O Grupo 2 - responsabilidade possui duas entidades: pessoa e entidade coletiva. A entidade pessoa refere-se à responsabilidade de um indivíduo quanto à criação de uma obra, podendo a entidade pessoa ser também assunto de uma obra, por exemplo, escritores, cantores e a biografia como assunto de uma obra. Já a entidade coletiva refere-se a um grupo de indivíduos, por exemplo, congressos e instituições (SILVA; SANTOS, 2012).

Segundo Lourenço (2005), este grupo inclui os elementos que representam os responsáveis pelo conteúdo dos recursos informacionais, bem como pela produção, disseminação e guarda das entidades do Grupo 1, sendo assim, duas entidades básicas: pessoa e incorporação.

PESSOA: é uma pessoa, um indivíduo vivo ou falecido, envolvidos na criação ou realização de uma obra intelectual ou artística, ou que seja o assunto de uma obra (biografia).

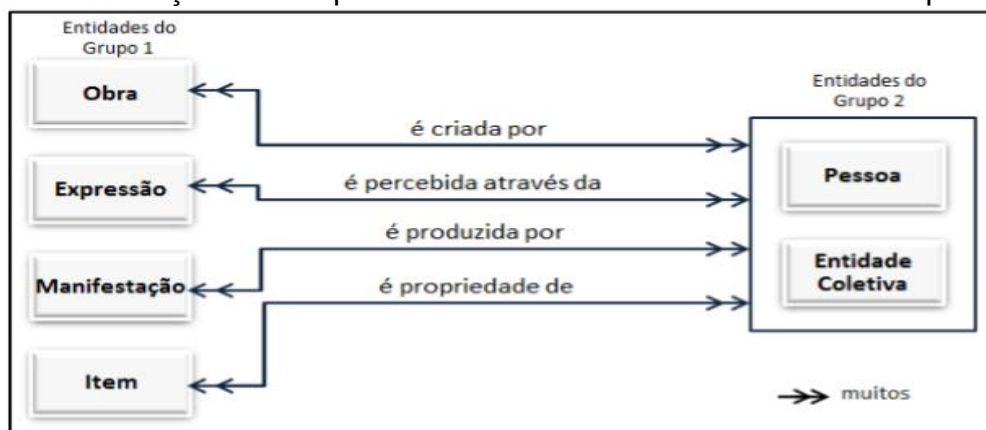
INCORPORAÇÃO: é uma organização, instituição ou grupo de indivíduos responsáveis pela criação ou realização, produção e distribuição de uma obra intelectual ou artística, ou que seja o assunto de uma obra (LOURENÇO, 2005, p. 43).

Estas entidades não se relacionam entre si, mas constituem um grupo de entidades de pontos de acesso, que se relacionam diretamente com as entidades do Grupo 1:

Uma OBRA é criada por uma PESSOA ou INCORPORAÇÃO. Esta relação está diretamente ligada à autoria da obra em si. Já, uma EXPRESSÃO é realizada por uma PESSOA ou INCORPORAÇÃO, ou seja, a incorporação de uma obra em texto requer um publicador, em som requer uma gravadora e uma imagem requer um estúdio de filmagem. Todas estas incorporações são consideradas no modelo do FRBR. Uma MANIFESTAÇÃO irá requerer uma PESSOA ou INCORPORAÇÃO que a produza. Por exemplo, um texto necessita de uma gráfica ou editora. Neste sentido, a entidade ITEM será de propriedade de uma PESSOA ou INCORPORAÇÃO (LOURENÇO, 2005, p. 43).

Esta relação, exposta anteriormente é apresentada na Figura 3 a seguir.

Figura 3 – Relações de responsabilidade entre as entidades dos Grupos 1 e 2



Fonte: Silva e Santos (2012, p. 7).

Na figura anterior, nos Grupos 1 e 2 as diferentes responsabilidades evidenciadas por uma pessoa ou entidade coletiva são materializadas em seus relacionamentos quanto ao Grupo 1, como criação, realização ou posse de uma obra (MEY; SILVEIRA, 2009).

O Grupo 3 - assunto possui quatro entidades, as quais somadas com as entidades dos Grupos 1 e 2, servem como assunto da entidade obra (SANTOS; PEREIRA, 2014). As quatro entidades que compõem o Grupo 3 são: conceito, objeto, evento e lugar, como apresentado no Quadro 4.

Quadro 4 – Entidades do Grupo 3 - Assunto

Entidade	Características	Exemplos
Conceito	Noção abstrata ou ideia que pode ser o assunto de uma obra, como áreas do conhecimento, teorias, disciplinas, práticas, processos, técnicas.	Sociologia; Princípio da inércia e Pasteurização.
Objeto	Coisas materiais que podem ser o assunto de uma obra, podendo ser animadas ou inanimadas, fixas ou móveis, e objetos feitos pelo homem.	Cristo redentor; Torre de Tóquio e Usina de Itaipu.
Evento	Ações e ocorrências que podem ser o assunto de uma obra, como épocas, períodos do tempo e eventos históricos.	Século XX; Era glacial; Holocausto e Pré-história.
Lugar	Localizações terrestres ou extraterrestres, características geográficas, jurisdições políticas etc.	Rússia; Ilha da Madeira; Marte e ABC Paulista.

Fonte: Adaptada de Silva e Santos (2012, p. 118).

Para exemplificar as relações de assunto entre uma obra e as entidades dos Grupos 1, 2 e 3, apresenta-se a Figura 4.

Figura 4 – Relações de assunto - Grupos 1, 2 e 3



Fonte: Silva e Santos (2012, p. 8).

Na figura anterior, “[...] as relações de assunto exemplificam os relacionamentos existentes entre uma obra e as entidades do Grupo 1 e do Grupo 2. Uma obra pode ter como assunto qualquer uma das entidades do Grupo 1, 2 ou 3” (SILVA ; SANTOS, 2012, p. 121). Assim sendo, há relações estabelecidas na representação bibliográfica e a diferença consiste em tornarem-se recuperáveis, sendo que nos sistemas manuais é necessário gerar pontos de acesso para que isso ocorra (MEY; SILVEIRA, 2009).

Em suma, os pontos de acesso possibilitam a recuperação de um recurso informacional pelo usuário. De acordo com Oliver (2011), no modelo conceitual FRBR, o usuário recupera um recurso informacional por meio de quatro tarefas distintas: encontrar, identificar, selecionar e obter, conforme o Quadro 5.

Quadro 5 – Tarefas do usuário (FRBR)

Tarefas	Descrição
Encontrar	Entidades que correspondam aos critérios de busca formulados pelo usuário, isto é, localizar tanto uma única entidade quanto um conjunto de entidades em um arquivo ou base de dados como resultado de uma busca que empregue um atributo ou uma relação da entidade.
Identificar	Uma entidade, isto é, confirmar que a entidade descrita corresponde à entidade procurada, ou distinguir entre duas ou mais entidades com características similares.
Selecionar	Uma entidade que seja apropriada às necessidades do usuário, isto é, escolher uma entidade que atenda aos requisitos do usuário no que se refere a conteúdo, formato físico etc., ou ter acesso ou recusar uma entidade que seja inadequada para as necessidades do usuário.
Obter	Acesso à entidade descrita, isto é, adquirir uma entidade por meio de compra, empréstimo etc., ou ter acesso eletronicamente a uma entidade por meio de uma conexão em linha com um computador remoto.

Fonte: Adaptado de Oliver (2011, p. 20).

Essas tarefas realizadas pelos usuários são atividades simples, as quais são executadas para a recuperação de um recurso informacional no catálogo de uma biblioteca, pois para “encontrar” o registro informacional que deseja, o usuário deverá “identificar” qual autor ou título da busca se aproxima do seu interesse. Se encontrar dificuldades devido à grande quantidade de registros bibliográficos, o usuário necessita “selecionar” o registro que mais se aproxima do seu interesse para pegá-lo na estante ou acessá-lo no caso do registro online.

As tarefas dos usuários “encontrar” e “identificar” expostas anteriormente, encontram-se inseridas no modelo conceitual para a representação da informação FRAD, o qual será apresentado a seguir.

3.2 FUNCTIONAL REQUIREMENTS FOR AUTHORITY DATA (FRAD)

Com o objetivo de construir um modelo conceitual das entidades do Grupo 2 do FRBR, a IFLA criou um novo grupo de estudo em 2003, denominado *Functional Requirements and Numbering of Authority Records* (FRANAR). Em 2005, passou a chamar-se *Functional Requirements for Authority Data* (FRAR). Depois da versão preliminar, foi disponibilizado para revisão e foi renomeado em 2007 e passou a chamar-se FRAD (IFLA, 2013, tradução nossa; FUSCO, 2010).

Segundo Mey e Silveira (2009), o FRAD é uma extensão e expansão dos FRBR planejado para, além de criar um quadro de referência estruturada, fazer o relacionamento entre os dados dos registros de autoridade, mediante as necessidades dos usuários. Assim sendo, ambos os modelos conceituais têm como ponto de partida os usuários e suas necessidades.

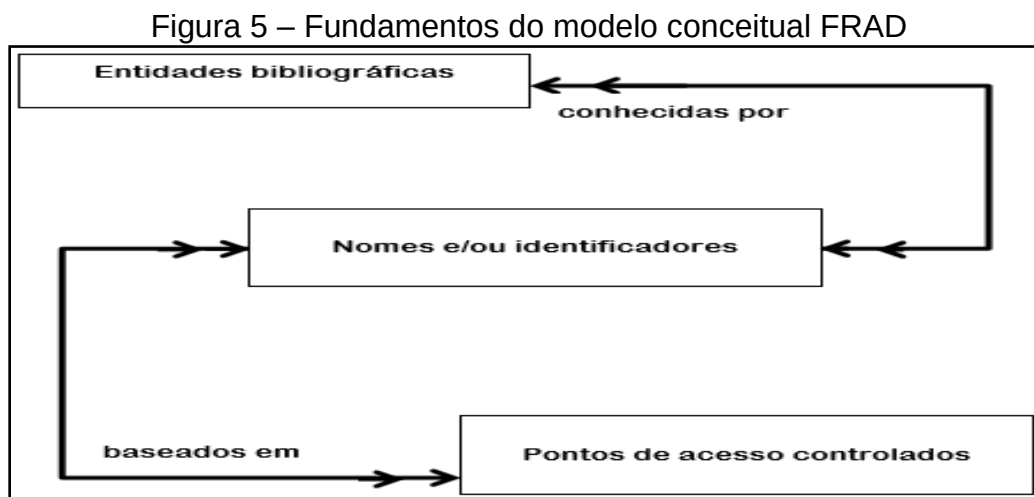
De acordo com Oliver (2011), o modelo conceitual FRAD teve sua versão final aprovada e publicada no ano de 2009. Para este autor, esse modelo foi desenvolvido e direcionado para os usuários catalogadores responsáveis por criar e manter os registros de autoridades.

Ainda segundo Oliver (2011), o FRAD contempla as tarefas realizadas pelo usuário final do catálogo, que utiliza a informação sobre os responsáveis por determinada obra, isto porque, assim como no modelo FRBR, no FRAD, os dados são analisados segundo sua utilidade para quem se destina, pois ambos os modelos “[...] mapeiam a relação entre o dado que é registrado, tanto em registros

bibliográficos quanto de autoridade e as necessidades daqueles que utilizarão esse dado” (OLIVER, 2011, p. 19).

Para Mey e Silveira (2009, p. 38), o FRAD é um modelo que “[...] abrange todos os tipos de dados de autoridade (inclusive entidades de assuntos)”, pois são definidos como um conjunto de informações sobre uma determinada pessoa, família ou instituição, sendo usados como base para buscar os pontos de acesso dos registros no catálogo.

Para maior entendimento acerca do FRAD, a Figura 5 demonstra de forma simplificada os fundamentos deste modelo conceitual.



Fonte: IFLA (2013 apud MACHADO, 2015, p. 50).

Com base na figura anterior, entidades no universo bibliográfico são conhecidas por nomes e/ou identificadores, que, por sua vez, são usadas como base para a construção de catálogos. Ou seja, uma entidade bibliográfica, como uma obra, uma pessoa ou objeto, é conhecida por um nome e/ou identificador e, desta forma, é a base para um ponto de acesso controlado. Como exemplo, pode-se citar o código de barras que identifica unicamente uma entidade como um item e que a diferencia de outras entidades. Para exemplificar a entidade nome, pode-se citar o nome pessoal ou corporativo.

De acordo com Oliver (2011), o FRAD tem como base as entidades bibliográficas apresentadas nos FRBR e permitem aos usuários realizar suas tarefas, isto é encontrar, identificar, contextualizar e justificar uma entidade, conforme exposto no Quadro 6.

Quadro 6 – Tarefas do usuário (FRAD)

Tarefas	Descrição
Encontrar	Encontrar uma entidade ou conjunto de entidades que correspondam a critérios declarados (isto é, encontrar uma única entidade ou um conjunto de entidades que adotem um atributo ou combinação de atributos ou uma relação da entidade como critério de busca); ou explorar o universo das entidades bibliográficas usando esses atributos e relações.
Identificar	Identificar uma entidade (isto é, confirmar que a entidade representada corresponde à entidade procurada, para distinguir entre duas ou mais entidades de características iguais) ou validar a forma do nome a ser usada como ponto de acesso controlado.
Contextualizar	Situar uma pessoa, instituição, obra etc. em um contexto; esclarecer a relação entre duas ou mais pessoas físicas, pessoas jurídicas, obras etc.; ou esclarecer a relação entre uma pessoa física, pessoa jurídica etc. é conhecida (p. ex., nome usado no meio religioso <i>versus</i> nome secular).
Justificar	Documentar a razão pela qual o criador dos dados de autoridade escolheu o nome ou a forma do nome em que se baseia um ponto de acesso controlado.

Fonte: Adaptado de Oliver (2011, p. 21).

As tarefas dos usuários expostas no quadro anterior, com destaque para “encontrar” e “identificar”, são exemplificadas no cotidiano do usuário, haja vista que o usuário tenta “encontrar” tudo sobre um determinado autor ou o que a ele esteja relacionado e, assim, identificar um autor dentre os demais com o mesmo nome. Já na tarefa “contextualizar e justificar”, o catalogador facilita ao usuário a busca da informação por meio da representação do recurso informacional que, de acordo com o modelo entidade-relacionamento FRAD, justifica o porquê da escolha de um autor dentre as variações, como a relação entre nomes anteriores de uma determinada instituição, por meio do acesso controlado de autoridades.

As tarefas dos usuários “encontrar” e “identificar”, presentes no FRBR, encontram-se inseridas também no modelo conceitual para representação da informação FRSAD, o qual será abordado a seguir.

3.3 FUNCTIONAL REQUIREMENTS FOR SUBJECT AUTHORITY DATA (FRSAD)

Com o objetivo de construir um modelo conceitual das entidades do Grupo 3 do FRBR, a IFLA criou um novo Grupo de estudo, constituído em 2005, para desenvolver os *Functional Requirements for Subject Authority Records* (FRASAR), que, em 2009, foi renomeado para FRSAD (IFLA, 2010, tradução nossa).

De acordo com a IFLA (2010, tradução nossa), o FRSAD tem por objeto de estudo os registros de autoridades de assunto, em que os cabeçalhos ou tesauros

são baseados nos vocabulários controlados, a fim de tornar compreensíveis os dados de um recurso informacional, visando atender as demandas dos usuários.

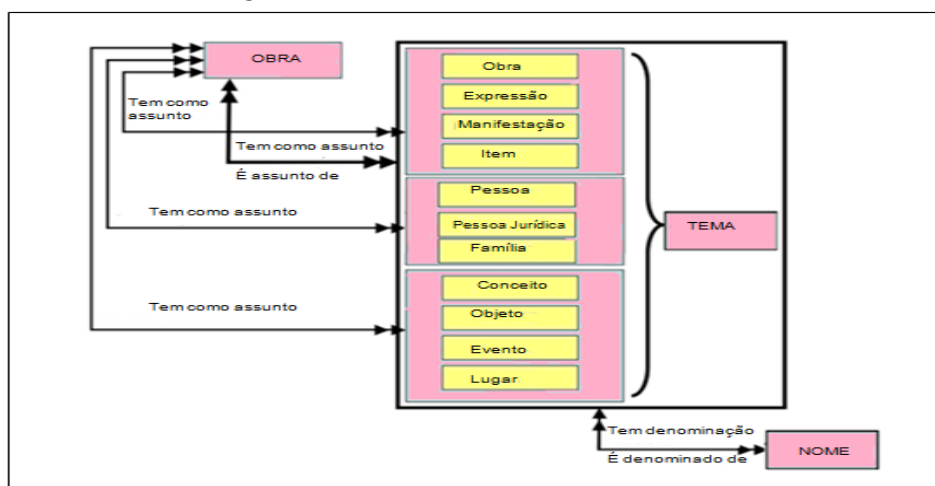
Segundo Melo (2013, p. 55), o modelo conceitual FRSAD teve sua versão final aprovada e publicada no ano de 2010, cujo foco foi a [...] “modelagem das entidades que representam tematicamente uma obra sob o ponto de vista dos usuários, [...] a fim de promover o uso e o compartilhamento internacional dos dados de autoridade assunto”.

Para a representação temática da informação, o modelo conceitual FRSAD agrega duas entidades ao Grupo 3 dos FRBR:

Thema (entidade usada para determinar o assunto da obra) e *Nomen* (qualquer signo, sequência de signos, códigos – com caracteres alfanuméricos, sonoros, etc. – pelo qual o *Thema* é conhecido, identificado ou referido). No controle de autoridade de assuntos, o *Thema* pode apresentar vários *Nomen*, mas os vários *Nomen* só podem expressar um único *Thema* (IFLA, 2010, p. 13, tradução nossa).

O modelo conceitual FRSAD é demonstrado a seguir a fim de evidenciar como os relacionamentos bibliográficos entre as entidades, onde “obra”, “tema” e “nome” englobam todos os tipos de entidades, conforme a Figura 6.

Figura 6 – Modelo conceitual FRSAD



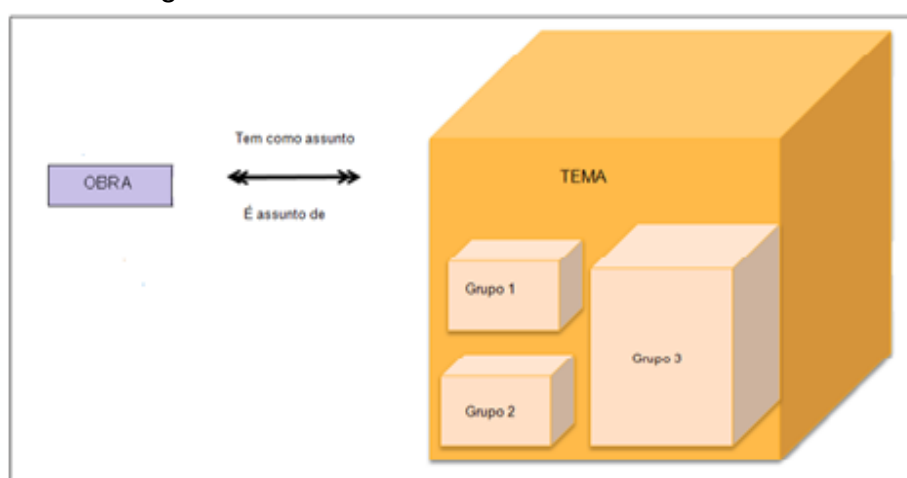
Fonte: Adaptada IFLA (2010, p. 15).

O modelo conceitual FRSAD, de acordo com a figura anterior, estabelece dois conjuntos de relacionamentos entre diferentes tipos de entidades (*obra-to-thema*; *thema-to-nomen*) e entre entidades de mesmo tipo (*thema-to-thema*; *nomen-to-nomen*). Portanto, “*obra-to-thema*” indica que qualquer das entidades do modelo

pode ser o assunto de uma obra, ou seja, qualquer obra pode ter vários *themas* e qualquer *thema* pode ser um assunto de várias obras. Já o “*thema-to-nomen*” evidencia que qualquer *thema* pode ter múltiplos *nomens*, como ocorre em diferentes idiomas, ou seja, essa relação é de muitos-para-muitos (MELO, 2013).

Assim, na relação “obra-to-*thema*”, o *thema* pode conter elementos dos Grupos 1, 2 e 3 dos FRBR relacionados a uma obra, conforme demonstra a Figura 7.

Figura 7 – Relacionamentos entre obra e tema



Fonte: Adaptada da IFLA (2010, p. 17).

Para exemplificar, os relacionamentos entre a obra e tema, que, por sua vez, ocorre nos dois sentidos, destacam-se obras que tratam sobre a vida e obra de Victor Meirelles, em que o próprio Victor Meirelles é o responsável por sua obra/biografia. O outro tema é a sua pintura, que se concretiza como uma obra, ou seja, uma criação artística.

Portanto, o foco principal do FRSAD está na relação que há entre obra, tema e nome pelos relacionamentos existentes, os quais atendem as tarefas dos usuários. Tarefas essas, que foram pensadas a partir do propósito principal do FRSAD:

- Construir um modelo conceitual das entidades do Grupo 3 do modelo FRBR que se relacionam com a tematicidade de uma obra;
- Fornecer um quadro estruturado, definido com clareza, para relacionar os dados registrados como autoridade assunto às necessidades dos usuários desses dados;
- Auxiliar na avaliação do potencial de uso e compartilhamento internacional dos dados de autoridade assunto, tanto em bibliotecas quanto fora delas (IFLA, 2010, p. 9, tradução nossa).

No entanto, para cumprir estas prioridades, o FRSAR redefine as tarefas dos usuários durante o processo de busca de informação, estabelecidas nos FRBR, acrescentando à tarefa “explorar”, a qual substituiu a tarefa “obter”, como apresentado no Quadro 7.

Quadro 7 – Tarefas do usuário (FRSAD)

Tarefas	Descrição
Encontrar	Um ou mais assuntos e/ou suas denominações que correspondam aos critérios estabelecidos pelo usuário, usando atributos e relacionamentos.
Identificar	Um assunto e/ou a sua denominação com base em seus atributos ou relacionamentos (ou seja, distinguir entre dois ou mais assuntos ou denominações com características semelhantes para confirmar que o assunto ou denominação apropriada foi encontrado).
Selecionar	Um assunto e/ou a sua denominação adequada às necessidades do usuário (ou seja, escolher ou rejeitar com base nos requisitos e necessidades do usuário).
Explorar	Os relacionamentos entre os assuntos e/ou suas denominações (por exemplo, explorar os relacionamentos a fim de compreender a estrutura de um domínio do conhecimento e sua terminologia).

Fonte Adaptado de Melo e Bräscher (2014, p. 108).

As tarefas dos usuários, expostas no quadro anterior, são exemplificadas no cotidiano do usuário, quando este tenta “encontrar” tudo sobre um determinado assunto, assim, “identificar” uma obra dentre as demais com o mesmo assunto, “selecionando” qual deseja. Já na tarefa “explorar”, o usuário faz os relacionamentos entre os assuntos que tem interesse.

Para a consolidação dessas tarefas dos usuários, o catalogador encontra assuntos possíveis, “explora” as relações com outros assuntos e “seleciona” os mais adequados para o recurso informacional. Depois, “encontra” e “seleciona” os termos preferidos para expressar os conceitos selecionados e transformá-los em pontos de acesso na descrição de assunto. Ao concluir esse processo, o catalogador disponibiliza o recurso informacional aos usuários finais.

Assim sendo, o FRSAD possibilitou com o FRBR e o FRAD, que os recursos informacionais fossem organizados e representados em bibliotecas para melhor atender ao usuário final.

No entanto, para que os recursos informacionais fossem representados, durante a evolução da catalogação foram criados instrumentos que possibilitassem ao catalogador a representação da informação no ambiente tradicional e digital, a fim de atender às necessidades de recuperação da informação pelo usuário real e potencial, conforme exposto na seção 4.

4 INSTRUMENTOS PARA REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Para que a representação da informação possa atingir sua finalidade principal, visando à padronização de registros informacionais, torna-se necessária a utilização de instrumentos internacionais, que por meio de regras, possibilitam a descrição da informação e o intercâmbio de dados. A representação da informação compreende todos os aspectos da representação: descrição, dados de localização e assunto, mas o foco deste estudo é a descrição.

Assim sendo, apresenta-se nesta seção os instrumentos de representação da informação que proporcionam a comunicação entre a informação produzida e sua utilização pelos usuários, haja vista que a representação e recuperação da informação de forma eficaz tem sido foco para os catalogadores ao longo do tempo.

A comunidade de catalogação tem procurado estar atuante com relação às revisões dos atuais instrumentos de representação da informação por meio de grupos de estudos. De acordo com Santos e Corrêa (2009), com o aumento na produção de documentos, houve a preocupação com a padronização da descrição bibliográfica.

Neste sentido, a IFLA propôs a criação de um grupo de estudos visando uma proposta de padronização internacional para a catalogação, que em 1969 teve seu relatório apresentado no *Meeting of Cataloguing Experts* em Copenhague, na Dinamarca (SANTOS; CORRÊA, 2009). O documento gerado e aprovado neste evento foi a *International Standard Bibliographic Description* (ISBD), que será exposto a seguir.

4.1 INTERNATIONAL STANDARD BIBLIOGRAPHIC DESCRIPTION (ISBD)

A ISBD foi apresentada como um documento básico em 1969, por Michael Gorman à Reunião Internacional de Especialistas em Catalogação (RIEC), realizada em Copenhague, a proposta foi publicada como documento pela IFLA em 1971, como ISBD(M) (MEY, 1995).

A ISBD foi desenvolvida para promover o Controle Bibliográfico Universal (CBU) com o objetivo de estabelecer critérios para que a catalogação descritiva fosse compatível internacionalmente, permitindo, assim, o intercâmbio de registros

bibliográficos em todos os tipos de bibliotecas, ou seja, com vista a permitir que os registros criados em um país pudessem ser importados e integrados nos catálogos de qualquer país.

O principal objetivo da ISBD, de acordo com o esclarecimento exposto na ISBD(M) (2005, p. 6), revisão 2002, é:

[...] dar as diretivas que permitam uma catalogação descritiva compatível à escala mundial, de forma a facilitar a troca internacional de referências bibliográficas entre agências bibliográficas nacionais e entre a comunidade internacional das bibliotecas e da documentação. Ao definir os elementos necessários numa descrição bibliográfica, prescrevendo a sua ordem de apresentação e a pontuação que os delimitam, as ISBDs visam:

A. tornar intercomunicáveis as referências bibliográficas produzidas por diferentes fontes, de forma que as referências produzidas num país possam ser facilmente integradas nos catálogos ou na bibliografia de qual outro país;

B. ajudar à compreensão das referências apesar das barreiras linguísticas, de forma que as referências produzidas para os utilizadores de uma língua possam ser entendidas pelos utilizadores de outras línguas;

C. facilitar a conversão das referências bibliográficas em formato legível por máquina.

Desta forma, os padrões internacionalmente acordados, como a ISBD e os Princípios de Catalogação, normatizam os registros bibliográficos e os produtos da catalogação que constituem um catálogo ou base de dados (MEY; SILVEIRA, 2010).

Mey (1987, p. 33) destaca que “[...] a ISBD, surgiu a partir de um levantamento em oito bibliografias nacionais, cuja preocupação foi comparar as práticas da catalogação adotadas na época”.

Neste segmento, Santos e Corrêa (2009, p. 44) esclarecem que a “ISBD foi desenvolvida por tipo de material ou suporte, seguindo um planejamento baseado na necessidade e quantidade de suportes existentes”, o que originou a primeira ISBD(M) direcionada para monografias, e, sucessivamente, as demais ISBDs, conforme o Quadro 8.

Quadro 8 – ISBDs

(Continua)

ISBD	Características
ISBD(A)	International Standard Bibliographic Description for Older Monographic Publications (Antiquarian) - para monografias anteriores a 1891.
ISBD(CF)	International Standard Bibliographic Description for Computer Files - para Recursos eletrônicos, alterada para ISBD (ER), em 1995.
ISBD(CM)	International Standard Bibliographic Description for Cartographic Materials - para materiais cartográficos.

Quadro – 8 ISBDs (Conclusão)

ISBD	Características
ISBD(CR)	International Standard Bibliographic Description for Serials and Other Continuing Resources - recursos contínuos, inclusive periódicos.
ISBD(ER)	International Standard Bibliographic Description for Electronic Resources - recursos eletrônicos.
ISBD(G)	General Standard Bibliographic Description - contém as regras gerais aplicáveis às outras ISBDs.
ISBD(M)	International Standard Bibliographic Description for Monographic Publications - para monografias.
ISBD(NBM)	International Standard Bibliographic Description for Non-Book Materials - para materiais não-livro, conceituados como os materiais visuais em duas dimensões.
ISBD(PM)	International Standard Bibliographic Description for Printed Music - para partituras.
ISBD(S)	International Standard Bibliographic Description for Serials - alterado para ISBD(CR).

Fonte: Adaptado de Santos e Corrêa (2009, p. 45).

Como é possível visualizar no quadro anterior, as ISBDs expostas são divididas em dez, sendo distribuídas cada uma para um determinado tipo de material ou suporte, por exemplo, monografias e recursos eletrônicos.

Segundo Santos e Corrêa (2009), em função desta diversidade de materiais e suportes informacionais, a necessidade de padronização da informação torna-se necessária para possibilitar a concretização do controle bibliográfico por meio de catálogos coletivos de qualidade.

Assim sendo, Cunha (1979) aponta que a ISBD possibilita a permuta de dados; facilita sua interpretação e permite a conversão dos dados bibliográficos em forma legível por máquina, minimizando também barreiras como a língua usada nos mais diferentes países.

Mey e Silveira (2009, p. 105) destacam que, em 1969, as ISBDs foram reestruturadas em oito áreas, dividindo as informações denominadas descritivas. Segundo as autoras, isso foi possível a partir da RIEC, que teve dentre os seus objetivos:

- Conciliar em um texto único os textos norte-americano e britânico de 1967;
- Incorporar ao texto único todas as emendas e mudanças já aprovadas e implementadas por mecanismos anteriores;
- Considerar a possibilidade de incluir no AACR todas as propostas de emenda em discussão no momento entre a American Library Association, a Library Association, a LC e a Canadian Library Association; qualquer nova proposta apresentada por estas entidades e pelo British Museum; e qualquer proposta de comissões nacionais de outros países em que o AACR fosse adotado;

- Suscitar interesse pelo AACR, a nível internacional, facilitando seu uso em outros países além dos Estados Unidos, Canadá e Reino Unido. Este objetivo final foi reforçado mais tarde quando o Council on Library Resources o estabeleceu como condição para financiar esta edição, com o intuito de contribuir para o desenvolvimento de um código internacional de catalogação (ALBUQUERQUE, 2006, p. 74).

A RIEC visava, em âmbito internacional, uma maior padronização das regras para a efetivação da catalogação compartilhada com qualidade, e a disseminação da informação (BARBOSA, 1978). Assim, o estudo da versão da ISBD consolidada guiou-se pelos seguintes objetivos e princípios, apresentados no Quadro 9.

Quadro 9 – Princípios e objetivos que guiaram a ISBD consolidada

Princípios	• Providenciar disposições para uma catalogação descritiva compatível a nível mundial, com a finalidade de ajudar o intercâmbio internacional de registros bibliográficos entre bibliotecas e comunidades de informação, incluindo produtores, editores etc. • Adaptar diferentes níveis de catalogação incluindo os necessários para as agências bibliográficas nacionais, bibliografias nacionais, universidades e outras coleções especializadas. • Especificar os elementos necessários para identificar e relacionar um recurso. • Centrar a atenção no conjunto de elementos de informação, mais do que na sua visualização ou no uso de um sistema automatizado específico. • O desenvolvimento das disposições deverá ter em conta práticas de custo efetivo.
Objetivos	• Preparar uma ISBD consolidada e atualizada com as ISBDs especializadas, com a finalidade de satisfazer as necessidades dos catalogadores e utilizadores da informação bibliográfica. • Proporcionar consistência e unificar sempre que possível as disposições da descrição de todos os recursos e requerer as disposições específicas necessárias para descrever a especificidade dos tipos de recursos.

Fonte: Adaptado de Escolano Rodríguez e McGarry (2007, p. 9).

A versão consolidada da ISBD foi publicada em 2011 e divide a descrição bibliográfica em nove áreas distintas, integradas em uma única ISBD a descrição de todos os tipos de recursos informacionais (IFLA, 2011, tradução nossa), conforme o Quadro 10.

Quadro 10 – Áreas da descrição bibliográfica da ISBD consolidada (Continua)

Áreas	Descrição	Características	Exemplos
Área 0	Regras gerais para a descrição	Indica a forma em que o conteúdo de um recurso informacional é expresso e os suportes utilizados para exibição do conteúdo.	Áudio, <i>software</i> , vídeo, documento impresso.
Área 1	Título e indicação de responsabilidade	Inclui o título de um recurso informacional e outras informações associadas e indica as responsabilidades (autoria) de um recurso por seu conteúdo intelectual.	Título da obra, subtítulo, autor, ilustrador, tradutor, organizador.
Área 2	Edição	Menciona informações da edição dos recursos	Edição atualizada,

Áreas	Descrição	Características	Exemplos
		e os responsáveis por ela.	ampliada, revisada.

Quadro 10 – Áreas da descrição bibliográfica da ISBD consolidada (Conclusão)

Áreas	Descrição	Características	Exemplos
Área 3	Material ou tipo de recurso específico	Contém dados que são exclusivos para uma determinada classe de material ou tipo de recurso.	Música impressa, periódicos, materiais cartográficos.
Área 4	Publicação, produção, distribuição etc.	Inclui o local de publicação, produção e/ou distribuição; o nome do editor, produtor e/ou distribuidor; a data de publicação, produção e/ou distribuição; entre outras informações.	Local, Editora e data.
Área 5	Descrição física	Informa a extensão, outros detalhes físicos, dimensões, bem como a declaração de material que acompanha um recurso.	Número de páginas, dimensão, se possui ilustrações.
Área 6	Séries e recursos monográficos em partes	Inclui o título, a indicação de responsabilidade, o número padrão internacional, a numeração e outras informações relativas a uma série de recursos monográficos em várias partes.	Coleções, séries, volumes, ISSN.
Área 7	Inclui Notas	São informações adicionadas pelo catalogador, de interesse para o usuário e que não foram registradas em outro lugar no corpo da descrição. Qualificam e ampliam a descrição de outras áreas, além de indicar relações com outros recursos.	Nota explicativa, bibliografia, índice, periodicidade
Área 8	Identificador de recursos e condições de aquisição	Um identificador de recurso é qualquer número ou designação alfanumérica associada para identificar um recurso de acordo com um padrão internacional.	Custo monetário de um recurso.

Fonte: Adaptado de Machado (2015, p. 55).

Dessa forma, as ISBDs permitiram uma catalogação descritiva atendendo aos requisitos internacionais de forma a viabilizar a troca internacional de referências bibliográficas entre bibliotecas (SANTOS; CORRÊA, 2009).

Nesta perspectiva, as necessidades de padronização e recuperação da informação de forma rápida e eficiente fizeram emergir novas práticas no âmbito da catalogação, em que a ISBD foi a base para o desenvolvimento de diretrizes e códigos de catalogação, por exemplo, o AACR, que será apresentado a seguir.

4.2 ANGLO-AMERICAN CATALOGUING RULES (AACR)

A ALA, em parceria com a *Canadian Library Association* e com a *Library Association* (Inglaterra), em 1967, elaborou o AACR, de acordo com os princípios propostos pela Declaração de Paris (1961). Embora tenham sido publicadas duas versões, uma inglesa e outra norte-americana, o AACR tornou-se difundido mundialmente, foi adotado em vários países e traduzido em 25 línguas. O Brasil

adotou a versão norte-americana, com a primeira tradução em língua portuguesa realizada em 1969 (BARBOSA, 1978; MEY, 1995; OLIVER, 2011).

De acordo com Oliver (2011), inicialmente, o AACR foi idealizado para os materiais impressos e os catálogos em fichas, tornando-se um conjunto de regras internacionais que subsidiam o tratamento da informação, as quais visam à representação da informação por meio da elaboração de descrições bibliográficas para atribuição dos pontos de acesso, cabeçalhos de pessoas, localizações geográficas e entidades coletivas, como também de títulos uniformes e remissivas (CÓDIGO..., 2004).

Segundo Barbosa (1978, p. 150), o AACR foi pensado mediante os problemas reais constatados em grandes bibliotecas em relação à padronização da catalogação e foi aceito devido a:

- Facilidade da língua inglesa, considerado como idioma internacional de comunicação;
- Influência dos Estados Unidos, com ajuda da UNESCO, na criação de universidades em países como a Coreia, Índia, etc.;
- O envio regular de pessoas para se profissionalizarem ou se aperfeiçoarem em universidades americanas e inglesas, principalmente oriundas de países onde não existem escolas de biblioteconomia.

Entretanto, no intuito de englobar os novos conceitos tecnológicos desenvolvidos na sociedade em larga escala, o que possibilitou o desenvolvimento de novos suportes de informação, o AACR passou por uma revisão, originando sua segunda edição em 1978, assim denominada de AACR2 (BARBOSA, 1978; MEY, 1995).

A tradução desta nova edição ocorreu no Brasil entre os anos de 1983 e 1985, sob a responsabilidade da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB) em 2 volumes. O primeiro volume foi publicado em 1983 e incluía a Parte I, relativa à descrição (BARBOSA, 1978; MEY, 1995).

O segundo volume foi publicado em 1985 e continha normas de cabeçalhos para pessoas, entidades e nomes geográficos, os títulos uniformes e as remissivas, bem como os apêndices: A - uso de maiúsculas; B - abreviaturas; C - numerais; e D - glossário, além do apêndice especial para a edição brasileira, denominado de entradas para nomes de língua portuguesa (BARBOSA, 1978; MEY, 1995).

O AACR2 foi revisado em 2002 pelo Comitê Internacional, denominado *Joint Steering Committee for Revision AACR* (JSC), com representantes das instituições: *American Library Association*; *Library of Congress*; *Australian Committee on Cataloguing*; *British Library* e *Canadian Committee on Cataloguing*, responsáveis pela revisão e implementação do AACR2 (OLIVER, 2011).

A publicação do AACR2 trouxe consideráveis mudanças no universo da informação registrada, dentre as quais o destaque para os pontos de acesso por autoridade pessoal, que recebeu muitas emendas e revisões até 2004.

Atualmente, o AACR2 está estruturado da seguinte forma, conforme exposto no Quadro 11.

Quadro 11 – Estrutura do AACR2

Descrição	Parte I	Regras gerais de descrição	Capítulo 1
		Livros, Folhetos e Folhas Impressas	Capítulo 2
		Materiais Cartográficos	Capítulo 3
		Manuscritos (incluindo Coleções Manuscritas)	Capítulo 4
		Música	Capítulo 5
		Gravação de Som	Capítulo 6
		Filmes Cinematográficos	Capítulo 7
		Materiais Gráficos	Capítulo 8
		Recursos Eletrônicos	Capítulo 9
		Artefatos Tridimensionais e Realia	Capítulo 10
		Microforma	Capítulo 11
		Recursos Contínuos	Capítulo 12
		Análise	Capítulo 13
Pontos de Acesso Títulos Uniformes Remissivas	Parte II	Escolha dos Pontos de Acesso	Capítulo 21
		Cabeçalhos para Pessoas	Capítulo 22
		Nomes Geográficos	Capítulo 23
		Cabeçalhos para Entidades	Capítulo 24
		Títulos Uniformes	Capítulo 25
		Remissivas	Capítulo 26
Apêndices	A	Uso de maiúsculas e minúsculas	
	B	Abreviaturas	
	C	Numerais	
	D	Glossário	
	E	Artigos Iniciais	
	F	Apêndice à Tradução Brasileira	
Índice		Índice localizador de instruções e apêndices	

Fonte: Adaptado de Código (2002).

A Parte I do código AACR2 traz informações que descrevem o item a ser catalogado, sendo aplicável a todos os tipos de recursos informacionais, tais como: materiais cartográficos e recursos eletrônicos que, como evidenciado no quadro anterior, estão distribuídos em capítulos que visam as orientações para cada tipo de recurso. Isto também é evidenciado na Parte II.

Deste modo, inicialmente, a Parte I do AACR2 visa descrever um recurso informacional começando pelo título, seja este principal ou equivalente, sendo registrado conforme apresentado, bem como pela descrição dos responsáveis pela obra, ou seja, os autores, coautores, tradutores, ilustradores e todos que tiverem algum tipo de responsabilidade intelectual.

Sucessivamente, a descrição do recurso informacional continua pela indicação e responsabilidade da edição. Logo, detalha-se o tipo de material, bem como o local de publicação, editor e data. Em seguida, acrescenta-se a descrição física, tal como a extensão, ilustração e dimensão. Posteriormente, faz-se a descrição das séries e dos recursos monográficos em partes, por exemplo, a descrição da coleção e da série. Por fim, incluem-se notas, quando necessárias, as quais visam fornecer informações adicionais, por exemplo, a nota de conteúdo.

A Parte II do AACR2 traz regras específicas para a escolha de pontos de acesso, cabeçalhos para pessoas e entidades, nomes geográficos, títulos uniformes e remissivas.

Entretanto, com as mudanças ocorridas na sociedade e com a influência das TIC, as quais proporcionaram a expansão dos ambientes digitais e, conseqüentemente, o desenvolvimento de novos suportes e formatos de recursos informacionais, houve a necessidade de outra revisão do AACR2 em 2004, pelo *Joint Steering Committee (JSC) for Revision of AACR* (MEY; SILVEIRA, 2009) devido às dificuldades em descrever tais recursos.

Essa revisão propunha uma nova edição do AACR2 com consideráveis mudanças. No entanto, tais mudanças foram abrangentes, o que resultou em 2005, no desenvolvimento da RDA (MEY; SILVEIRA, 2009), apresentada a seguir.

4.3 RESOURCE DESCRIPTION AND ACCESS (RDA)

A RDA surgiu mediante à necessidade de uma nova abordagem para as regras de catalogação (representação da informação) para contemplar os atuais recursos tecnológicos e digitais. Oliver (2011) salienta que a RDA nasce alicerçada no AACR2, que mantém suas tradições catalográficas pautadas nas ISBDs e nos PIC.

O desenvolvimento da RDA foi realizado pelo *Joint Steering Committee (JSC) for Development of RDA* em conjunto com representantes da *American Library*

Association; Australian Committee on Cataloguing; British Library; Canadian Committee on Cataloguing; Chartered Institute of Library and Information Professionals (CILIP) e Library of Congress (LC) (FUSCO, 2010).

Modesto (2008, p.1) define a RDA como uma:

Proposta de padrão sucessora ao AACR2 [...], seu desenvolvimento caracteriza-se por uma mudança na direção de ser um código internacional (ou de aceitação global), que diferentemente do atual (em uso), não se regule por regras rígidas, mas por diretrizes de ampla aplicação, e com foco centrado no usuário e nas suas necessidades de informação.

Na visão de Assumpção e Santos (2009), a RDA é definida como um padrão de metadados, que tem o propósito de abordar todos os tipos de mídia e conteúdo, tornando possível sua utilização em qualquer ambiente digital.

Para Oliver (2011, p. 1), a RDA consiste em um “[...] conjunto de instruções práticas que, no entanto, baseia-se numa estrutura teórica que define a forma, a estrutura e o conteúdo desta nova norma [...]” e fundamenta-se nos modelos conceituais FRBR e FRAD. A harmonização entre esses modelos conceituais é o que permite, de acordo com a autora, a recuperação de recursos informacionais que melhor atenda às necessidades informacionais dos usuários.

Dessa forma, a RDA é um conjunto de orientações para a descrição de recursos informacionais em ambientes digitais, que se baseia em uma estrutura teórica e metodológica para a recuperação destes recursos.

Assumpção e Santos (2009, p. 2) mencionam que a RDA possibilita a “[...] flexibilidade e extensibilidade necessárias para acomodar as características de novos recursos e a adaptabilidade necessária para os dados produzidos funcionarem com uma ampla gama de ambientes tecnológicos”.

Assim, são inúmeras as vantagens que a RDA proporciona para os usuários frente às suas tarefas: para os catalogadores no exercício de sua prática, bem como para as instituições que se utilizam destas diretrizes.

Dentre estas vantagens, destacam-se: (a) usuários - dados de apoio a uma melhor navegação e melhor visualização, e elementos de dados definidos com precisão; (b) catalogadores - apresenta um conjunto detalhado de instruções, com espaço para o discernimento do catalogador; há menos exceções na transcrição de dados; e (c) instituições - todas as vantagens para os usuários são também para as

instituições, pois, elas têm como premissa atender seus usuários frente às suas necessidades de informação (OLIVER, 2011).

A RDA está estruturada conforme o Quadro 12.

Quadro 12 – Estrutura da RDA

Registro de Atributos	Seção 1	Registro de Atributos para manifestação e item.	Capítulo 1 - 4
	Seção 2	Registro de atributos para obra e expressão.	Capítulo 5 - 7
	Seção 3	Registro de atributos para pessoas e entidades.	Capítulo 8 -11
	Seção 4	Registro de atributos para conceito, objeto, evento e lugar.	Capítulo 12 - 16
Registro de Relacionamentos	Seção 5	Registro básico para relações entre obra, expressão, manifestação e item.	Capítulo 17
	Seção 6	Registro das relações para pessoas e entidades.	Capítulo 18 - 22
	Seção 7	Registro das relações para conceitos, objetos, eventos e lugares associados com a obra.	Capítulo 23
	Seção 8	Registro das relações entre obras, expressões, manifestações e itens.	Capítulo 14 - 28
	Seção 9	Registro das relações entre pessoas e entidades.	Capítulo 29 - 32
	Seção 10	Registro das relações entre conceitos, objetos, eventos e lugares.	Capítulo 33 - 37
Apêndices	A	Uso de maiúsculas.	
	B	Abreviaturas.	
	C	Artigos iniciais.	
	D	Sintaxe do registro para descrição do dado.	
	E	Sintaxe do registro para controle do ponto de acesso.	
	F	Cabeçalhos para pessoas.	
	G	Títulos de nobreza, termos de classificação, etc.	
	H	Datas do calendário cristão.	
	I – L	Designadores de relacionamentos.	
Glossário	Lista alfabética de termos e expressões		
Índice	Índice localizador de instruções e apêndices		

Fonte: Adaptado de Assumpção e Santos (2009).

Com base no quadro anterior, a RDA está estruturada em 10 seções e 37 capítulos, e aborda: registro de atributos (*recording attributes*) para manifestação e item; para obra e expressão; para pessoas e entidades; e para conceito, objeto, evento e lugar, que condiz a 4 seções e a 16 capítulos. E registro de relacionamentos (*recording relationships*) para obra, expressão, manifestação e item; para pessoas e entidades; e para conceitos, objetos eventos e lugares associados com a obra, que condiz a 6 seções e 26 capítulos.

Além disso, a RDA traz os apêndices de A - L, um glossário de lista alfabética sobre termos e expressões, e um índice localizador de instruções e apêndice. O capítulo 0 (zero) define instruções, trazendo um esboço geral de como a RDA está organizada.

Esta estrutura da RDA está disponibilizada online pelo *software RDA Toolkit*, por meio de assinatura anual. Em suma, o *RDA Toolkit* inclui o conteúdo da norma e funcionalidades adicionais, por exemplo, a última versão do AACR2, as quais visam a auxiliar os catalogadores em suas práticas diárias (OLIVER, 2011; ASSUMPÇÃO, 2012).

Assim sendo, são inúmeras as vantagens que a RDA possibilita, por exemplo, a comparação das diretrizes da RDA com o AACR2, a fim de evidenciar as mudanças entre estes instrumentos para representação da informação.

Dentre as mudanças significativas, destaca-se a alteração da terminologia, apresentada no Quadro 13.

Quadro 13 – Terminologia equivalente entre AACR2 x RDA

AACR2	RDA
Cabeçalho	Ponto de acesso
Cabeçalho autorizado	Ponto de acesso autorizado
Entrada principal	Ponto de acesso primário
Entrada secundária	Ponto de acesso secundário
Controle de autoridade	Ponto de acesso controlado
Título uniforme	Título preferencial

Fonte: Adaptado de Tillet (2007, p. 25).

Outra mudança da RDA em relação ao AACR2 está na publicação do formato que deixou de ser em papel e passou a ser digital, além do enfoque dado na introdução à Designação Geral de Material (DGM), o que no AACR2 estava restrito à categorização seguida do enunciado do título. Na RDA, a DGM é substituída por três elementos: tipo de mídia, tipo de suporte e tipo de conteúdo, em que “[...] cada um dos três elementos [...] conta com um conjunto de termos de um vocabulário controlado” (OLIVER, 2011, p. 61).

Ainda de acordo com Oliver (2011, p.75), a RDA não identifica níveis de descrição, e sim um conjunto de elementos essenciais. “A decisão sobre quais são os elementos essenciais baseia-se nas análises dos FRBR e FRAD que demonstram como que cada atributo e cada relação são usados para exercitar as tarefas do usuário”. Assim, um dos grandes diferenciais da RDA, no que se refere a AACR2, está no foco ao usuário e em suas tarefas executadas.

Para melhor entendimento, no AACR2, para designação de autoria, seja pessoa ou entidade coletiva, mantinha-se a regra dos três, que era utilizada para a supressão de autoria, seguida pela expressão abreviada [et al.]. O que se modificou

na RDA mediante à sua flexibilidade, permitindo, assim, a designação da autoria por extenso, sem limite e abreviatura. Isso está relacionado às tarefas dos usuários, pois, na medida em que a autoria não se restringe a número e nem abreviatura, torna-se maior a possibilidade do usuário identificar e localizar um recurso informacional.

Essas mudanças proporcionadas pelo uso da RDA impactaram também no trabalho de catalogação, modificando a forma como o catalogador vai analisar o recurso informacional, a fim de sua representação, possibilitando, assim, a descrição do recurso de forma detalhada e indo ao encontro da forma como o usuário pensa e faz a busca.

Em suma, a RDA é uma diretriz flexível e aplicável a qualquer ambiente de informação, nessa sociedade cada vez mais digital, em que o uso das TIC desenvolve papel central, conforme será exposto na próxima seção.

5 CATALOGAÇÃO E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

No contexto da catalogação e das TIC, faz-se necessário lembrar que, ao longo da história, as tecnologias permearam o desenvolvimento dos suportes informacionais e tudo a eles relacionados, por exemplo, a automação de biblioteca.

Neste sentido, ao abordar as TIC na catalogação, é prudente contextualizar e verificar o período de aplicação, pois o que parece novo, muitas vezes, já é utilizado em outras áreas do conhecimento.

Em todo o curso da história, as tecnologias fizeram-se presentes, porém, com frequência bem menos intensa do que na atualidade, pois tudo muda em uma velocidade antes inimaginável.

As bibliotecas passaram por transformações, adaptando-se às mudanças em curso, agregando novos serviços e facilidades proporcionadas pelo desenvolvimento tecnológico.

Assim, a evolução tecnológica é algo singular, pois as tecnologias tornam-se desatualizadas quase que instantaneamente, visto a rapidez com que surgem as inovações. Algumas tecnologias perpetuam-se na sociedade, tornando-se um alicerce para o desenvolvimento de novas tecnologias; outras tornam-se obsoletas, desaparecendo e/ou tornando-se inadequadas, por exemplo, disquete/pendrive e a máquina de escrever/computador.

A tecnologia que usamos atualmente, certamente, surgiu de ideias hoje ultrapassadas, mas extremamente úteis em seu determinado tempo, perpetuando-se pela necessidade do uso que a sociedade faz, ou seja, enquanto é útil à sociedade, o que se aplica também na catalogação.

Santos e Pereira (2014, p. 150) citam períodos de tempo que marcaram a evolução da catalogação, dividindo o processo de utilização das tecnologias em quatro momentos:

(1) As tecnologias semimecanizadas, passando por processos que evoluíram com o desenvolvimento da imprensa, com a máquina de escrever, o estêncil e os cartões perfurados – representações confeccionadas manualmente (fichas).

(2) As tecnologias mecanizadas, passando pela máquina xerográfica; perfuradores mecânicos, tabuladores – representação confeccionadas mecanicamente (fichas).

(3) As tecnologias automatizadas por computador – representações geradas automaticamente.

(4) As tecnologias de rede e a web, que estão influenciando os catalogadores a repensar a estrutura da catalogação, bem como a finalidade dos códigos, das regras e dos esquemas até o momento utilizados para a construção de formas de representação de recursos informacionais por tipos documentais.

Nesta perspectiva, as mudanças recorrentes do uso das tecnologias, fizeram as bibliotecas evoluírem quanto aos seus catálogos, melhorando e atendendo cada vez mais as expectativas dos usuários, bem como dos catalogadores.

Desde a Antiguidade, a biblioteca vem se constituindo como um espaço destinado a fornecer o acesso a todo tipo de informação e, com o uso das tecnologias, o processo de catalogação foi sendo facilitado, o que permitiu para os usuários o acesso a recursos informacionais que antes não era possível.

De acordo com Santos e Pereira (2014), a técnica da “estereotipia” foi um dos primeiros processos tecnológicos utilizados na área da catalogação. Nesta técnica, as fichas catalográficas eram enviadas aos usuários e assinantes juntamente com os livros, as quais eram recortadas e coladas em fichas e inseridas no catálogo.

Além da estereotipia, as autoras listam outras tecnologias utilizadas ao longo do tempo para a catalogação, que também proporcionaram mudanças, tais como: o estêncil, o *offset*, máquinas de endereçar, as máquinas de escrever, a duplicação por difusão, a eletrostática (a fotocopiadora), a fotocópia por difusão e o fotocopiador de projeção (SANTOS; PEREIRA, 2014).

Essas mudanças ocorridas na catalogação apontam maior capacidade de comunicação e interação no contexto das bibliotecas com vistas aos usuários, o que permite a flexibilidade e a autonomia em relação aos serviços e produtos oferecidos (CUNHA, 2010).

Dessa forma, as tecnologias têm contribuído para a catalogação de maneira eficiente, proporcionando o gerenciamento e a recuperação de informações produzidas na sociedade e, ao mesmo tempo, sua distribuição.

Nesta sociedade cada vez mais competitiva, em que cada um apresenta o seu melhor desempenho, Barbosa (1978, p. 196) complementa que:

Os computadores tornaram-se largamente disponíveis [...] nos anos 60, marcando o advento da era dos sistemas automatizados de bibliotecas. A velocidade das operações e a capacidade para manipulação e análise dos dados, agora sem as limitações impostas pelos sistemas mecanizados,

permitiram a implementação de grandes projetos para a automatização de serviços de bibliotecas.

No entanto, para o compartilhamento de informações, houve a necessidade da aderência de um instrumento que possibilitasse o intercâmbio de dados entre as bibliotecas, tal como o Formato *Machine Readable Cataloging* (MARC), conhecido em português como Catalogação Legível por Máquina. Isto se consolida na visão de Zafalon (2008, p. 14), haja vista que:

A informação de um catálogo bibliográfico não pode ser simplesmente digitada em um computador para a produção de um catálogo automatizado. O computador necessita de um meio para interpretar a informação contida em um registro bibliográfico. O registro MARC contém um guia para interpretação destes dados antes de cada peça da informação bibliográfica.

Para Barbosa (1978), de modo geral, o Formato MARC visa a descrição de registros bibliográficos em meio automatizado, cuja finalidade é possibilitar o intercâmbio de dados, ou seja, importação e exportação de dados bibliográficos.

Segundo esta autora, o projeto MARC foi desenvolvido na década de 1960 pela LC (MARC), porém, ele foi lançado em 1968 como MARCII, que, posteriormente, passou a ser chamado USMARC. A autora complementa que este formato foi adaptado por vários países mediante sua realidade e contexto, o que permitiu o desenvolvimento de outros formatos, tais como: CAN/MARC (Canadá); MONOCLE (França); FINMARC (Finlândia); IBERMARC (Espanha) e o CALCO (Brasil).

Para tanto, no final da década de 1990, mediante estudos no decorrer desse período, a LC, em conjunto com a *Library and Archives Canada* e o MARBI - Comitê da ALA atualizou o Formato MARC, adaptando-o às novas tecnologias, o que gerou o desenvolvimento do Formato MARC21 (MORENO; BRACHER, 2007).

Segundo Zafalon (2008), o MARC21 é um formato que define o conteúdo dos registros informacionais por códigos, visando a leitura por meio de computadores. Assim sendo, este formato visa o registro bibliográfico, pois é o meio que o computador utiliza para ler e interpretar os dados de um recurso informacional.

Esta autora acrescenta que, apesar do aperfeiçoamento dos sistemas automatizados para bibliotecas, o Formato MARC21 permite interoperabilidade entre outros sistemas, garantindo a compatibilidade dos dados (ZAFALON, 2008).

Neste sentido, o Formato MARC21 tem por objetivo o padrão de dados bibliográficos nos sistemas de automação de bibliotecas, a fim de permitir a importação e exportação de dados entre os sistemas computacionais, possibilitando a catalogação cooperativa (ZAFALON, 2008).

Isso foi o que permeou o desenvolvimento do Formato MARC21, constituído de cinco formatos, denominado também de “família MARC”: dados bibliográficos; dados de autoridade; controle de dados; dados de classificação; e comunidade (MARC STANDARDS, 2012).

Para melhor entendimento acerca da família MARC21, apresenta-se o Quadro 14.

Quadro 14 – Família MARC21

Formato MARC21	Características
Dados bibliográficos (<i>Bibliographic data</i>)	Especifica a representação dos mais variados tipos de recursos informacionais e garante a descrição e a recuperação dos diferentes suportes.
Dados de autoridade (<i>Authority data</i>)	Especifica a codificação de elementos que identificam autoridade (responsabilidade pela obra) de um registro bibliográfico e estabelecem o controle do conteúdo.
Controle de dados (<i>Holding</i>)	Especifica a codificação dos elementos referentes ao controle e a localização dos recursos informacionais. Pode ser utilizado para o gerenciamento dos materiais.
Dados de classificação (<i>Classification</i>)	Especifica a codificação e controle dos elementos de dados relacionados à classificação do conteúdo dos recursos informacionais.
Dados de Comunidade ou Comunitária (<i>Community</i>)	Especifica a codificação de registros que contenham informações sobre eventos, programas, serviços etc. Permite a inclusão e a disseminação de informações que podem ser integrados ao catálogo, tornando o recurso informacional acessível ao público.

Fonte: Adaptado de Fusco (2010, p. 73).

Como verificado no quadro anterior, o Formato MARC21 compreende o formato para intercâmbio de dados bibliográficos, o controle de dados, dados de classificação, dados de comunidade ou comunitária e autoridade, criados para o intercâmbio de registros de bibliotecas, sendo o bibliográfico e o de autoridade os mais utilizados. O de autoridade proporciona a identificação da responsabilidade dos recursos informacionais, tais como: livros, periódicos, mapas, partituras, materiais visuais, materiais de arquivos, manuscritos e arquivo de computador.

Ferreira (2000) considera que, no Formato MARC21, dentre os benefícios, destacam-se a abrangência e a flexibilidade, haja vista que este formato proporciona a representação descritiva de maneira exaustiva para os vários formatos de recursos informacionais existentes.

Além do exposto, com o compartilhamento de registros bibliográficos entre as instituições por meio do uso do Formato MARC 21 evita-se a catalogação de um recurso informacional de maneira repetida, o que tornou este formato uma iniciativa de sucesso para a catalogação automatizada frente ao avanço das TIC.

Para maior compreensão acerca do MARC21, apresenta-se no Quadro 15 o conjunto de elementos que compõem a estrutura deste formato.

Quadro 15 – Estrutura do MARC21

Estrutura do MARC21	
Líder	São dados que fornecem informações para o processamento do registro. Esses dados contêm números ou códigos que são identificados pela sua posição relativa. O líder possui o tamanho de 24 caracteres (numerados de 00 a 23) e é o primeiro campo de registro MARC.
Diretório	É uma tabela com uma série de entradas organizada em sequência numérica, que contém a localização e o tamanho de cada etiqueta (TAG) dentro do registro bibliográfico. Cada anotação possui 12 caracteres cada um.
Campos variáveis	Cada registro se divide em unidades chamadas campos variáveis. Tem campo para autor, campo para informação do título, etc. Esses são subdivididos em um ou mais "subcampos". Os nomes dos campos são muito longos para serem reproduzidos dentro de cada registro MARC, então são representados por etiquetas de três caracteres.

Fonte: Adaptado de Zafalon (2008).

Conforme apresentado no quadro anterior, o líder na estrutura do MARC 21 refere-se ao início de cada registro, contendo números ou códigos para o processamento dos elementos principais. O diretório é composto por uma tabela com uma série de entradas que indica a localização dos campos dentro do registro. E os campos variáveis são responsáveis por distinguir o identificador do campo por etiquetas de três caracteres.

Em geral, no cotidiano das bibliotecas, o MARC21 possibilita o compartilhamento de informações entre instituições, o que resulta no acesso e uso da informação pelos usuários. No contexto da BU/UDESC não é diferente, pois a mesma utiliza os formatos de Dados Bibliográficos e Dados de Autoridade.

Para tanto, o MARC21 precisa ser complementado com novos campos para a utilização das novas diretrizes para a catalogação, isto é, da RDA, conforme exposto no Quadro 16.

Quadro 16 – MARC21 com campos para RDA (Continua)

MARC 21	Campos (RDA)
Dados Bibliográficos	264 - Produção, distribuição, manufatura e copyright 336 - Tipo de conteúdo 337 - Tipo de mídia

	338 - Tipo de suporte 347 - Características de arquivo digital 380 - Forma da obra
--	--

Quadro 16 – MARC21 com campos para RDA (Conclusão)

MARC 21	Campos (RDA)
Dados Bibliográficos	382 - Meio de performance
Dados de Autoridade	368 - Outros atributos de pessoa ou de entidade coletiva 370 - Lugar associado 372 - Campo de atividade 373 - Grupo associado 374 - Ocupação 375 - Gênero 375 - Informação sobre a família 378 - Forma completa do nome pessoal

Fonte: Marc Standards (2014).

Conforme o quadro anterior, nos dados bibliográficos, por exemplo, o campo 300 (Descrição Física), quando utilizado com a RDA, campos como o 336 (Tipo de Conteúdo) e 337 (Tipo de Mídia) foram acrescentados para maior detalhamento, não estando restrito como no AACR2. O que é nítido também nos dados de autoridade, uma vez que, campos como 370 (Local Associado) e 374 (Ocupação) foram acrescentados para maior detalhamento em relação à autoridade do registro informacional.

Frente ao exposto e de acordo com o objetivo geral deste estudo, torna-se necessária a elaboração de uma estrutura e abordagem metodológica para descrever e analisar os dados para o desenvolvimento deste estudo, conforme apresentado na próxima seção.

6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é uma atividade voltada para a solução de problemas e aparece como instrumento fundamental para a compreensão dos fenômenos. Para Marconi e Lakatos (2010, p. 43), a pesquisa é considerada “[...] um procedimento formal com método de pensamento reflexivo e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”, ou seja, uma forma de proporcionar respostas aos problemas que são propostos.

Para Alves (2007, p. 43), “[...] a pesquisa trata de um exame cuidadoso, metódico, sistemático e em profundidade, visando a descobrir dados, ou ampliar e verificar informações existentes objetivando acrescentar algo novo à realidade investigada”.

Assim, procedimentos metodológicos é a explicação detalhada de toda a ação realizada durante o desenvolvimento do estudo. O método possibilita ao proponente do estudo seguir este ou aquele caminho, permitindo escolher a forma de se fazer ciência.

Segundo Richardson (1999), o método científico é a maneira encontrada pela sociedade para validar um conhecimento empírico, isto é, quando um conhecimento é obtido pelo método científico, qualquer pesquisador que queira repetir a investigação, seguindo os mesmos passos, poderá obter um resultado igual.

O uso dos métodos na pesquisa consiste nas etapas que precisam ser seguidas com a finalidade de atender os objetivos da pesquisa. Dessa forma, essa seção apresenta a caracterização da pesquisa (classificação), as técnicas escolhidas para sua realização, seu universo, coleta e análise de dados, buscando assegurar a execução dos objetivos e a compreensão do estudo proposto e, também, garantir sua validade científica.

Os procedimentos metodológicos do presente estudo estão estruturados conforme a seguinte categorização: a) caracterização do estudo; b) caracterização do objeto estudado; c) população do estudo; d) instrumento de coleta de dados; e) análise e interpretação dos dados.

6.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

Quanto à natureza, este estudo caracteriza-se como aplicado por gerar conhecimentos dirigidos à solução de questões específicas (SILVA; MENEZES, 2005), como neste caso, apresentar um roteiro para implantação da RDA na BU/UDESC, o que se aplica em função do contexto, ou seja, das mudanças em curso no processo de catalogação nas bibliotecas, provocadas, principalmente, pelo avanço das TIC, por exemplo, as aquisições de informações em formatos digitais e/ou virtuais.

Em relação aos objetivos propostos, este estudo configura-se como sendo exploratório e descritivo. Exploratório porque aprofundou o conhecimento acerca do problema a ser estudado, e descritivo por retratar o contexto em estudo.

A pesquisa exploratória, segundo Gil (2010, p. 41), visa aprofundar o conhecimento sobre o problema a ser estudado, a fim de torná-lo explícito, aprimorar uma ideia já evidenciada e/ou construir novas hipóteses. Além disso, “[...] seu planejamento tende a ser bastante flexível, pois interessa considerar os mais variados aspectos relativos ao fato ou fenômeno estudado”.

A pesquisa descritiva tem como finalidade a descrição das características de determinada população ou fenômeno de forma detalhada, a fim de desvendar as relações existentes, isto é, o estabelecimento de possíveis relações entre variáveis, sob determinado tempo/espço (GIL, 2010).

No que se refere à abordagem do problema, esta pesquisa apresentou aspectos qualitativos, os quais descrevem momentos rotineiros e problemáticos na vida dos indivíduos em estudo, sobretudo, pelo detalhamento das necessidades, especificamente relacionadas à catalogação, as quais serviram para diagnosticar como pode ser melhorada essa prática no contexto da BU/UDESC, principalmente, no que se refere à viabilidade de implantação da RDA.

De acordo com Marconi e Lakatos (2010), a abordagem qualitativa visa analisar e interpretar materiais pouco estruturados de forma profunda, a fim de descrever a complexidade do comportamento humano, bem como fornecer análises mais detalhadas sobre a investigação, atitudes e tendências de comportamento.

Creswell (2010, p. 43) define a abordagem qualitativa como sendo “[...] um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos

atribuem a um problema social ou humano”. Para Minayo (2001, p. 22), a pesquisa que se utiliza do aspecto qualitativo

[...] responde a questões particulares. Ela se preocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com um universo de significações, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos, que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Para tanto, no âmbito da abordagem qualitativa, alguns métodos foram utilizados de forma a aproximar-se do contexto em estudo, por exemplo, a pesquisa bibliográfica e o estudo de caso, os quais foram utilizados durante o desenvolvimento dessa pesquisa.

Segundo Marconi e Lakatos (2010), a pesquisa bibliográfica permite situar o investigador ao que foi produzido sobre determinado assunto, ou seja, serve de base para o conhecimento científico. Para Alves (2007, p. 55), a pesquisa bibliográfica é:

[...] aquela desenvolvida exclusivamente a partir de fontes já elaboradas – livros, artigos científicos, publicações periódicas, as chamadas fontes de “papel”. Tem como vantagem cobrir uma ampla gama de fenômenos que o pesquisador não poderia contemplar diretamente. No entanto, deve-se ter o cuidado de, ao escolher tais fontes, certificar-se de que sejam seguras.

Na visão de Gil (2010, p. 71), “[...] a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

Nesse sentido, a pesquisa bibliográfica permitiu conhecer de forma mais aprofundada o tema em estudo. Para tal, fez-se necessária a busca em fontes de informações variadas, tais como: livros, artigos científicos, anais de congressos, teses e dissertações, que tratam do tema.

A partir da pesquisa bibliográfica, isto é, da busca e leitura acerca do tema em questão, foi possível o entendimento mais aprofundado do assunto em discussão e o desenvolvimento da fundamentação teórica. Adotou-se essa estratégia com a finalidade de ampliar o conhecimento sobre as novas diretrizes de catalogação - RDA, bem como das características e das diferenças da RDA em relação ao código AACR2.

O estudo de caso, na visão de Oliveira Neto (2008, p. 30), é um “[...] procedimento de pesquisa que investiga um fenômeno dentro do contexto local, real

e especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”. Esse procedimento tem por finalidade entender “como” e “por que” as coisas funcionam, visando o aprofundamento do objeto em estudo (MACHADO, 2015).

Para Yin (2010), o estudo de caso é adequado para examinar acontecimentos contemporâneos, o que se enquadra como técnica ideal para este estudo. A escolha desse método está ligada ao problema de investigação, visto que trazem contribuições sobre o uso da RDA na BU/UDESC, objeto de estudo que será apresentado a seguir.

6.2 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO ESTUDADO

Dentre as missões da Biblioteca Universitária, destaca-se servir à sociedade, ou seja, suprir de informação à Universidade e sua comunidade acadêmica. Assim, pode-se compreendê-la como propulsora para que a Universidade atenda às necessidades da sociedade ou de uma comunidade específica, por meio do seu patrimônio informacional, a fim de cumprir o propósito de servir à sociedade, facilitar o acesso e o uso da informação e, ao mesmo tempo, estimular o conhecimento (LÜCK, 2000).

Partindo deste pressuposto, esta dissertação teve como objeto de estudo a Comunidade Usuária do Sistema Pergamum da UDESC. São elas: a BU/UDESC¹³ e a Biblioteca do Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas (IDCH)¹⁴. A BU/UDESC órgão suplementar ligado ao Gabinete do Reitor foi criada em 20 de junho de 1984, e tem por missão oferecer serviços e produtos de informação com qualidade e confiabilidade aos seus usuários. Para tal, possui uma Rede de Bibliotecas, composta por uma Biblioteca Central (BC) e oito Bibliotecas Setoriais, as quais prestam suporte aos Centros de Ensino da UDESC.

A BC compõe-se da unificação das Bibliotecas Setoriais dos seguintes Centros de Ensino: Centro de Artes (CEART), Centro de Educação a Distância (CEAD), Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas (ESAG)¹⁵ e

¹³ Teve por base o histórico da BU/UDESC, disponível no site institucional. <http://www.udesc.br/arquivos/udesc/documentos/0_58604600_1476383367.pdf>

¹⁴ Biblioteca do IDCH, Órgão Suplementar vinculado administrativamente a FAED.

¹⁵ Anteriormente Escola Superior de Administração e Gerência – ESAG

Centro de Ciências da Educação (FAED)¹⁶. Sendo assim, uma Biblioteca Setorial que centraliza o acervo do Campus do Itacorubi.

As demais Bibliotecas Setoriais são: Centro de Ciências da Saúde e do Esporte (CEFID), Centro de Educação da Região Sul (CERES), Centro de Educação Superior da Foz do Itajaí (CESFI), Centro de Educação Superior do Alto Vale do Itajaí (CEAVI), Centro de Ciências Tecnológicas (CCT), Centro de Educação do Planalto Norte (CEPLAN), Centro de Ciências Agroveterinárias (CAV) e Centro de Educação Superior do Oeste (CEO).

No entanto, a Biblioteca do IDCH, mesmo não vinculada à BU/UDESC, utiliza a mesma base de dados e segue as mesmas orientações relativas ao uso do Sistema Pergamum, por isso foi incluída neste estudo.

A BU/UDESC, no início de suas atividades, manteve as funções técnicas centralizadas até 1996, período em que elas foram descentralizadas, passando as atividades do tratamento técnico da informação para as Bibliotecas Setoriais.

O início da informatização na BU/UDESC ocorreu em 1997, com a compra do *software Virginia Tech Library System* (VTLS), o qual foi implantado em três das Bibliotecas Setoriais (CEART, FAED e ESAG), o que permitiu a implementação dos módulos de Catalogação, Pesquisa e Acesso *Web*. Este *software* foi considerado excelente pelas bibliotecas envolvidas, porém teve seu contrato encerrado em 1998, por questões financeiras, o que resultou na paralisação da informatização até 2001.

A partir de 2001, a BU/UDESC adquiriu o Sistema Pergamum¹⁷, *software* para o gerenciamento de bibliotecas, o que permitiu a informatização de forma integrada das Bibliotecas Setoriais, por meio do trabalho cooperativo, que se consolidou por Grupos de Trabalho (GT).

Os GT foram criados para estabelecer diretrizes e normas para o trabalho em conjunto das Bibliotecas Setoriais e estão representados por: GT - aquisição, GT - gestão, GT - referência e GT - tratamento técnico da informação.

Atualmente, o acervo da BU/UDESC é composto por aproximadamente 109.700 títulos e 269.135 exemplares, representados pelos mais variados recursos informacionais, tais como: e-books, livros, periódicos, vídeo/DVD, CD-ROM,

¹⁶ Anteriormente Faculdade de Educação - FAED

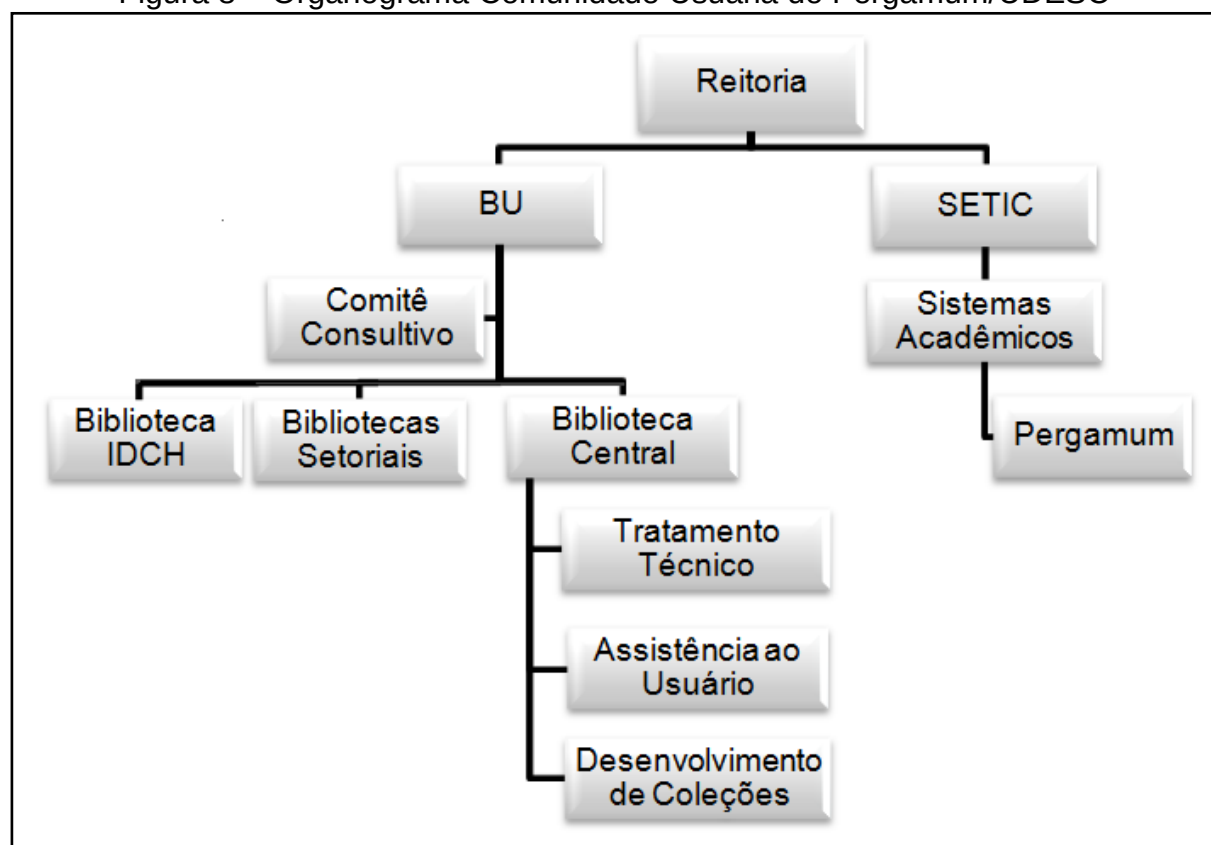
¹⁷ Software de Gestão de Bibliotecas, utilizado pela BU/UDESC. Maiores informações ver: <http://www.pergamum.pucpr.br/redepergamum/rede_index.php>.

imagens, fotografias, teses, dissertações, monografias, TCC, peças teatrais, mapas e partituras.

O quadro de recursos humanos da BU/UDESC é composto por 21 bibliotecários, 18 técnicos e 46 bolsistas distribuídos nos setores de tratamento técnico da informação, assistência ao usuário e desenvolvimento de coleções da Biblioteca Central e das demais setoriais. A biblioteca IDCH possui 1 bibliotecário.

Para maior entendimento, apresenta-se o organograma¹⁸ da estrutura da Comunidade usuária do Pergamum na UDESC na Figura 8.

Figura 8 – Organograma Comunidade Usuária do Pergamum/UDESC



Fonte: Elaborada pela autora.

Como ilustrado na figura anterior, a BU/UDESC está diretamente ligada ao Gabinete do Reitor. O Conselho Consultivo, ou seja, os GT estão tecnicamente ligados à BU/UDESC.

¹⁸ Existe uma proposta de um organograma para a BU/UDESC, porém não publicada no regimento da UDESC. Assim, este organograma foi elaborado pela autora adaptado às características deste estudo. A SETIC está nele inserida, pois o Sistema Pergamum está ligado a ela com a responsabilidade pela manutenção do Sistema frente à BU/UDESC.

Em suma, as Bibliotecas Setoriais são administrativamente subordinadas à Direção de Ensino de cada Centro e tecnicamente à BU/UDESC. Porém, a BC presta apoio técnico às demais Bibliotecas Setoriais e está subordinada tecnicamente à BU. Assim como a BU, a BC também está administrativamente subordinada ao Gabinete do Reitor.

Os Setores de tratamento técnico da informação, assistência ao usuário e desenvolvimento de coleções destacam-se na BC, visto que há bibliotecários exclusivos para cada um destes setores. Nas demais bibliotecas, devido ao número reduzido de bibliotecários, em sua maioria, um único bibliotecário fica responsável pela gestão e desenvolvimento das atividades.

A Biblioteca do IDCH está vinculada administrativamente à FAED e tecnicamente ao IDCH. Porém, esta biblioteca, ao utilizar a mesma base da BU/UDESC no Sistema Pergamum, fica sujeita às decisões e normas aplicadas pela Política de Catalogação da BU/UDESC.

Portanto, as necessidades específicas devem ser encaminhadas ao GT para avaliação. Isso permeia a Política de Catalogação existente na BU/UDESC aplicada a toda a Rede de Bibliotecas.

De acordo com o Regulamento Institucional da UDESC (2010), compete à BU/UDESC:

- Estabelecer as políticas, diretrizes, padrões e processos para as Bibliotecas da UDESC;
- Apoiar a Reitoria e Centros na criação e manutenção das Bibliotecas da UDESC;
- Definir e gerenciar os sistemas e aplicativos de informação para as Bibliotecas da UDESC;
- Participar da definição orçamentária destinada para a Biblioteca Universitária;
- Estruturar a compra de materiais das bibliotecas da UDESC;
- Elaborar planos para divulgação de serviços e produtos oferecidos pelas Bibliotecas da UDESC;
- Definir as diretrizes e fixar as prioridades para a elaboração e execução de planos e/ou programas anuais e plurianuais para as Bibliotecas da UDESC;
- Elaborar programas para capacitação profissional dos que integram as Bibliotecas da UDESC;
- Manter atualizada a página da Biblioteca Universitária e outras páginas da Internet que apresentam dados, serviços e informações sobre as bibliotecas da UDESC;
- Executar outras atividades inerentes à biblioteca, ou que venham a ser delegadas por autoridade competente.

Ao longo destes anos, a BU/UDESC vem dando suporte à pesquisa e à extensão, sendo um elemento chave para o desenvolvimento e crescimento da Universidade e, conseqüentemente, também para o Estado de Santa Catarina, uma referência para os diversos profissionais das mais variadas áreas do conhecimento.

6.3 POPULAÇÃO DO ESTUDO

Este estudo teve como público-alvo os bibliotecários da BU/UDESC, a bibliotecária do IDCH e os colaboradores da Rede Pergamum da PUC/PR, o que incluem bibliotecários e analistas, conforme apresentado no Quadro 17.

Quadro 17 – Descrição da população do estudo

População		Profissionais	Cidade
BU/UDESC	BC	7 (sete) bibliotecários	Florianópolis
	CEFID ¹⁹	3 (três) bibliotecários	Florianópolis
	CERES	1 (um) bibliotecário	Laguna
	CESFI	1 (um) bibliotecário	Balneário Camboriú
	CEAVI	1 (um) bibliotecário	Ibirama
	CCT	2 (dois) bibliotecários	Joinville
	CEPLAN	1 (um) bibliotecário	São Bento do Sul
	CAV	1 (um) bibliotecário	Lages
	CEO	3 (três) bibliotecários	Chapecó e Pinhalzinho
IDCH		1 (um) bibliotecário	Florianópolis
Pergamum		9 (nove) colaboradores	Curitiba

Fonte: Elaborado pela autora.

Como exposto no quadro anterior, ao todo 20 profissionais da BU/UDESC participaram deste estudo, que possuem formação em biblioteconomia, 1 bibliotecário da biblioteca do IDCH e 9 colaboradores da Rede Pergamum²⁰, os quais estão diretamente envolvidos com a infraestrutura do Sistema Pergamum. No respectivo quadro, foram listadas também as bibliotecas envolvidas no estudo, bem como sua localização.

¹⁹ Anteriormente Centro de Educação Física e Desportos - CEFID. Mais tarde, mudou o nome para Centro de Educação Física, Fisioterapia e Desportos, e, finalmente, para Centro de Ciências da Saúde.

²⁰ Sistema de gerenciamento de Bibliotecas, desenvolvido pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) em 1988. A Rede Pergamum atua em todo o Brasil, tendo como maioria de clientes as Bibliotecas Universitárias públicas e privadas e “[...] é constituída pelas instituições usuárias do software Pergamum - Sistema Integrado de Bibliotecas, tendo por finalidade melhorar a qualidade global dos serviços dos usuários, promoverem a cooperação no tratamento da informação e o compartilhamento de recursos de informação” (PERGAMUM).

6.4 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Utilizou-se como instrumento para a coleta de dados o questionário semiestruturado, que, de acordo com Lakatos e Marconi (2010), é um instrumento para recolher informação, composto por perguntas sobre determinado tema, as quais são apresentadas por escrito ao respondente, a fim de medir sua opinião.

Oliveira Neto (2008) enfatiza que, no questionário semiestruturado, as perguntas são classificadas quanto à sua forma da seguinte maneira: (a) fechada - quando a pergunta é direcionada para determinado conhecimento, com as respostas possíveis; (b) aberta - quando a resposta emite conceito abrangente pelas próprias palavras do respondente; e (c) dupla - quando reúne perguntas abertas e fechadas.

O questionário semiestruturado (Apêndice A e B) foi elaborado para coleta de dados deste estudo, obedecendo a uma sequência lógica para aplicação, tratamento e interpretação dos dados.

Para aplicação do questionário, optou-se pelo uso do *Google Form* por facilitar o envio e o retorno dos dados para posterior tabulação. O questionário foi analisado pela Banca de Qualificação e, posteriormente, foi submetido ao Comitê de Ética da UDESC juntamente com o projeto e aprovado sob o processo Nº CAAE 62638116.2.0000.0118 (Anexo A).

O pré-teste do questionário foi aplicado a dois bibliotecários da BU/UDESC e a um colaborador da Rede Pergamum da PUC-PR. Por meio dele, detectou-se que o questionário estava apto ao respectivo público-alvo para respondê-lo.

Os questionários foram aplicados nos meses de março e abril de 2017 aos bibliotecários da BU/UDESC, à bibliotecária do IDCH e também aos colaboradores da Rede Pergamum da PUC-PR, com o objetivo de identificar os detalhes técnicos, a infraestrutura tecnológica, bem como identificar ações da Rede Pergamum relativas à possível implantação da RDA. O instrumento auxiliou a identificação do interesse, conhecimento e das necessidades para futura implantação da RDA e uso do RDA *Toolkit* na BU/UDESC, bem como a capacitação dos bibliotecários.

6.5 ANÁLISE DOS DADOS

Os dados deste estudo foram tratados e analisados por meio da análise de conteúdo, que, segundo Bardan (1979, p. 42), corresponde a:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Para Bardan (1979), a análise de conteúdo compõe-se de três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. A pré-análise visa a organização e a sistematização das ideias iniciais, a fim de conduzir o desenvolvimento das demais fases. A exploração do material consiste em analisar dados da pesquisa para codificar as informações relevantes, isto é, categorizar e classificar as informações. E o tratamento dos resultados visa agregar valor significativo aos dados da pesquisa.

Frente ao exposto, os dados neste estudo foram tratados e analisados, conforme o Quadro 18.

Quadro 18 – Etapas da análise dos dados

Fases	Etapas	Descrição
1ª Fase	Pré- análise	Foram criadas categorias a partir do roteiro dos questionários para a tabulação, transcrição e agrupamento dos dados. As categorias não foram criadas necessariamente na ordem do roteiro de cada questionário, mas sim, em uma ordem coerente e organizada, a partir dos objetivos propostos neste estudo. Para o questionário dos bibliotecários da BU/UDESC e IDCH, foram criadas as seguintes categorias: peculiaridades BU/UDESC; catalogação de recursos digitais sob a ótica do AACR2; conhecimento acerca da RDA e conhecimento acerca dos modelos conceituais. Para o questionário dos colaboradores do Sistema Pergamum, as categorias criadas foram: conhecimento acerca da RDA; modelos conceituais; implementação da RDA no Sistema Pergamum e padrões de representação.
2ª Fase	Exploração do material	As respostas dos questionários foram tabuladas e transcritas, identificando informações relevantes e, ao mesmo tempo, inseridas nas categorias de acordo com os objetivos propostos neste estudo.
3ª Fase	Tratamento dos resultados	A partir das categorias criadas, realizou-se a inferência entre as informações obtidas na pesquisa bibliográfica e nos questionários.

Fonte: Elaborado pela autora.

Por fim, os dados deste estudo são apresentados na sequência dos objetivos específicos propostos, a partir das categorias criadas, atribuindo-lhes significado relevante. Para manter a integridade dos profissionais participantes desta pesquisa, seus nomes não foram revelados.

7 ANÁLISE, INTERPRETAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

Nesta seção, apresenta-se a análise, interpretação e discussão dos dados obtidos ao longo deste estudo, por meio do questionário semiestruturado. Inicialmente, são apresentados os dados do questionário aplicado aos bibliotecários da BU/UDESC e do IDCH. No segundo momento, os dados referentes ao questionário aplicado aos colaboradores (bibliotecários e analistas) da Rede Pergamum da PUC/PR. Posteriormente são discutidos os resultados provenientes da análise e interpretação dos dados deste estudo e apresenta-se uma sugestão de Roteiro para implantação da RDA na BU/UDESC.

7.1 QUESTIONÁRIO - BIBLIOTECÁRIOS DA BU/UDESC E IDCH

A análise e interpretação dos dados visa responder o segundo e o terceiro objetivo específico deste estudo, isto é, analisar a RDA a partir da aderência aos tipos documentais e aos recursos informacionais da BU/UDESC e verificar a necessidade de capacitação dos seus colaboradores.

A análise e interpretação dos dados foram subdivididas nas seguintes categorias: peculiaridades BU/UDESC; catalogação de recursos digitais sob a ótica do AACR2; conhecimento acerca da RDA e conhecimento acerca dos modelos conceituais.

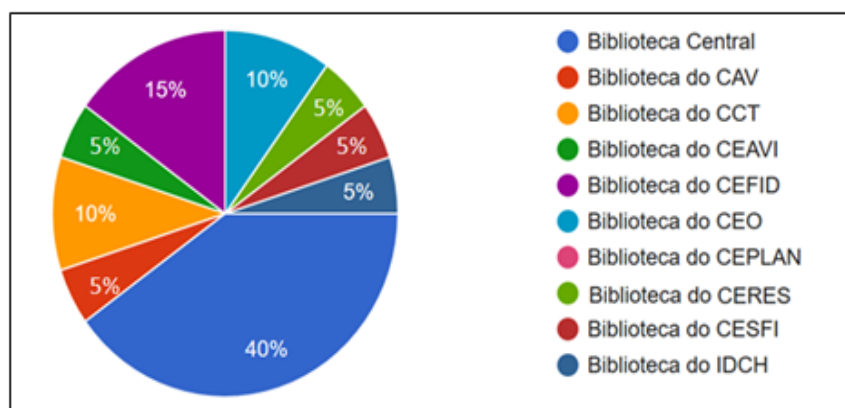
Essas categorias contemplam as questões formuladas no questionário aplicado aos bibliotecários da BU/UDESC e IDCH, a fim de verificar a sua realidade quanto a essas categorias.

7.1.1 Peculiaridade BU/UDESC

Nesta categoria, buscou-se identificar na BU/UDESC a alocação dos bibliotecários, o desenvolvimento das atividades de catalogação, bem como os recursos informacionais disponíveis no catálogo de cada biblioteca e sugestões para melhorar o processo de catalogação.

Dos 21 questionários enviados pelo *Google Form*, obteve-se o retorno de 20 bibliotecários da BU/UDESC, conforme demonstra a Figura 9.

Figura 9 – Local de atuação dos bibliotecários na UDESC



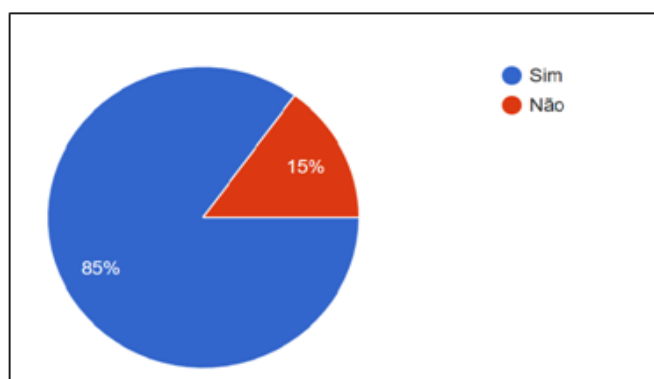
Fonte: Dados do estudo (2017).

Com base na Figura 9, as BU/UDESC participantes deste estudo são: BC, CAV, CCT, CEAVI, CEFID, CEO, CEPLAN, CERES, CESFI e também o IDCH; somente a Biblioteca do CEPLAN não retornou o questionário, o que limitou a participação neste estudo em 20 bibliotecários.

A partir da análise, detectou-se que a biblioteca com maior quantidade de bibliotecários é a BC com a representatividade de 40%. A Biblioteca do CEFID mantém a representatividade de 15%, seguida da Biblioteca do CEO com 10%, assim como a Biblioteca do CCT. As demais bibliotecas correspondem a 5% cada uma delas.

Quando perguntado aos bibliotecários quanto ao desenvolvimento das atividades de catalogação, destaca-se que 85% desenvolvem a catalogação, enquanto que 15% não catalogam, conforme a Figura 10.

Figura 10 – Desenvolvimento de catalogação

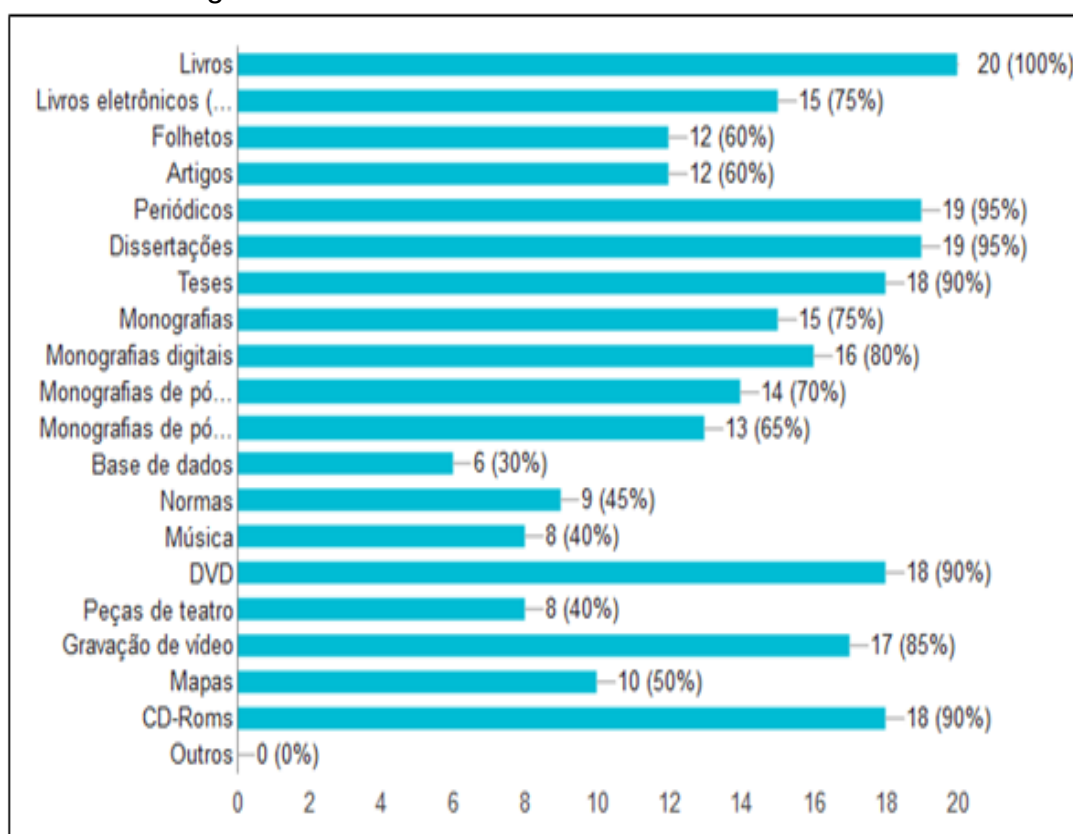


Fonte: Dados do estudo (2017).

Frente ao exposto, dos 20 bibliotecários respondentes, 17 realizam a catalogação.

Atendendo ao primeiro objetivo específico, ou seja, analisar a RDA a partir da aderência aos tipos documentais e aos recursos informacionais da BU/UDESC, apresenta-se a seguir, na Figura 11, os recursos informacionais mencionados pelos bibliotecários, disponíveis nas BU/UDESC.

Figura 11 – Recursos informacionais das bibliotecas



Fonte: Dados do estudo (2017).

Como demonstrado na figura anterior, os recursos informacionais disponíveis na BU/UDESC, que foram mencionados pelos bibliotecários, são: livros, os quais foram unânimes nas respostas com a representatividade de 100%; seguido dos periódicos, dissertações, teses, DVD, CD-ROM e livros eletrônicos, com mais de 70%; e os folhetos e artigos com 60%; partituras; peças de teatro; música e mapas, com o percentual de 40 a 50%. As normas foram citadas também com a representatividade de 45%. Além do exposto, há a incidência de 30% na existência de bases de dados.

Os bibliotecários ao serem indagados sobre como melhorar o processo de catalogação na BU/UDESC citaram algumas sugestões, dentre as quais se destacam:

[...] capacitações - principalmente às novas bibliotecárias [...];
[...] maior interação entre os bibliotecários - visando a padronização [...];
[...] maior troca de experiências; aprimoramento de outros serviços também [...];
[...] capacitação dos usuários; disponibilização do serviço de referência virtual [...];
[...] utilização de todos os recursos oferecidos pelo Sistema Pergamum [...];
[...] reavaliação de padrões impostos – revisão da política de catalogação [...];
[...] melhorar critérios para aquisição de e-books; maior comprometimento dos bibliotecários para cumprir as normas de catalogação [...];
[...] maior envolvimento do pessoal da SETIC para apoio na implantação de todos os recursos que o Sistema Pergamum oferece e a UDESC subutiliza; necessidade de seguir a padronização estabelecida pelo Grupo de Tratamento Técnico (GT) [...];
[...] aumentar o número de bibliotecários em Centros que estão em potencial crescimento [...].

7.1.2 Catalogação de Recursos Informacionais Digitais sob a ótica do AACR2

Nesta categoria, buscou-se identificar as facilidades e dificuldades referentes à realização da catalogação de recursos informacionais digitais, quando utilizado o código de catalogação AACR2, a fim de verificar se este código possibilita a descrição desses recursos.

Com relação às dificuldades ao catalogar os recursos informacionais digitais, dentre os 20 bibliotecários, 11 destacaram não possuírem dificuldades. Dentre estes, 4 ressaltaram não catalogar este tipo de recurso informacional e 1 descreveu que a catalogação de livros e recursos digitais é semelhante. Entre os outros bibliotecários, destacam-se as seguintes dificuldades:

[...] limitações do AACR2 para descrição dos recursos informacionais digitais [...];
[...] dificuldades em descrever determinados dados, palavras-chave insuficientes [...];
[...] termos não compatíveis com a descrição; instruções do AACR2 confusa [...];
[...] uso do latim [...].

Quanto às facilidades ao catalogar os recursos informacionais digitais, dos 20 bibliotecários, 4 afirmaram não desenvolverem a catalogação e 1 não vê facilidades. Entre as respostas obtidas dos demais, destacam-se as seguintes facilidades:

[...] o AACR2 possui todos os campos necessários à catalogação de recursos digitais [...];

[...] código conhecido e amplamente usado facilita a padronização dos dados [...];

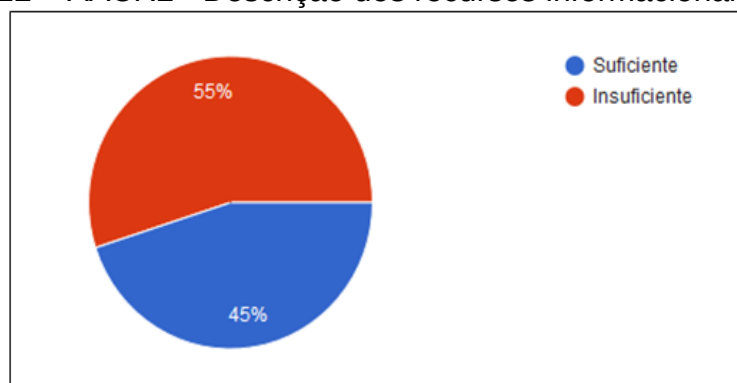
[...] catalogação semelhante aos recursos não digitais [...];

[...] familiaridade com o AACR2 [...];

[...] o AACR2 esclarece dúvidas; clareza e detalhamento das regras de catalogação [...].

Frente ao exposto, a Figura 12 demonstra o entendimento dos bibliotecários acerca das possibilidades de descrição dos recursos informacionais digitais por meio do AACR2.

Figura 12 – AACR2 - Descrição dos recursos informacionais digitais



Fonte: Dados do estudo (2017).

Como identificado na figura anterior, dos 20 respondentes, 11 consideram o AACR2 insuficiente para a descrição dos recursos informacionais digitais, o que representa 55% dos bibliotecários. Dentre as justificativas citadas sobre esta insuficiência, destaca-se:

[...] falta de clareza para descrever sites [...];

[...] AACR2 inadaptado para descrição de materiais/recursos digitais; abreviações e siglas [...];

[...] o AACR2 não permite muitas expansões e relacionamentos entre os dados [...].

Entretanto, 9 bibliotecários, ou seja, 45% consideram suficiente a descrição destes recursos informacionais por meio do AACR2. Destes bibliotecários, 4 não desenvolvem a catalogação. Dentre as justificativas citadas para a suficiência, destaca-se:

[...] AACR2 atende a todas as descrições [...];

[...] as regras descrevem os recursos eletrônicos [...];

[...] sempre encontro no AACR2 as regras para descrição dos materiais [...];

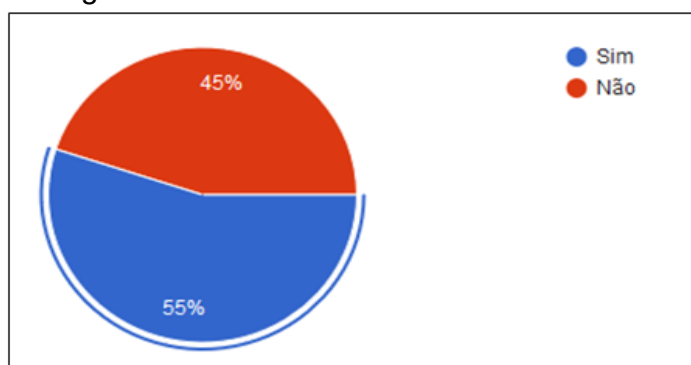
[...] permite a descrição dos materiais de maneira uniforme [...].

7.1.3 Conhecimento acerca da RDA

Nesta categoria, buscou-se identificar se os bibliotecários deste estudo conhecem a RDA e o *software RDA Toolkit*, utilizado para disponibilizar a RDA online por meio de assinatura.

De acordo com a revisão de literatura, a RDA são diretrizes para a descrição dos mais variados recursos informacionais e contempla a descrição de todos os tipos de mídia e conteúdo, sejam estes analógicos e/ou digitais. Com base nesta informação, questionou-se aos bibliotecários sobre o conhecimento da RDA, como mostra a Figura 13.

Figura 13 – Conhecimento acerca da RDA

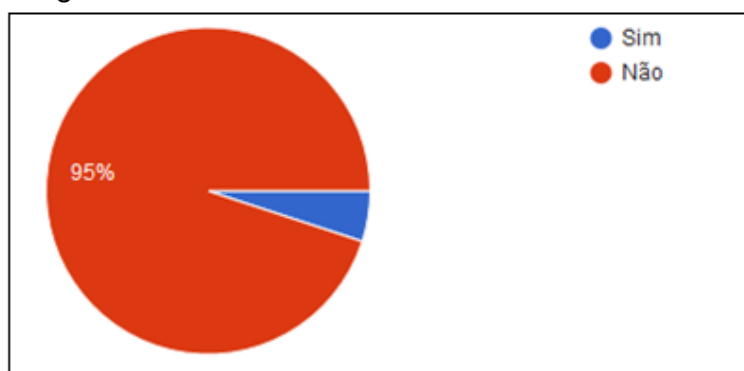


Fonte: Dados do estudo (2017).

Do total de 20 bibliotecários, 9 deles, que corresponde a 45% da representatividade deste estudo, mencionam que não conhecem a RDA. Sendo que deste total, 11, isto é, 55% conhecem.

Quando perguntado sobre o RDA *Toolkit*, isto é, o conhecimento acerca da existência deste *software*, 19 bibliotecários, ou seja, 95% não o conhecem. Somente 1 bibliotecário relatou conhecê-lo, como demonstrado na Figura 14.

Figura 14 – Conhecimento acerca do RDA Toolkit

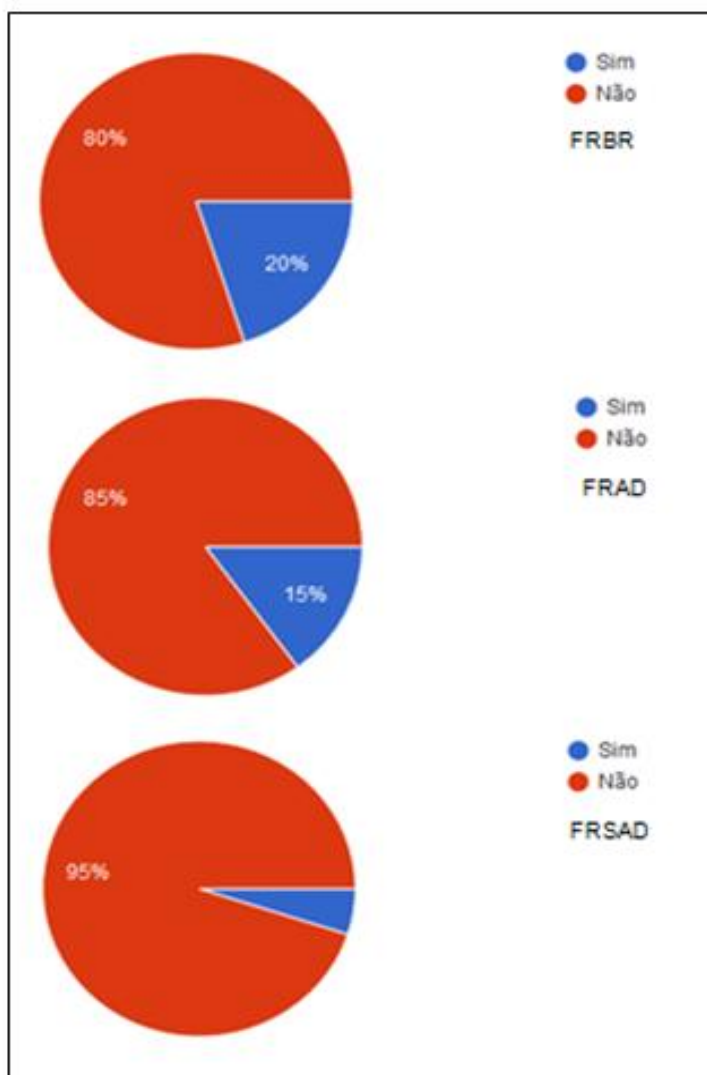


Fonte: Dados do estudo (2017).

7.1.4 Conhecimento acerca dos Modelos Conceituais

De acordo com Oliver (2011), a RDA é uma aplicação dos modelos conceituais de Entidade-Relacionamento denominados FRBR, FRAD e FRSAD. Neste sentido, esta categoria buscou identificar se os bibliotecários participantes deste estudo possuem conhecimento acerca dos respectivos modelos conceituais, como exposto na Figura 15.

Figura 15 – Conhecimento acerca do FRBR, FRAD e FRSAD



Fonte: Dados do estudo (2017).

Quanto ao conhecimento acerca dos modelos conceituais FRBR, FRAD e FRSAD, modelo do tipo Entidade-Relacionamento desenvolvido por um grupo de estudos da IFLA, constatou-se que, dos 20 bibliotecários, 16, ou seja, 80% não conhecem o modelo conceitual FRBR; 17 não conhecem o modelo conceitual FRAD, o que representa 85%; e 19 não conhecem o modelo conceitual FRSAD, o que representa 95%.

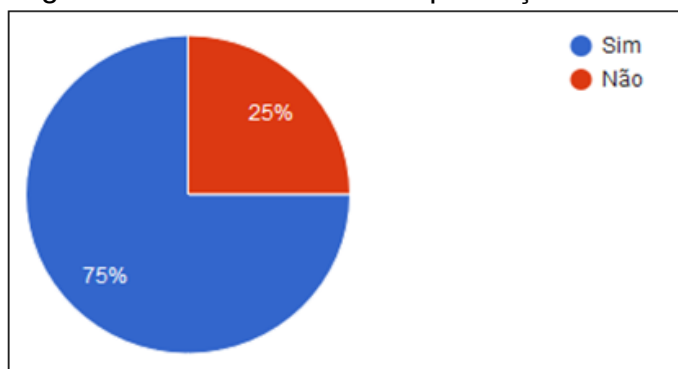
7.1.5 Implantação da RDA

Nesta categoria, buscou-se identificar a viabilidade de implantação da RDA com o intuito de saber o que modificaria no processo de catalogação e também para

os usuários com relação ao acesso e recuperação da informação, bem como quais os impactos que a implantação da RDA pode proporcionar à BU/UDESC.

Quando perguntado aos 20 bibliotecários sobre a viabilidade de implantação da RDA na BU/UDESC, 15 deles, ou seja, 75% responderam que é viável a implantação, sendo que 5, ou seja, 25% não acreditam na viabilidade, conforme mostra a Figura 16.

Figura 16 – Viabilidade de implantação da RDA



Fonte: Dados do estudo (2017).

Para tanto, como justificativa, 75% dos bibliotecários acredita na viabilidade de implantação da RDA. Dentre as respostas, destaca-se:

[...] a BU/UDESC precisa se adequar às mudanças tendo em vista a não atualização do AACR2, para não estagnar no tempo; necessidade de acompanhar a evolução das tecnologias/metodologia de trabalho, buscando um melhor acesso e recuperação da informação [...];

[...] a BU/UDESC possui recursos humanos aptos a inovação e atualização, perante a necessidade e vontade dos envolvidos [...];

[...] necessidade de a BU/UDESC estar sempre aberta à modernização e implantação de novas ideias, isso pede mais estudo com responsabilidade [...];

[...] necessidade de manter-se atualizada a nível internacional sobre as novas técnicas da Biblioteconomia [...];

[...] atualidade e flexibilidade da RDA [...].

Como justificativa dos 25% de bibliotecários que não acreditam na viabilidade de implantação da RDA, dentre as respostas, destaca-se:

[...] a BU/UDESC não tem recursos humanos suficientes para implantar novos métodos de trabalho [...];

[...] apesar de viável é desnecessário a implantação da RDA, pois o AACR2 atende as necessidades de descrição de recursos eletrônicos [...];

[...] falta de capacitação dos recursos humanos; desconhecimento acerca da RDA [...].

Quando indagado aos bibliotecários sobre as mudanças no processo de catalogação com a implantação da RDA, dos 20 bibliotecários, 5 deles, que representa 25%, não têm opinião formada, pois além do desconhecimento acerca da RDA, não catalogam em suas atividades diárias. Dentre as mudanças a partir da implantação da RDA, os bibliotecários mencionam:

[...] catalogação mais detalhada; mudaria as relações entre entidades, obras, etc. [...];

[...] maior agilidade do processo de catalogação; melhoraria no processo de descrição e nas possibilidades de maior abrangência e relacionamento entre os itens catalogados [...];

[...] mais abertura na especificação dos registros informacionais; mudança nas rotinas e atitudes do catalogador; necessidade de aceitação ao estudo da RDA [...];

[...] adaptação da Política Institucional de Catalogação e manuais de procedimentos, para a RDA [...];

[...] planejamento e capacitação de recursos humanos [...];

[...] simplificaria o processo [...].

Sobre as mudanças relacionadas aos usuários com relação ao acesso e recuperação da informação a partir da implantação da RDA, identificou-se que 75% dos bibliotecários opinaram sobre as mudanças, o restante, que corresponde a 25%, não opinou por desconhecimento sobre a RDA. Dentre as mudanças mencionadas pelos bibliotecários, destacam-se:

[...] melhoria na recuperação da informação, devido à maior quantidade de campos para descrição dos recursos informacionais [...];

[...] maior rapidez e precisão na recuperação da informação; melhoria na consulta ao catálogo [...];

[...] melhoria no relacionamento entre tipos de obra [...];

[...] contempla todos os recursos informacionais, melhor compreensão do catálogo [...];

[...] maior satisfação ao usuário [...].

Em relação ao impacto que a implantação da RDA pode proporcionar às BU/UDESC, do total de 20 bibliotecários, identificou-se que 30%, ou seja, 6 deles desconhecem o impacto que provocaria esta implantação. Os demais bibliotecários, que corresponde a 70%, mencionaram os seguintes impactos:

[...] financeiro [...];

[...] capacitação dos servidores da BU/UDESC [...];

[...] recuperação da Informação [...];

[...] acesso a informação pelos usuários [...];

[...] maior visibilidade a BU [...];

[...] cultura organizacional – bibliotecários, devido às mudanças no processo de catalogação [...];

[...] agilidade no Processo de Catalogação [...].

7.2 QUESTIONÁRIO – COLABORADORES DO SISTEMA PERGAMUM

Apresenta-se, a seguir, a análise dos dados, que visa responder o quinto objetivo específico deste estudo, isto é, verificar a capacidade de adaptação do Sistema Pergamum para implantação da RDA.

A organização e tratamento dos dados foram subdivididos nas seguintes categorias: conhecimento acerca da RDA; modelos conceituais; implementação da RDA no Sistema Pergamum e padrões de representação.

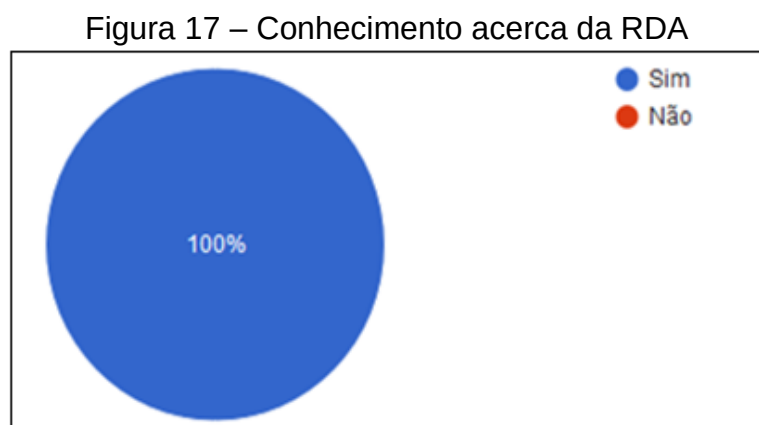
Por meio destas categorias, foi possível contemplar as questões formuladas aos colaboradores do Sistema Pergamum, os quais incluem bibliotecários e analistas de sistemas.

7.2.1 Conhecimento acerca da RDA

De acordo com Oliver (2011, p. 17), a RDA “[...] não é em si mesma, um modelo conceitual, mas antes, um conjunto de instruções práticas baseadas nos modelos conceituais FRBR e FRAD”. Ainda para esta autora, a RDA foi projetada para o mundo digital, pois o seu conteúdo é disponibilizado online no *software* RDA Toolkit.

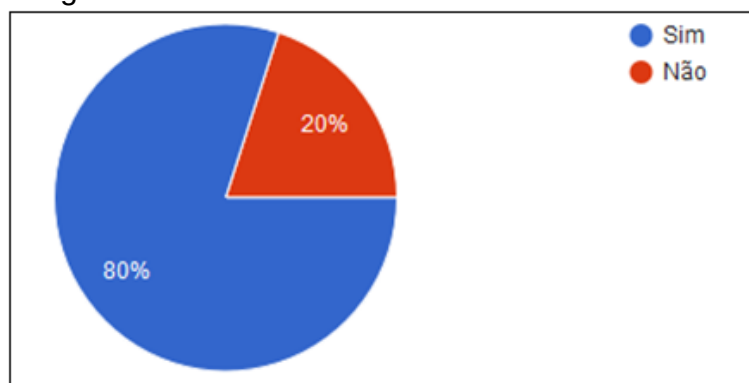
Neste sentido, esta categoria buscou identificar qual o conhecimento dos colaboradores do Sistema Pergamum acerca da RDA e do *software* RDA Toolkit.

Dos 9 questionários enviados pelo *Google Form*, obteve-se o retorno de 5 colaboradores, os quais afirmam que conhecem a RDA, representando 100% do total de respondentes, conforme apresentado na Figura 17.



Fonte: Dados do estudo (2017).

Sobre o RDA Toolkit, 80% dos colaboradores do Sistema Pergamum afirmaram conhecê-lo e 20% afirmou não ter conhecimento do *software*, como mostra a Figura 18.

Figura 18 – Conhecimento acerca do RDA *Toolkit*

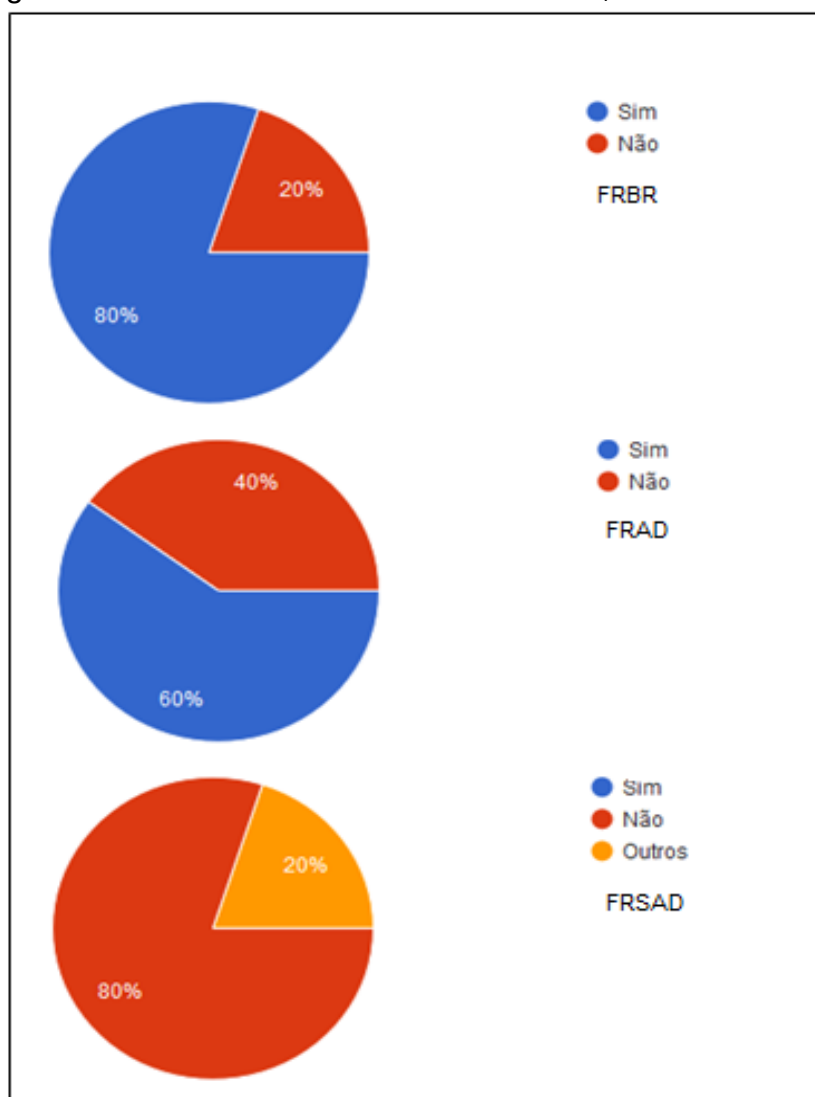
Fonte: Dados do estudo (2017).

7.2.2 Modelos Conceituais

A RDA é uma aplicação dos modelos conceituais. Neste sentido, esta categoria buscou identificar qual o conhecimento dos colaboradores do Sistema Pergamum acerca dos Modelos Conceituais do tipo Entidade-Relacionamento, isto é, FRBR, FRAD e FRSAD.

Ao serem indagados sobre o conhecimento dos respectivos modelos conceituais, do total dos 5 colaboradores do Sistema Pergamum, 4 mencionaram conhecer os FRBR, representando assim 80%; 3 mencionaram conhecer o FRAD, o que representa 60%; nenhum dos colaboradores mencionou conhecer o FRSAD; um dos colaboradores, representando 20%, não opinou sobre o conhecimento do FRSAD, conforme demonstra a Figura 19.

Figura 19 – Conhecimento acerca do FRBR, FRAD e FRSAD



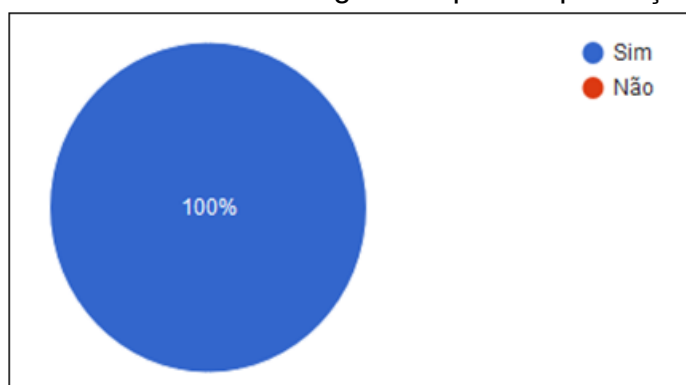
Fonte: Dados do estudo (2017).

7.2.3 Implantação da RDA no Sistema Pergamum

Nesta categoria, buscou-se identificar se o Sistema Pergamum está preparado, atendendo às exigências técnicas para a implantação da RDA em bibliotecas, se está estruturado de acordo com o Modelo Entidade-Relacionamento FRBR, e se existe uma demanda por parte de seus clientes para o uso da RDA, e qual o impacto que a implantação da RDA pode proporcionar ao Sistema Pergamum e para os seus clientes.

Ao serem indagados se o Sistema Pergamum atende às exigências para a implantação da RDA, dos 5 colaboradores, 100% mencionaram que o Pergamum atende tais exigências, como exposto na Figura 20.

Figura 20 – Atendimento às exigências para implantação da RDA



Fonte: Dados do estudo (2017).

Dentre as respostas ao questionamento sobre de que forma o Sistema Pergamum está preparado para a implantação da RDA, destacam-se às seguintes afirmações:

[...] já foi feito um protótipo de catalogação com a RDA [...];

[...] com relação à catalogação, todos os novos campos MARC tanto Bibliográfico como Autoridade foram inseridos para atender aos novos elementos da representação descritiva [...];

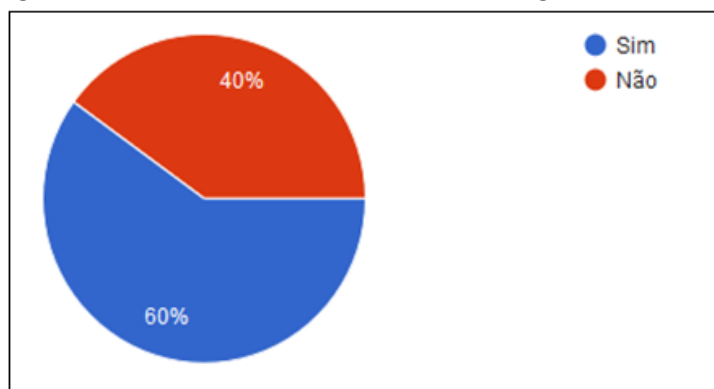
[...] é possível adaptar os campos MARC à RDA por meio de parametrização [...].

Ainda dentre as respostas, foi mencionado que:

[...] o Pergamum atende em parte, pois a consulta necessita ser desenvolvida para atender a RDA e o modelo conceitual FRBR ainda não foi implementado no Sistema Pergamum [...].

Ao indagar os colaboradores do Sistema Pergamum se existe demanda por parte de seus clientes para a implantação da RDA, dos 5 colaboradores, 3 mencionaram que há demanda de seus clientes, representando, assim, 60% das respostas; 2 afirmam que não existe esta demanda, o que representa 40%, como exposto na Figura 21.

Figura 21 – Demanda dos clientes Pergamum à RDA



Fonte: Dados do estudo (2017).

Com relação aos modelos conceituais Entidade-Relacionamento da família FRBR, questionou-se aos cinco colaboradores se o Sistema Pergamum está estruturado de acordo com tais modelos.

As respostas foram unânimes em afirmar que o Sistema Pergamum não está estruturado de acordo com os FRBR. Porém, em suas respostas, dois colaboradores justificaram que o Sistema Pergamum está estudando e estruturando-se para implementar os FRBR.

Sobre o impacto que a implantação da RDA poderia proporcionar ao Sistema Pergamum e aos seus clientes, dentre as respostas dos cinco colaboradores, destaca-se:

[...] com a implantação da RDA pelo Sistema Pergamum, será um start para que a RDA se desenvolva no Brasil; passará a oferecer um recurso mais moderno para a catalogação [...];

[...] tornará a recuperação da informação mais efetiva; atenderá aos anseios de seus clientes [...];

[...] o Sistema Pergamum ficará à frente de seus concorrentes; provocariam a demanda de mais treinamento aos clientes [...];

[...] melhoria na consulta por parte do usuário; flexibilidade por parte do cliente para a escolha entre catalogação em AACR2 ou RDA [...];

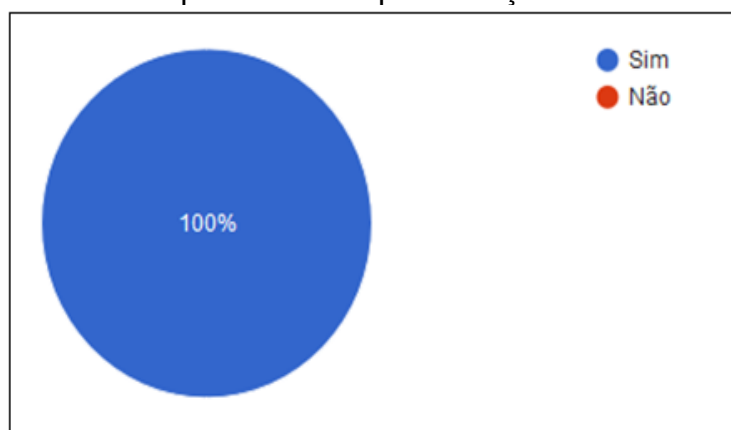
[...] tornar o Sistema Pergamum mais atualizado [...].

7.2.4 Padrões de Representação

Nesta categoria, buscou-se identificar a relevância da adoção de padrões de representação em sistemas automatizados por parte do Sistema Pergamum, bem como a existência de interoperabilidade entre o Pergamum e o MARC21 com as diretrizes da RDA.

Com relação à relevância de padrões de representação em sistemas automatizados, os 5 colaboradores afirmam que há relevância, representando o total de 100%, como exposto na Figura 22.

Figura 22 – Relevância de padrões de representação em sistemas automatizados



Fonte: Dados do estudo (2017) (2017).

Dentre as justificativas a esta afirmação, os colaboradores do Sistema Pergamum mencionaram que:

[...] por meio de padrões podem-se importar dados das mais variadas fontes; facilita o desenvolvimento de novas funcionalidades [...];

[...] facilita o trabalho cooperativo e migração de dados entre sistemas informatizados [...];

[...] necessário para manter o processo de descrição de dados padronizado [...];

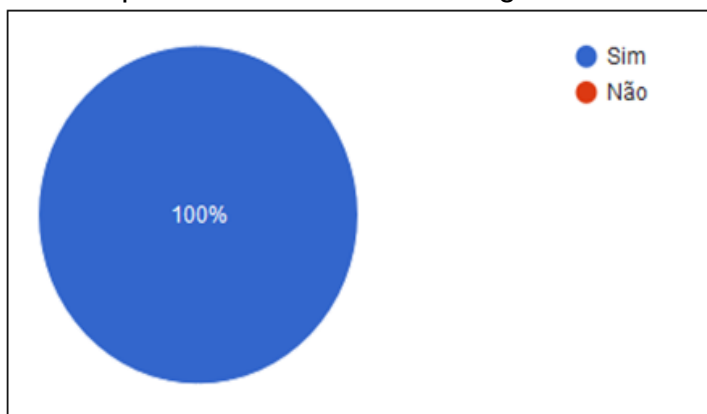
[...] utilizar padrões significa não reinventar procedimentos já padronizados [...];

[...] o intercâmbio de informações de forma segura e precisa é possível por meio de padrões [...].

Ao indagar os colaboradores do Sistema Pergamum sobre a interoperabilidade entre o Pergamum e o MARC21 com as diretrizes da RDA, todos

afirmaram que há a interoperabilidade entre os sistemas, representando, assim, 100%, conforme mostra a Figura 23.

Figura 23 – Interoperabilidade - Sistema Pergamum - MARC21 - RDA



Fonte: Dados do estudo (2017).

Dentre as justificativas sobre a interoperabilidade entre os sistemas, os colaboradores destacam que:

[...] os novos campos e subcampos do MARC21 já foram traduzidos e inseridos no Sistema Pergamum, caracterizando a interoperabilidade [...];

[...] para atender as diretrizes da RDA bastam algumas parametrizações no Sistema Pergamum [...].

Frente ao exposto, apresentam-se as discussões dos resultados provenientes da análise e interpretação dos dados deste estudo. Inicialmente, foram abordadas as discussões sobre o questionário aplicado aos bibliotecários da BU/UDESC e IDCH, sucessivamente, os dados do questionário dos colaboradores da Rede Pergamum e, após, a proposta de um Roteiro para a implantação da RDA para a BU/UDESC.

7.3 DISCUSSÃO DOS DADOS DOS BIBLIOTECÁRIOS DA BU/UDESC E IDCH

Por meio da análise, detectou-se que as bibliotecas setoriais que compõem a BU/UDESC possuem realidades distintas com relação aos recursos informacionais que disponibilizam, devido à diversidade dos cursos que atendem e ao número de colaboradores que possuem, pois, suas demandas são diferenciadas.

Percebe-se esta demanda em algumas bibliotecas, as quais possuem mais de um bibliotecário em seu quadro de recursos humanos, o que possibilita haver mais de um catalogador, por exemplo, a BC possui cinco catalogadores devido à quantidade de cursos que atende, isto é, quatro Centros de Ensino.

No entanto, nem todas as bibliotecas possuem os mesmos recursos informacionais, sendo estes direcionados a atender os cursos correspondentes a cada Centro de Ensino onde está inserida. Alguns recursos informacionais são específicos a determinadas bibliotecas, pois atendem a cursos com características específicas, por exemplo, peças de teatro, partituras e mapas.

Sobre a incidência de 30% de bases de dados, este baixo índice sinaliza que há um desconhecimento por parte dos bibliotecários da existência de tais recursos, haja vista que todas as bases de dados adquiridas pela BU/UDESC estão disponíveis no catálogo, ou seja, com acesso para todas as bibliotecas.

Foi identificado que alguns bibliotecários sinalizaram limitações do AACR2 para descrição dos recursos informacionais digitais, dificuldades em descrever determinados dados e a existência de termos não compatíveis com a descrição de recursos informacionais digitais.

De acordo com Oliver (2011, p. 111), para a implantação da RDA, é necessário preparo e treinamento, pois [...] “a RDA tem muitos pontos de semelhança com a sua antecessora, a AACR2, no entanto a estrutura básica é completamente diferente devido à harmonização com os modelos FRBR e FRAD”.

Sobre o AACR2, alguns dos bibliotecários sinalizaram amplo conhecimento, justificando que este possui os campos necessários à catalogação de recursos informacionais digitais, motivo pelo qual estão familiarizados. Isso se justifica devido aos vínculos existentes entre a RDA e AACR2, porém, ajustes são necessários, pois há diferenças fundamentais entre ambos, por exemplo, a estrutura e linguagem, apresentando um conjunto detalhado de instruções, com espaço para o discernimento do catalogador (OLIVER, 2011).

Sob esse ponto de vista, pode-se refletir que os bibliotecários da BU/UDESC e IDCH necessitam de uma melhor compreensão acerca da RDA e de suas potencialidades, pois alguns bibliotecários consideram semelhantes a maneira de catalogar os recursos digitais no AACR2 e na RDA, no entanto, os profissionais desconhecem a RDA e o *RDA Toolkit*. Tal desconhecimento justifica-se por ser uma

diretriz recente, que surgiu a partir das últimas revisões do AACR2 (MEY; SILVEIRA, 2009).

Frente ao exposto e pela RDA ser uma aplicação dos modelos conceituais FRBR, FRAD e FRSAD, a prevalência expressiva de desconhecimento por parte dos bibliotecários sobre estes modelos conceituais é nítida. Sobre a necessidade de familiarização com os modelos conceituais, para adotar-se a RDA, Assumpção e Santos (2013, p. 21) salientam que:

A adoção do RDA com vistas à utilização de todo o seu potencial atualmente não se constitui simplesmente como uma escolha administrativa. Antecedendo essa adoção, faz-se necessário o planejamento, a modelagem e a construção de catálogos que possam refletir a base entidade-atributo-relacionamento presente nos modelos conceituais [...], de modo que, tendo sido adotado o RDA, possa ser feito uso de todo seu potencial.

Quanto à viabilidade de implantação da RDA, neste estudo, destaca-se a prevalência de 75%. Isto evidencia a forma positiva desta implantação e, ao mesmo tempo, a aptidão à inovação e atualização dos bibliotecários da BU/UDESC, o que torna esta instituição aberta à modernização.

Além disso, quanto à implantação da RDA, a flexibilidade foi destaque dentre as justificativas dos bibliotecários da BU/UDESC, que, segundo Oliver (2011 p. 116), dentre os objetivos da RDA, a flexibilidade é importante, pois “[...] os dados devem funcionar independentemente do formato, mídia ou sistema empregado para armazenar ou comunicar os dados. Devem ser susceptíveis de utilização numa variedade de ambientes”.

Nesta perspectiva, Assumpção e Santos (2009, p. 2) mencionam também que a RDA possibilita a “[...] flexibilidade e extensibilidade necessárias para acomodar as características de novos recursos e a adaptabilidade necessária para os dados produzidos funcionarem com uma ampla gama de ambientes tecnológicos”. Assim sendo, a flexibilidade quando aliada à extensibilidade, permite que os dados sejam visíveis e utilizáveis no catálogo.

Dentre as justificativas dos bibliotecários que não consideram viável a implantação da RDA, destaca-se o desconhecimento sobre a RDA, somado à falta de capacitação, o que evidencia a necessidade de investimentos em treinamento pela BU/UDESC, pois a implantação da RDA exige pessoal capacitado e qualificado.

Assim, verifica-se que a capacitação de pessoal certamente precisa fazer parte da transição entre a AACR2 e RDA.

No entanto, alguns bibliotecários da BU/UDESC afirmam que o AACR2 atende às necessidades de descrição dos recursos eletrônicos, o que demonstra a falta de necessidade de implantação da RDA nesta instituição. Isto denota que houve divergências nas respostas entre os pesquisados, pois, segundo os respondentes, o AACR2 é considerado apto para a descrição dos recursos eletrônicos. Ao analisar as respostas, é possível identificar a incoerência, pois, se o AACR2 é suficiente para a descrição dos recursos informacionais, não haveria necessidade de implantação da RDA, o que poderia denotar sua inviabilidade. No entanto, 75% dos bibliotecários afirma ser viável a implantação.

Segundo Barbosa (1978), Mey (1995) e Oliver (2011), o AACR2 foi idealizado para a descrição de todos os tipos de recursos informacionais de sua época, porém, com as mudanças ocorridas na sociedade, oriundas das TIC, que fizeram emergir novos formatos de recursos informacionais, a elaboração de uma revisão deste código em 2004 não foi suficiente, pois as mudanças foram abrangentes, culminando na RDA.

Sobre a indagação a respeito das mudanças no processo de catalogação com a implantação da RDA, os bibliotecários destacaram algumas vantagens para os catalogadores. Houve menções ao detalhamento da catalogação e a simplificação do processo, provocando mudanças na rotina e atitudes do catalogador, assim como a possibilidade de maior abrangência e relacionamento entre os registros catalogados.

Para Oliver (2011), a RDA beneficia os catalogadores ao disponibilizar um conjunto detalhado de instruções, com espaço para o discernimento do catalogador, e há menos exceções na transcrição de dados.

Com relação às mudanças na catalogação quanto à implantação da RDA, no que se reflete aos usuários, os bibliotecários teceram comentário sobre a melhoria na recuperação da informação, melhor navegação no catálogo e, conseqüentemente, a satisfação dos usuários.

De acordo com Oliver (2011), a RDA traz benefícios para os usuários, proporcionando uma melhor navegação e melhor visualização, ou seja, o usuário pode navegar entre os recursos informacionais ligados a uma entidade e, assim, encontrar aquela que mais se adéqua às suas necessidades.

No entanto, para que haja uma melhor navegação no catálogo e recuperação de registros informacionais, são necessários os relacionamentos entre as entidades (ASSUMPÇÃO; SANTOS, 2013).

Consequentemente, todas as vantagens para os usuários são também para as instituições, pois, elas visam atender seus usuários frente às suas necessidades de informação.

Foi abordado por alguns dos bibliotecários que a implantação da RDA traria maior visibilidade à BU/UDESC. Isto está de acordo com a expectativa deste estudo em colaborar para que esta Rede de Bibliotecas, juntamente com a UDESC, cumpra seu papel de excelência junto à sociedade e estabeleça-se como pioneira no uso da RDA em Santa Catarina.

7.4 DISCUSSÃO DOS DADOS DOS COLABORADORES DA REDE PERGAMUM

Após a discussão dos dados do questionário dos bibliotecários, apresenta-se a discussão da análise do questionário dos colaboradores do Sistema Pergamum, analisado por meio das seguintes categorias: conhecimento acerca da RDA e dos modelos conceituais do tipo Entidade-Relacionamento FRBR, FRAD e FRSAD; implantação da RDA com o Sistema Pergamum e padrões de representação.

Por meio desta análise, detectou-se que os colaboradores do Sistema Pergamum que participaram do estudo, em sua maioria, estão familiarizados com a RDA, com o *software* RDA Toolkit e com os modelos conceituais FRBR, FRAD, exceto o FRSAD, que não foi mencionado por nenhum dos participantes.

Quando indagados se o Sistema Pergamum está preparado tecnicamente para a implementação da RDA, os colaboradores afirmaram a realização de um protótipo de catalogação para a RDA, o que já resultou no Sistema, a inclusão de novos campos do MARC21, tanto bibliográfico quanto de autoridade. Esta ação teve o propósito de atender aos novos elementos de representação descritiva.

De acordo com Santos e Pereira (2014), a RDA pode ser aplicada com o Formato MARC21, mas nem todos os elementos de descrição da RDA são contemplados por este formato, o que torna necessária sua adaptação, por exemplo, o acréscimo de campos previstos na RDA, tais como: tipo de conteúdo e suporte.

Os colaboradores do Sistema Pergamum também salientaram que é possível adaptar os campos MARC21 aos campos RDA por meio de parametrização. Porém, o Módulo Consulta ainda precisa ser desenvolvido (adaptado) para atender à RDA.

Com relação aos modelos conceituais do tipo Entidade-Relacionamento, foi possível identificar que o Sistema Pergamum não está estruturado de acordo com os FRBR, porém, ele está sendo estudado com vistas a implementar esse modelo.

De acordo com Mey e Silveira (2009), o modelo conceitual FRBR é um modelo de descrição que visa estruturar e relacionar os dados apontados em registros bibliográficos, visando atender às necessidades dos usuários, em que a melhoria na recuperação da informação é um dos anseios, tanto para os usuários quanto para os catalogadores.

Sob este ponto de vista, Corrêa (2008) acrescenta que o FRBR foi desenvolvido para estabelecer a recuperação da informação de forma integrada, permitindo a recuperação de um recurso informacional, independente do material, suporte ou formato.

Para os colaboradores do Sistema Pergamum, a implementação da RDA impactará na incidência de treinamento aos clientes, ou seja, as bibliotecas que fazem parte do sistema, o que proporcionará a opção da escolha entre o AACR2 e a RDA. Isto, de certa forma, permitirá a disseminação do uso da RDA no Brasil.

Segundo os colaboradores, torna-se relevante a adoção de padrões de representação em sistemas automatizados. Isto se justifica por proporcionar o desenvolvimento de novas funcionalidades, além de facilitar o trabalho cooperativo e a migração de dados entre sistemas informatizados, permitindo o intercâmbio de informações de forma segura e precisa, além de permitir a importação de dados das mais variadas fontes.

Com relação à interoperabilidade entre o Sistema Pergamum e o MARC21 com as diretrizes da RDA, foi possível identificar a compatibilidade entre esses sistemas, o que permite, assim, a interoperabilidade, segundo os respondentes. No entanto, para atender as diretrizes da RDA, os colaboradores mencionam a realização de algumas parametrizações, a fim de que haja a ligação da RDA com o MARC21.

Na visão de Hatsek e Hillesheim (2013, p. 17), “[...] a aplicação do RDA é viável e tem grande possibilidade de êxito para a solução de problemas relacionados à padronização e interoperabilidade dos dados bibliográficos disponíveis em base de

dados". Neste sentido, o planejamento e estudo são fundamentais, uma vez que, para implementar a RDA, são necessárias adaptações no Sistema Pergamum.

Para Oliveira (2005, p. 34),

Um dos aspectos importantes para a interoperabilidade de informações é a organização do conhecimento e representação da informação. Para que duas pessoas, duas bases de dados ou até duas instituições possam trocar informações de forma eficaz é necessário o entendimento dos códigos utilizados por ambos e que eles tenham o mesmo entendimento quanto ao significado destes códigos. Para isto é necessária a implementação de padrões que possibilitem o entendimento entre eles, rompendo barreiras trazidas pela hiperespecialização e pela fragmentação da informação, desenvolvendo e reforçando trabalhos cooperativos.

Por meio desta análise, observou-se que o Sistema Pergamum não se encontra totalmente preparado para implantar a RDA, porém está estudando estas diretrizes, bem como os modelos conceituais com vistas à implementação da RDA no Sistema.

Frente ao exposto, verificou-se que, mesmo com a pouca demanda por parte dos clientes do Sistema Pergamum para o uso da RDA, os colaboradores deste sistema demonstram empenho no propósito de deixá-lo apto para esta implementação a fim de oferecer um novo recurso moderno destinado à catalogação, tornando a recuperação efetiva frente aos anseios de seus usuários. Ainda segundo os colaboradores, isso tornaria o Sistema Pergamum à frente dos concorrentes nacionais.

Com base nos dados e nas discussões expostas neste estudo, a seguir, propõe-se um roteiro para implantação da RDA na BU/UDESC.

7.5 ROTEIRO PARA A IMPLANTAÇÃO DA RDA NA BU/UDESC

➤ **APRESENTAÇÃO**

É por meio das bibliotecas universitárias que as instituições de Ensino Superior têm suprido sua demanda de informação. No que diz respeito ao processamento técnico da informação, ressalta-se a importância de subsídios para o rápido e fácil acesso para a recuperação da informação.

Além disso, não se pode ignorar a influência do desenvolvimento das TIC, a qual trouxe inúmeros benefícios às bibliotecas no tocante ao acesso e recuperação

da informação, pois veio facilitar e agilizar os serviços de catalogação neste ambiente.

De posse destas premissas e atendendo aos objetivos deste estudo, verificou-se que a RDA será uma necessidade, já que as TIC e os recursos informacionais digitais são uma realidade vivenciada em todas as bibliotecas nacionais e internacionais.

Dessa forma, a decisão pelo planejamento da implantação da RDA se antecipa a esse cenário e pode representar um fator de sucesso para as bibliotecas atingirem suas metas.

No entanto, compreende-se que a decisão pela implantação da RDA em qualquer biblioteca é a primeira etapa para que o processo ocorra e alcance seus objetivos, porém, todas as etapas para implantação são dependentes do comprometimento dos envolvidos. Assim, para obter sucesso neste processo, torna-se necessário o envolvimento dos gestores e demais bibliotecários, a fim de propiciar uma construção coletiva.

Neste sentido, sugere-se uma reformulação dos Grupos de Trabalho desenvolvidos na BU/UDESC, os quais serão fundamentais para o planejamento de implantação da RDA.

Nessa perspectiva, no que se refere à implantação da RDA na BU/UDESC, apresenta-se um roteiro contendo premissas básicas, as quais devem ser atendidas para que esta instituição possa implantar a RDA.

➤ **Função da RDA:**

- ✓ Permitir a descrição de todos os recursos informacionais, isto é, analógicos e digitais da biblioteca, a fim de possibilitar o acesso e a recuperação da informação pelos usuários, frente à realidade atual da sociedade, a qual se torna cada vez mais digital.

➤ **Objetivos:**

- ✓ Possibilitar a adequação da BU/UDESC à catalogação dos novos recursos informacionais digitais;
- ✓ Melhorar a descrição dos recursos informacionais atuais e futuros da BU/UDESC;

- ✓ Facilitar o acesso e a recuperação dos recursos informacionais da BU/UDESC;
- ✓ Acompanhar o desenvolvimento de técnicas de trabalho para a catalogação frente ao avanço das TIC.

➤ **VANTAGENS DA IMPLANTAÇÃO DA RDA**

As vantagens de utilizar a RDA são a soma de benefícios imediatos e futuros para a BU/UDESC:

- ✓ Possibilita a descrição de novos e futuros recursos informacionais.
- ✓ Possui compatibilidade retrospectiva com AACR2;
- ✓ Possui flexibilidade para descrição dos recursos informacionais por parte dos catalogadores;
- ✓ Proporciona a receptividade às necessidades dos usuários;
- ✓ Melhora a descrição de recursos informacionais;
- ✓ Facilita a recuperação da informação pelo usuário (para encontrar, identificar, selecionar e obter acesso às diferentes expressões e manifestações dos recursos informacionais);
- ✓ Flexibilidade de especificação do recurso informacional;
- ✓ Catalogação será mais detalhada;
- ✓ Abrangência e relacionamento entre os recursos informacionais catalogados (possibilitará a recuperação de todos os recursos informacionais relacionados a uma pessoa ou entidade coletiva).

➤ **RECURSOS NECESSÁRIOS PARA IMPLANTAÇÃO DA RDA**

Para implantação da RDA na BU/UDESC, alguns recursos tornam-se essenciais para o funcionamento desta diretriz, os quais visam a potencialização do tratamento técnico da informação, a fim de garantir melhores condições para o desenvolvimento da catalogação pela equipe de bibliotecários, facilitando o acesso e recuperação da informação por seus usuários. Sugerem-se como recursos necessários para a implantação da RDA na BU/UDESC:

✓ **Recursos humanos:**

- Capacitação dos bibliotecários;

✓ **Recursos tecnológicos:**

- Adequação do Sistema Pergamum;
- Aquisição de assinatura do *software RDA Toolkit*.

✓ **Recursos financeiros:**

- Custo da aquisição de assinatura do *software RDA Toolkit*.

➤ **POLÍTICA DE CATALOGAÇÃO**

O acervo da BU/UDESC visa dar apoio aos conteúdos dos cursos de graduação e pós-graduação ministrados nesta instituição de Ensino Superior, bem como oferecer subsídios à investigação de projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos na instituição.

Neste sentido, o acervo da BU/UDESC mantém sob sua guarda os mais variados recursos informacionais, tanto no formato tradicional quanto eletrônico, tais como: livros, artigos científicos, monografias, dissertações, teses, mapas, folhetos, CD e DVD.

As Políticas Institucionais são instrumentos que possibilitam ajustar as atividades realizadas pelos colaboradores aos objetivos da instituição, de modo a dar a direção e os limites para atingir os objetivos, o que requer um bom planejamento e avaliação.

Por meio da avaliação, é possível identificar se o planejamento está ocorrendo conforme o plano elaborado, possibilitando ajustes e melhorias quando necessário. Por sua vez, o planejamento de uma Política de catalogação na BU/UDESC voltada para a catalogação em RDA tornará seguro o processo e proporcionará auxílio à tomada de decisão e acompanhamento das atividades. Desta forma, a política de catalogação será bem-sucedida.

Assim sendo, a política de catalogação da BU/UDESC deve funcionar como instrumento norteador que viabilize o conjunto de atividades que conduzem o processo de tratamento técnico da informação, com relação às atividades de descrição bibliográfica, definição de pontos de acesso e determinação de dados de

localização, possibilitando que o catálogo da instituição seja construído de forma concisa e coletiva.

Dessa forma, com a implantação da RDA, caberá ao GT de Tratamento Técnico, o qual tem por função estabelecer e revisar as normas relacionadas ao tratamento técnico da informação, a adaptação da Política Institucional de Catalogação e do Manual de Procedimentos de Catalogação da BU/UDESC, para adequação às mudanças proporcionadas pela RDA, tais como: os padrões; códigos e diretrizes a serem adotados. Como exemplo, as mudanças nas diretrizes sobre o controle de autoridade e definição dos pontos de acesso e abreviações.

Com a colaboração e comprometimento de todos os envolvidos, a implantação desta nova Diretriz terá chance de êxito.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A catalogação é de suma importância para uma recuperação da informação rápida e eficaz. Sem o uso de normas, padrões e formatos internacionais, ou seja, sem uma adequada representação dos recursos informacionais, a catalogação torna-se ineficiente, prejudicando o acesso e a recuperação da informação.

Nesse sentido, torna-se indispensável às bibliotecas, sejam estas públicas, escolares, especializadas ou universitárias, utilizarem-se dos padrões e normas internacionais e direcionarem seus esforços para atender às necessidades de seus usuários, facilitando o acesso e a recuperação da informação.

O que chamou a atenção da proponente desta investigação foi buscar soluções que possam atender à realidade vivenciada pelas bibliotecas da BU/UDESC e, assim, explorar a teoria e o conhecimento sobre RDA, visto que a literatura está em ascensão nesta temática.

Com base no exposto, constatou-se que o objetivo geral e os objetivos específicos deste estudo foram atingidos, visto que foi possível concluir que é viável a implantação da RDA na BU/UDESC, tanto do ponto de vista técnico, tecnológico quanto em relação aos recursos humanos.

No entanto, identificou-se a necessidade de conhecimento dos bibliotecários sobre a RDA, pois a maioria destes profissionais evidenciou a necessidade de capacitação. Assim sendo, verificou-se que eles estão conscientes da necessidade de educação continuada, frente ao desenvolvimento das TIC, as quais vêm impulsionando e adequando as práticas de catalogação.

Conforme identificado nos resultados, a BU/UDESC possui os mais variados tipos de recursos informacionais analógicos e digitais os quais necessitam de uma melhor descrição com vistas a melhorar o acesso e recuperação da informação, que, por sua vez, corresponde com a proposta da RDA em descrever todos os tipos de recursos informacionais.

Entretanto, é necessário que o Sistema Pergamum esteja em consonância com as necessidades dos seus clientes e também esteja em busca de adequação do Sistema para atender as necessidades de descrição dos recursos informacionais digitais, os quais estão presentes no contexto atual das bibliotecas.

Neste estudo, foi possível identificar que o Sistema Pergamum tem empenhado esforços para estudar a RDA, bem como os modelos conceituais do tipo

Entidade-Relacionamento FRBR. O Sistema Pergamum, por meio de um protótipo de catalogação para a RDA, adaptou novos campos no MARC21, tanto bibliográfico quanto de autoridade, aos campos RDA por meio de parametrização, para adaptar-se aos novos elementos de representação descritiva, porém, ainda necessita de alguns ajustes e mais estudos.

Segundo os respondentes, tecnicamente é viável a implementação da RDA pelo Sistema Pergamum, porém, o Módulo Consulta ainda precisa ser adaptado para atender à RDA.

Ainda atendendo aos objetivos específicos, foi apresentado um Roteiro para implantação da RDA na BU/UDESC, em que são expostas algumas premissas básicas, as quais devem ser atendidas para o sucesso da implantação.

Considerando o conhecimento adquirido após a realização deste estudo, com base na fundamentação teórica, propiciou-se uma alternativa para melhorar o acesso e recuperação da informação à BU/UDESC, assim como estimulou-se os gestores a traçarem suas metas relativas ao planejamento da catalogação com a viabilidade da RDA.

Por meio desta investigação, verificou-se que os catalogadores da BU/UDESC estão conscientes da necessidade da educação continuada, assim como a capacitação em RDA. Assim sendo, conclui-se que a capacitação acerca da RDA é necessária e entendemos que a adoção desta diretriz necessita de planejamento, principalmente, quando se pretende usar todo o seu potencial, no que se refere ao desenvolvimento tecnológico atual e futuro, relativo à catalogação.

Esta investigação, além de contribuir com mais estudos sobre a RDA e os Modelos Conceituais FRBR, FRAD e FRSAD, pode despertar interesse a outras pesquisas relacionadas à temática, que venham contribuir para a área da Ciência da Informação (CI), da Biblioteconomia, como também para a área da catalogação.

Contribuiu também para o Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação – PPGInfo que, por meio do Mestrado Profissional, possibilitou o desenvolvimento de estudo acerca da RDA por esta colaboradora da BU/UDESC e o (re)pensar do processo de catalogação na BU/UDESC, e também estimulou investigações futuras sobre a temática.

Destaca-se a contribuição desta pesquisa para a vida profissional da proponente, que se familiarizou com a RDA e poderá envolver-se em discussões com seus pares, ou seja, os bibliotecários da BU/UDESC, em suas práticas de

catalogação, o que poderá ser um *start* de mudanças que trarão benefícios aos usuários e também servir como suporte às futuras decisões dos gestores da BU/UDESC, proporcionando à UDESC atender seus objetivos de excelência junto à comunidade.

Durante a condução deste estudo, foi possível perceber que o processo de implantação da RDA deve ocorrer de forma sistematizada, propiciando uma visão abrangente, clara e detalhada das principais etapas envolvidas. Dessa maneira, a proposta de roteiro apresentada neste estudo pode ser adaptada a bibliotecas com necessidades semelhantes em relação à catalogação dos recursos informacionais digitais.

As desvantagens identificadas na adoção da RDA referem-se ao fato de não estar traduzida para a língua portuguesa, logo, a língua pode ser uma barreira aos bibliotecários. Outra dificuldade encontrada foi o difícil acesso ao *software* RDA *Toolkit* por esta Universidade não possuir a sua assinatura. Com base no exposto, sugere-se a aquisição desta assinatura para fins de estudo.

Sugere-se também novas investigações sobre esta temática, com vistas à aplicação em todos os tipos de UI, assim como pesquisas referentes à aplicação da RDA e os FRBR a nível internacional, visando ampliar a discussão e, quiçá, sua tradução para a língua portuguesa.

Além dessas sugestões, o envolvimento de todos os bibliotecários da UDESC por meio de estudos sobre a RDA, com vistas a uma futura implantação destas novas diretrizes de catalogação, será muito oportuno, assim como a sugestão de um estudo para adaptação da Política Institucional de Catalogação voltada para o uso da RDA na BU/UDESC.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, A. C. de. **Catálogo e descrição de documentos fotográficos em bibliotecas e arquivos**: uma aproximação comparativa dos códigos AACR2 e ISAD(g). 2006. 188 f. Dissertação (Mestrado Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/PosGraduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/albuquerque_ac_me_mar.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2017.
- ALVES, M. **Como escrever teses e monografias**: um roteiro passo a passo. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- ASSUMPÇÃO, F. S. **Controle de autoridade**: definições, processos e componentes. 2012. 126 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.abecin.org.br/ebooks/Colecao_Premio_TCC/TCC_1/Ebook_Fabricio.pdf> Acesso em: 09 jan. 2016.
- ASSUMPÇÃO, F. S.; SANTOS, P. L. V. A. da C. **Resource Description and Access (RDA)**: objetivos, características e desenvolvimento do novo padrão para descrição de recursos e acesso. 2009. Disponível em: <http://prope.unesp.br/xxi_cic/27_33049772875.pdf>. Acesso em: 30 set. 2014.
- _____; _____. A utilização do Resource Description and Access (RDA): na criação de registro de autoridade para pessoas, famílias e entidades coletivas. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 18, n. 37, p. 203-262, maio/ago. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2013v18n37p203/25332>> Acesso em: 30 jan. 2017.
- BARBOSA, A. P. **Novos rumos da catalogação**. Organização, revisão e atualização de Elza Lima e Silva Maia. Rio de Janeiro: BNG/Brasilart, 1978. (Coleção biblioteconômica, documentação, ciência da informação).
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.
- CAMPELLO, B. S. **Introdução ao controle bibliográfico**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.
- CÓDIGO. **Código de Catalogação Anglo-Americano**. São Paulo: Febab, 2004.
- CORRÊA, R. M. R. **Catálogo descritiva no século XXI**: um estudo sobre o RDA. 2008. 75 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2008. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/PosGraduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/correa_rmr_me_mar.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2016.

CUNHA, M. L. M. da. ISBD: origem, evolução e aceitação. **Rev. Brás. Bibliotecon. Doc.**, São Paulo, v. 12, n. 1/2, p. 7-14, jan./jun. 1979. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/index.php/article/view/0000002059/5586385de5651d69e8fca5ac15a577bf>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

CUNHA, M. B. da. A biblioteca universitária na encruzilhada. **DataGramaZero**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 6, dez. 2010. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/14869>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

CRESWELL, J. W. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

CRUZ, A. M. da C.; CORRÊA, R. M. R.; COSTA, V. M. G. **Catálogo descritiva**: área da descrição física e área de série. Rio de Janeiro: Interciência, 2000.

ESCOLANO RODRÍGUEZ, E.; MCGARRY, D. **ISBD consolidada**: um passo em frente. Tradução: Cristina Ramos. 2007. Disponível em: <www.imeicc5.com/download/portuguese/ISBD%20Portuguese.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2016.

FERREIRA, M. **MARC 21**: formato condensado para dados bibliográficos. Marília: UNESP, 2000.

FUSCO, E. **Aplicação do FRBR na modelagem de catálogos bibliográficos digitais**. São Paulo: Cultura acadêmica, 2011. Disponível em: <http://www.culturaacademica.com.br/_img/arquivos/Aplicacao_dos_FRBR_na_modelagem_de_catalogos_bibliograficos_digitais.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2016.

_____. **Modelos conceituais de dados como parte do processo da catalogação**: Perspectiva de uso dos FRBR no desenvolvimento de catálogos bibliográficos digitais. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) Universidade Estadual Paulista. Marília, 2010. 249f. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/103369>> . Acesso em: 18 ago 2016.

GARCEZ, E. M. S.; RADOS, G. J. V. Biblioteca híbrida: um novo enfoque no suporte à educação à distância. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 44-51, maio/ago. 2002. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=8294>> . Acesso em: 25 ago. 2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HATSEK, I. N.; HILLESHEIM, A. I. A.. Resource Description and Access (RDA) e as mudanças na catalogação. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE CATALOGADORES, 9.; ENCONTRO NACIONAL DE CATALOGADORES, 2., 2013, Rio de Janeiro. **[Trabalhos publicados]**... Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2013. Disponível em: <<http://www.telescopium.ufscar.br/index.php/eic-enacat/eic-enacat/schedConf/presentations>> > Acesso em: 15 maio.2017.

IFLA. INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Declaração de princípios internacionais de catalogação.**

Tradução de Lídia Alvarenga et al. 2009. Disponível em:

<www.ifla.org/files/cataloguing/icp/icp_2009-pt.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2016.

_____. **Functional requirements for authority data: a conceptual model.** Final report. 2013. Disponível em:

<http://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/frad/frad_2013.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2016.

_____. **Functional requirements for subject authority data (FRSAD): a conceptual model.** 2010. Disponível em: <<http://www.ifla.org/node/5849>>. Acesso em: 12 ago. 2016.

_____. **ISBD: International Standard Bibliographic Description.** Consolidated Edition. 2011. Disponível em: <<http://www.ifla.org/publications/international-standardbibliographic-description>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

ISBD(M): Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada para as Publicações Monográficas: (International Standard Bibliographic Description for Monographic Publications). Tradução de José Carlos Sottomayor. Revisão 2002. Lisboa: Biblioteca Nacional Jstis, 2005. Tradução portuguesa da versão original inglesa. Disponível em: <www.ifla.org/archive/ubcim/nd1/isbdM-pt.pdf> Acesso em: 15 mar. 2017.

LEHMKUHL, K. M.; PINHEIRO, L. V.; MACHADO, R. B. Possibilidades e desafios para a catalogação em bibliotecas: a aplicação da nova norma para descrição e acesso de recursos (RDA). In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 17., 2012, Gramado, RS. **Anais...** Gramado: UFRGS, 2012. Disponível em: <<http://www.snbu2012.com.br/anais/pdf/4QTZ.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

LOURENÇO, C. de A. **Modelagem de dados como ferramenta de análise de padrões de metadados em bibliotecas digitais:** o padrão de metadados brasileiro para teses e dissertações segundo o modelo entidade-relacionamento. 2005. 161 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/EARM-6ZGNZC>> Acesso em: 28 jul. 2016.

LÜCK, E. H. et al. A biblioteca universitária e as diretrizes curriculares do ensino de graduação. In: SNBU – SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 11., 2000, Florianópolis, SC. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2000. Disponível em: <<http://snbu.bvs.br/snbu2000/parallel.html>> Acesso em: 17 abr. 2017.

MACHADO, R. B. **Análise do RDA para teses e dissertações em literatura e cinema.** 2015. 256 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Unidades de Informação) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/2121/raquel_bernadete_machado.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2016.

MARC STANDARDS. **Marc Concisi Formats**: general introduction. 2012. Disponível em: <<http://www.loc.gov/marc/marcdocz.html>>. Acesso em: 29 jan. 2017.

MARC STANDARDS. **RDA in MARC**. 2014. Disponível em: <<http://www.loc.gov/marc/RDAinMARC.html>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto, relatório, publicações e trabalhos científicos. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINHO, N. O.; FUJITA, M. S. L. La catalogación de materias: apuntes históricos sobre su normalización. **Scire**, v. 16, p. 61-70, 2010. Disponível em: <<http://ibersid.eu/ojs/index.php/scire/article/view/4012/3660>>. Acesso em: 12 ago. 2016.

MELO, M. A. F. **Contribuições das abordagens positivista e pragmática do estudo do conceito para o modelo conceitual FRSAD**. 2013. 133 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/16160>>. Acesso em: 20 maio 2016.

MELO, M. A. F.; BRÄSCHER, M. Requisitos funcionais para dados de autoridade assunto (FRSAD): entidades, atributos e relacionamentos. **Rev. Digit. Bibliotecon. Cienc. Inf.**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 102-119, maio/ago. 2014. Disponível em: <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1605/pdf_64>. Acesso em: 19 ago. 2016.

MEY, E. S. A. **Catálogo e descrição bibliográfica**: contribuições a uma teoria. Brasília: ABDF, 1987.

_____. **Catálogo e descrição bibliográfica**: contribuições a uma teoria. Brasília: ABDF, 1989.

_____. **Introdução à catalogação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1995.

_____. **Não brigue com a catalogação**. Brasília: Briquet de Lemos, 2003.

MEY, E. S. A.; SILVEIRA, N. C. **Catálogo no plural**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

_____.; _____. Considerações teóricas aligeiradas sobre a catalogação e sua aplicação. **InCid: R. Ci. Inf. e Doc.**, v.1, n.1, 2010, p.125-137.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MODESTO, F. **O AACR não dá, mais o RDA dará vitaminação ao catalogador**. Infohome, 2008. Disponível em: <http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=334>. Acesso em: 10 jun. 2016.

_____. Panorama da catalogação no Brasil: da década de 1930 aos primeiros anos do Século XXI. In.: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., 2007, Brasília. **Anais...** Brasília: Centro de Convenções Ulysses Guimarães, 2007. Disponível em: <www2.eca.usp.br/prof/fmodesto/textos/2007PanoramaCatalogacao.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2016.

MORENO, F. P. **Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos – FRBR:** um estudo no catálogo da Rede Bibliodata. 2006. 198 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2565/1/DISSERTACAO%20FERNANDA%20MORENO%20-%20UnB.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

MORENO, F. P.; BRACHER, M. MARC, MARCXML E FRBR: relações encontradas na literatura. **Inf. & Soc.**, João Pessoa, v. 17, n. 3, p. 13-25, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/834/1582>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

NAVES, M. M. L., KURAMOTO, H. **Organização da informação:** princípios e tendências. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.

OLIVER, C. **Introdução à RDA:** um guia básico. Brasília: Briquet de Lemos, 2011.

OLIVEIRA, V. S. de. **Buscando interoperabilidade entre diferentes bases de dados:** o caso da biblioteca do Instituto Fernandes Figueira. 2005. 108 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/1318>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

OLIVEIRA NETTO, A. A. de. **Metodologia da pesquisa científica:** guia prático para a apresentação de trabalhos acadêmicos. 3.ed. Florianópolis: Visual Books, 2008.

PERGAMUM. **Portal Pergamum:** Sistema Integrado de Bibliotecas. PUCPR. Disponível em: <http://www.pergamum.pucpr.br/redepergamum/rede_index.php> . Acesso em: 30 jun.2017.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTIAGO, M. C. C. **Metadados para recuperação da informação em ambiente virtual.** 2004. 145 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://tededep.ibict.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=25>. Acesso em: 11 jul. 2016.

SANTOS, G. C.; RIBEIRO, C. M. **Acrônimos, siglas e termos técnicos:** arquivística, biblioteconomia, documentação, informática. Campinas: Átomo, 2003.

SANTOS, P. L. V. A. C.; CORREIA, R. M. R. **Catalogação:** trajetória para um código internacional. Niterói: Intertexto, 2009.

SANTOS, P. L. V. A. C.; PEREIRA, A. M. **Catálogo**: breve história e contemporaneidade. Niterói: Intertexto, 2014.

SILVA, E. B. de O. et al. Conceituação e aplicação do novo padrão para descrição bibliográfica Resource Description and Access (RDA). **CRB-8 Digital**, São Paulo, v. 1, n. 5, p. 113-123, jan. 2012. Disponível em: <<http://fabricioassumpcao.com/blog/wp-content/uploads/2012/02/conceituacao-aplicacao-padrao-rda.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2016.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005. Disponível em: <<http://www.portaldeconhecimentos.org.br/index.php/por/content/view/full/10232>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

SILVA, R. E. da; SANTOS, P. L. V. A. C. Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR): considerações sobre o modelo e sua implementabilidade. **Rev. Brás. Bibliotecon. Doc.**, São Paulo, v. 8, n. 2, p.116-129, 2012. Disponível em: <<http://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/214>>. Acesso em: 22 jul. 2016.

SILVEIRA, J. G. da. Gestão de recursos humanos em bibliotecas universitárias: reflexões. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 38, n. 2, p. 126-141, maio/ago. 2009. Disponível em: <<file:///C:/Documents%20and%20Settings/Administrador/Meus%20documentos/Downloads/1072-7073-1-PB.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

TARAPANOFF, K. (et. al.). Sociedade da Informação e Inteligências em unidades de informação, 2000. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n3/a09v29n3.pdf>> Acesso em: 15/08/2016.

TILLET, B. B. **What is FRBR?** A Conceptual Model for the Bibliographic Universe. Library of Congress, Cataloging Distribution Service, 2004. Disponível em: <<http://www.loc.gov/cds/downloads/FRBR.PDF>>. Acesso em: 18 jul. 2016.

_____. **Visão geral do esboço da declaração dos princípios de catalogação**. 2007. Disponível em: <http://www.imeicc5.com/download/portuguese/Presentations4_Cataloguing%20principles-IME%20ICC%20overview_BT_Port.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2017.

UDESC. UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Regulamento da Biblioteca Universitária**: Biblioteca Universitária. 2010. Disponível em: <<http://www.udesc.br/?id=2> <http://www.udesc.br/?id=266>> Acesso em: 15 set. 2016.

UDESC. UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Histórico**. 2017. Disponível em:<<http://www.udesc.br/sobre/hist%C3%B3rico>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

YIN, R. K. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. 4.ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZAFALON, Z. R. **Formato MARC 21 Bibliográfico**: estudos e aplicações para livros, folhetos, folhas impressas e manuscritos. São Carlos: EdUFSCar, 2008.

APÊNDICE A – Questionário Bibliotecários da BU/UDESC

Este é um estudo de mestrado realizado junto ao Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação (PPGInfo) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), sob a responsabilidade da Prof.^a Dr.^a Ana Maria Pereira, e da mestranda Eli Regina da Silva Amorim. E tem por objetivo, estudar a viabilidade de implantação da Descrição de Recursos e Acesso (RDA) na BU/UDESC, ou seja, na Biblioteca Central (BC) e nas demais Bibliotecas Setoriais.

Considerada como as novas diretrizes para a descrição dos mais variados recursos informacionais, a RDA contempla a descrição de todos os tipos de mídia e conteúdo, sejam estes analógicos e/ou digitais em qualquer Unidade de Informação (UI).

Para a utilização da RDA a Library of Congress (LC) disponibiliza o software RDA Toolkit, com assinatura anual. Atualmente a UDESC utiliza o Código de Catalogação Anglo-Americano 2.ed. (AACR2) como instrumento de descrição de recursos informacionais, no entanto, com a perspectiva do uso da RDA, este código de catalogação não terá mais atualizações.

Assim, considerando a investigação da viabilidade de implantação da RDA na BU/UDESC, solicitamos a sua colaboração para responder a este questionário. Desde já agradecemos.

1 - Em qual Biblioteca da UDESC você trabalha?

- ☐ Biblioteca Central BC
- ☐ Biblioteca do CAV
- ☐ Biblioteca do CCT
- ☐ Biblioteca do CEAVI
- ☐ Biblioteca do CEFID
- ☐ Biblioteca do CEO
- ☐ Biblioteca do CEPLAN
- ☐ Biblioteca do CERES
- ☐ Biblioteca do CESFI
- ☐ Biblioteca do IDCH

2 - No seu trabalho você desenvolve as atividades de catalogação?

() SIM

() NÃO

3 - Quais materiais/recursos sua biblioteca possui no catálogo?

() Livros

() Livros eletrônicos (e-books)

() Folhetos

() Artigos

() Periódicos

() Dissertações

() Teses

() Monografias

() Monografias digitais

() Monografias de pós-graduação

() Monografias de pós-graduação digital

() Base de dados

() Normas

() Música

() DVD

() Peças de teatro

() Gravação de vídeo

() Mapas

() CD-ROMs

4 - Cite quais são as dificuldades encontradas ao realizar a catalogação de materiais/recursos digitais com o uso do AACR2.

5 - Cite quais são as facilidades encontradas ao realizar a catalogação de materiais/recursos digitais com o uso do AACR2.

6 - No seu entendimento de que forma o AACR2 possibilita a descrição dos materiais/recursos digitais? Escolha uma das alternativas.

☐ Insuficiente

☐ Suficiente

Justifique sua resposta:

7 - Segundo Oliver (2011) a RDA é uma aplicação dos modelos conceituais de entidade-relacionamento denominados de Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR), Requerimentos Funcionais para os dados de Autoridades (FRAD) e Requerimentos Funcionais para os dados de Autoridade de Assuntos (FRSAD), os quais servem para a modelagem de catálogos, que mapeiam a relação entre o dado que é registrado e as necessidades daqueles que o utilizam, ou seja, representam dados bibliográficos e de autoridades. Assim, a RDA são as novas diretrizes para a descrição dos mais variados recursos, e contempla a descrição de todos os tipos de mídia e conteúdo, sejam estes analógicos e/ou digitais. Com base no texto, responda: Você conhece a RDA?

☐ SIM

☐ NÃO

8 - Se você conhece a RDA, você conhece o software RDA Toolkit (ferramenta online utilizada para disponibilizar a RDA por meio de assinatura)?

☐ SIM

☐ NÃO

9 - O Grupo de Estudos da IFLA "desenvolveu um modelo do tipo entidade-relacionamento, com uma visão geral do universo bibliográfico, pretendendo ser independente de qualquer código de catalogação ou implementação" denominado Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos - (FRBR) (TILLET, 2003, p.2). Com base no texto, responda os 3 itens a seguir:

a) Você conhece o FRBR?

☐ SIM

☐ NÃO

b) Você conhece os Requerimentos Funcionais para os dados de Autoridades (FRAD)?

() SIM

() NÃO

c) Você conhece os Requerimentos Funcionais para os dados de Autoridade de Assuntos (FRSAD)?

() SIM

() NÃO

10 - Você considera viável a implantação da RDA na BU/UDESC? Por quê?

11 - O que você acha que mudaria no processo de catalogação da BU/UDESC com a implantação da RDA?

12 - O que você acha que mudaria para os usuários da BU/UDESC com relação ao acesso e recuperação da informação com a implantação da RDA?

13 - Qual o impacto que a implantação da RDA pode proporcionar à BU/UDESC?

14 - Você tem sugestões para melhorar o processo de catalogação na BU/UDESC? Quais?

APÊNDICE B – Questionário Colaboradores do Sistema Pergamum

Este é um estudo de mestrado realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação (PPGInfo) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), sob a responsabilidade da Prof.^a Dr.^a Ana Maria Pereira, e da mestrandia Eli Regina da Silva Amorim e tem por objetivo, estudar a viabilidade de implantação da Descrição de Recursos e Acesso (RDA) na BU/UDESC, ou seja, na Biblioteca Central (BC) e nas demais Bibliotecas Setoriais.

Considerada como as novas diretrizes para a descrição dos mais variados recursos, a RDA contempla a descrição de todos os tipos de mídia e conteúdo, sejam estes analógicos e/ou digitais em qualquer Unidade de Informação (UI) (OLIVER, 2011).

Para a utilização da RDA a Library of Congress (LC) disponibiliza o software RDA Toolkit (ferramenta online), com assinatura anual. Atualmente a UDESC utiliza o Código de Catalogação Anglo-Americano 2.ed. (AACR2) como instrumento de descrição de recursos informacionais, no entanto, com a perspectiva do uso da RDA, este código de catalogação não terá mais atualizações.

Assim, considerando a investigação da viabilidade de implantação da RDA na BU/UDESC, solicitamos a sua colaboração para responder a este questionário. Desde já agradecemos.

1 - Segundo Oliver (2011) a RDA é uma aplicação dos modelos conceituais de entidade-relacionamento denominados de Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR), Requerimentos Funcionais para os dados de Autoridades (FRAD) e Requerimentos Funcionais para os dados de Autoridade de Assuntos (FRSAD), os quais servem para a modelagem de catálogos, que mapeiam a relação entre o dado que é registrado e as necessidades daqueles que o utilizam, ou seja, representam dados bibliográficos e de autoridades. Assim, a RDA são as novas diretrizes para a descrição dos mais variados recursos, e contempla a descrição de todos os tipos de mídia e conteúdo, sejam estes analógicos e/ou digitais. Com base no texto, responda: Você conhece a RDA?

() SIM

() NÃO

2 - Se você conhece a RDA, você conhece o software RDA Toolkit (Ferramenta online que disponibiliza a RDA por meio de assinatura anual)?

() SIM

() NÃO

3 - O Sistema Pergamum atende as novas exigências para a implantação das diretrizes RDA?

() SIM

() NÃO

De que forma?

4 - Você considera relevante a adoção de padrões de representação em sistemas automatizados?

() SIM

() NÃO

Justifique:

5 - Existe uma demanda por parte dos usuários/clientes do Sistema Pergamum para adesão ao uso da RDA?

() SIM

() NÃO

6 - O Grupo de Estudos da IFLA "desenvolveu um modelo do tipo entidade-relacionamento, com uma visão geral do universo bibliográfico, pretendendo ser independente de qualquer código de catalogação ou implementação" denominado Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos - (FRBR) (TILLET, 2003, p.2). Com base no texto, responda os 3 itens a seguir:

a) Você conhece o FRBR?

() SIM

() NÃO

b) Você conhece os Requerimentos Funcionais para os dados de Autoridades (FRAD)?

() SIM

() NÃO

c) Você conhece os Requerimentos Funcionais para os dados de Autoridade de Assuntos (FRSAD)?

() SIM

() NÃO

7 - O Sistema Pergamum está estruturado de acordo com o modelo Entidade/Relacionamento da Família FRBR (Requerimentos Funcionais para o Registro Bibliográfico)?

8 - Há possibilidade de interoperabilidade entre o Sistema Pergamum e o sistema de intercâmbio MARC21 com as diretrizes da RDA?

() SIM

() NÃO

Se sim, esclareça sua afirmativa.

9 - Qual o impacto que a implantação da RDA pode proporcionar ao Sistema Pergamum e aos seus clientes?

ANEXO A – Parecer Consubstanciado do CEP

	UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC	
---	---	---

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DA VERSÃO DO PROJETO DE PESQUISA	
Título da Pesquisa: VIABILIDADE DE IMPLANTAÇÃO DA RESOURCE DESCRIPTION AND ACCESS (RDA) NA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Pesquisador Responsável: Ana Maria Pereira Área Temática: Versão: 2 CAAE: 62638116.2.0000.0118 Submetido em: 13/01/2017 Instituição Proponente: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SC UDESC Situação da Versão do Projeto: Aprovado Localização atual da Versão do Projeto: Pesquisador Responsável Patrocinador Principal: Financiamento Próprio	
	
Comprovante de Recepção:  PB_COMPROVANTE_RECEPCAO_827428	

DOCUMENTOS DO PROJETO DE PESQUISA											
▶ Versão Atual Aprovada (PO) - Versão 2 ▶ Projeto Completo	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Tipo de Documento</th> <th>Situação</th> <th>Arquivo</th> <th>Postagem</th> <th>Ações</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="5" style="height: 20px;"> </td> </tr> </tbody> </table>	Tipo de Documento	Situação	Arquivo	Postagem	Ações					
Tipo de Documento	Situação	Arquivo	Postagem	Ações							

LISTA DE APRECIÇÕES DO PROJETO							
Apreciação ↕	Pesquisador Responsável ↕	Versão ↕	Submissão ↕	Modificação ↕	Situação ↕	Exclusiva do Centro Coord. ↕	Ações
PO	Ana Maria Pereira	2	13/01/2017	10/03/2017	Aprovado	Não	   

Endereço: Av.Madre Benvenutta, 2007
Bairro: Itacorubi **CEP:** 88.035-001
UF: SC **Município:** FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3664-8084 **Fax:** (48)3664-8084 **E-mail:** cepsh.udesc@gmail.com